



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**FERNANDA SOUSA FERREIRA**

**DIÁLOGOS COM AS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MORADORAS DA  
RESEX MÉDIO JURUÁ - AM**

**RECIFE  
2023**

**FERNANDA SOUSA FERREIRA**

**DIÁLOGOS COM AS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MORADORAS DA  
RESEX MÉDIO JURUÁ - AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Dra. Vivian Matias dos Santos

Coorientador: Dr. Daniel de Souza Cerdeira

**RECIFE  
2023**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

F383d Ferreira, Fernanda Sousa.  
Diálogos com as histórias de vida de mulheres moradoras da  
RESEX Médio Juruá - AM / Fernanda Sousa Ferreira. – 2023.  
103 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora Vivian Matias dos Santos.  
Coorientador : Daniel de Souza Cerdeira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2023.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Reserva Extrativista do Médio Juruá (AM). 3.  
Mulheres extrativistas. 4. ASMAMJ. 5. História de vida. 6. Psicologia  
contracolonial. I. Santos, Vivian Matias dos (Orientadora). II. Cerdeira,  
Daniel de Souza (Coorientador). III. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2024-075)

**FERNANDA SOUSA FERREIRA**

**DIÁLOGOS COM AS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MORADORAS DA  
RESEX MÉDIO JURUÁ - AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia.  
Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em: 28/08/2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prf<sup>ª</sup>. Dra. Vivian Matias dos Santos  
(Presidenta/ Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prf<sup>ª</sup>. Dra. Flávia da Silva Clemente  
(Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prf<sup>ª</sup>. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Pará

---

Dr. David Franklin da Silva Guimarães  
(Convidado Especialista)  
IDAM

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar as minhas ancestrais que estiveram comigo em todos os momentos, em especial em memória de Maria Sousa que desde pequena me dizia que passarinhos tem asas para voar e que o mundo é muito maior que os nossos olhos.

A minha família, minha mãe que seu modo cuidadoso e generoso esteve do meu lado desde o processo da seleção, e acreditou em mim quando eu mesma já não acreditava mais. Ao meu irmão Vinicius, por todos os cafés, bolos e conversas aleatórias que me faziam lembrar que tenho amor onde quer que eu esteja, você está sempre comigo no meu coração. Ao meu pai José que mesmo sem entender o que fazia por tanto tempo no computador me apoiou e sempre esteve disposto me fazer tomar um ar para respirar. As minhas irmãs e madrasta por respeitarem o tempo que precisava para tudo isso.

A David, um irmão de outra mãe, obrigada por me levar a esse outro universo, por sua generosidade, por ter pegado em minha mão em muitos momentos, toda a paciência, por ter compartilhado seus contatos, amigos, a sua pesquisa, trabalho e a vida. Por ter dividido o Médio Juruá comigo. Por fim, obrigada por ser Casa em todo esse processo.

As mulheres do Juruá, a Murumuru, Andiroba, Mutamba, Copaíba, Ucuúba, Açaí e Buriti, que aceitaram participar da entrevista, mas também a Dila que foi uma mãe durante a viagem de comercialização, a Quilvilene que se tornou uma parceira na elaboração de trabalhos, e todas as mulheres que permitiram de forma tão generosa contar suas histórias. Sem vocês essa pesquisa não aconteceria.

A ASMAMJ através de Sulinha que desde o primeiro contato se mostraram aberta a apoiar a pesquisa, grata por todo o apoio e a parceria construída ao logo de todo esse processo da pesquisa.

A ASPROC através de Robson que pacientemente respondeu as várias perguntas que fiz ao logo de todo esse período, foi atencioso, presente e cuidadoso quando estávamos em viagem, sempre atento a colaborar com o que fosse necessário. Sua ajuda foi fundamental para essa pesquisa.

As mulheres singulares que encontrei na Assistência Social. A Kelly, minha Psicóloga de referência que tanto me ensinou a ser mais gentil e compreensiva com as nossas limitações de trabalho. E a Poliana Dias, Assistente Social que tem me ensinado diariamente como lidar com os desafios da precarização que estamos sofrendo com leveza, calma e muito carinho, minha única tristeza é saber que a parceria que construímos jamais encontrarei em outro lugar, já que a sua gentileza e competência estão em falta no SUAS, obrigada por ter sido tão

compreensiva durante todo esse processo, nem consigo imaginar como seria trabalhar com Violação de Direitos e terminar uma Dissertação sem ter todo o apoio que me deste em palavras e ações, nunca conseguirei agradecer o suficiente. E a Paula, Maxine, Marinete, Mirian e Suzy, por serem um respiro fundamental no meio de tantas demandas. “Obrigada a todas que me alimentaram”.

A Heider, interessante nunca termos nos encontrado pessoalmente, mas termos tantas trocas, com você me senti menos sozinha, em um mundo de telas, em um mestrado a distância ter com quem trocar medos e sonhos foi fundamental para minha saúde mental. Precisamos marcar nosso café da tarde a aquele abraço.

A Vivian, minha orientadora paciente, generosa e companheira que foi fundamental para me ajudar a me encontrar epistemologicamente, a identificação com seu trabalho aconteceu antes mesmo do mestrado, e com o passar do tempo apenas tive mais certeza da minha escolha, um dia nos encontraremos pessoalmente para um café, obrigada por estar comigo durante essa jornada.

A Daniel, pela parceria na vida, mas principalmente por aceitar ser coorientador nessa reta final de escrita, seus comentários sempre assertivos me auxiliaram a delinear a escrita de forma objetiva. Grata por estar comigo mesmo a quilômetros e dois fusos de distância.

Por fim, a FAPEAM que cedeu 15 meses de Bolsa que possibilitaram que eu fosse a campo realizar as entrevistas e fazer a imersão fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Mulheres que benzem  
Carregadas de histórias  
Vivências passadas  
Repassadas  
Presentes e futuras  
No feminino como tem que ser  
Libertas  
Mulheres de guerra  
Mas que precisam de paz  
Mulheres de água  
Correnteza forte  
Calmaria lenta  
Mulheres de terra  
Fincadas no chão  
Floridas no topo  
Com muitas histórias nas mãos  
Mulheres de ar  
Viajam em rios voadores  
Caem em chuva  
Condensadas  
Sempre juntas, sempre unidas, sempre coletivas  
Agricultoras, cantoras, psicólogas e cientistas  
Sempre mais, muito mais  
Sempre mulheres, sempre ancestrais, sempre meninas

Norah Costa (2023)

## RESUMO

A presente dissertação utiliza a base epistêmica contracolonial, tendo como referência o Feminismo Comunitário e a Psicologia Rural para trazer as histórias de vida de Mulheres moradoras do Território do Médio Juruá. Sendo o objetivo geral: Conhecer os processos de resistência, sobretudo os que dizem respeito à luta comunitária e mobilização socioambiental, tomando como referência a história de vida de mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá, localizada em Carauari-AM. E os objetivos específicos: 1 – Investigar como se deu o processo de conquista do direito à terra partindo do olhar de suas moradoras; 2 – Entender quais os espaços de participação dessas mulheres durante o processo de organização e mobilização socioambiental; 3 – Localizar através de suas vivências qual a situação da RESEX quanto ao acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e água. A pesquisa foi desenvolvida através de pressupostos da antropologia por demanda apresentada por Rita Segato, desenvolvida através do trabalho de campo realizado no município de Carauari, na RESEX Médio Juruá e RDS Uacari, através da parceria realizada com a ASMAMJ que desenvolve trabalhos com as mulheres do Território do Médio Juruá. Foram realizadas 7 entrevistas de narrativa aberta, ao longo dos 70 dias que passei no Território do Médio Juruá, e foi utilizado também o Diário de Campo com a finalidade de registrar as atividades em grupo como conversas, impressões e sentimentos de outras mulheres para além das entrevistas, trechos dele também foram utilizados ao longo do trabalho. Após a escuta e interpretação das entrevistas foi possível chegar aos 3 principais temas levantados por elas, sendo elas sobre o Desenvolvimento Social e a Articulação das Mulheres, onde foi apresentado alguns aspectos de como é ser mulher no Território do Médio Juruá, desafios vividos desde a infância, além de formas de superação e a criação da ASMAMJ; O Aspecto da Educação de Mulheres no Médio Juruá onde foi apresentado a importância no MEB para que as mulheres tivessem acesso à educação formal, o acesso ao ensino superior, e os desafios nesse campo para elas; Por fim, as Mulheres e o Desenvolvimento Econômico do Território do Médio Juruá que apresentou a participação das mulheres na economia da região em duas principais atividades, o projeto Comércio Ribeirinho e o Manejo de Pirarucu. As mulheres do Território do Médio Juruá passaram por um processo sistemático de silenciamento, um epistemicídio de seus conhecimentos. Elas foram constantemente deixadas dentro do espaço doméstico restrito do lar, não sendo permitido trabalhar mesmo em atividades para a própria família. A ASMAMJ tem tentado resgatar esses conhecimentos e os próprios saberes dessas mulheres, lutando constantemente para a garantia de direitos e a independência dessas mulheres. Realizar essa pesquisa na Amazônia com questões de gênero é desafiador tanto pela geografia e distância,

como pela sensibilidade que necessária para o pensar sobre contexto ribeirinho e da própria Psicologia, por isso é fundamental a realização de outras pesquisas que possam fortalecer essa discussão.

**Palavras-chave:** RESEX Médio Juruá; mulheres extrativistas; ASMAMJ; história de vida; psicologia contracolonial

## ABSTRACT

The present dissertation uses the countercolonial epistemic base, having as reference the Communitarian Feminism and the Rural Psychology to bring the life stories of Women who live in the Territory of the Middle Juruá. The general objective is: To know the processes of resistance, especially those related to the community struggle and socio-environmental mobilization, taking as a reference the life history of women living in the RESEX Médio Juruá, located in Carauari-AM. And the specific objectives: 1 – Investigate how the process of conquering the right to land took place from the point of view of its residents; 2 – Understand which spaces these women participate in during the process of socio-environmental organization and mobilization; 3 – Locate, through their experiences, the situation of the RESEX regarding access to fundamental rights, such as health, education, work and water. The research was developed through assumptions of anthropology on demand presented by Rita Segato, developed through fieldwork carried out in the municipality of Carauari, at RESEX Médio Juruá and RDS Uacari, through the partnership with ASMAMJ that develops work with women from Middle Juruá Territory. 7 open narrative interviews were carried out, over the 70 days I spent in the Territory of the Middle Juruá, and the Field Diary was also used in order to record group activities such as conversations, impressions and feelings of other women in addition to the interviews, excerpts from it were also used throughout the work. After listening and interpreting the interviews, it was possible to reach the 3 main themes raised by them, namely about Social Development and Women's Articulation, where some aspects of what it is like to be a woman in the Middle Juruá Territory, challenges experienced since the childhood, in addition to ways of overcoming difficulties and the creation of ASMAMJ; The Aspect of Women's Education in the Middle Juruá, where the importance of the MEB for women to have access to formal education, access to higher education, and the challenges in this field for them was presented; Finally, Women and the Economic Development of the Territory of the Middle Juruá, which presented the participation of women in the region's economy in two main activities, the Commerce Ribeirinho project and the Management of Pirarucu. The women of the Middle Juruá Territory went through a systematic process of silencing, an epistemicide of their knowledge. They were constantly left within the restricted domestic space of the home, not being allowed to work even in activities for their own family. ASMAMJ has been trying to rescue this knowledge and the knowledge of these women, constantly fighting to guarantee the rights and independence of these women. Carrying out this research in the Amazon with gender issues is challenging both due to geography and distance, as well as the sensitivity needed to

think about the riverside context and Psychology itself, so it is fundamental to carry out other research that can strengthen this discussion.

**Key words:** Middle Juruá RESEX; extractivist women; ASMAMJ; life history; contracolonia psychology

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Carauari .....	36
Figura 2 - Balsa da ASPROC durante a viagem de Comercialização .....	69
Figura 3 - Mapa com a localização das Cantinas .....	71
Figura 4 - Cantina da Comunidade de São Raimundo .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMAMJ	Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá
ASPROC	Associação de Produtores Rurais de Carauari
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FTMJ	Fundo do Território do Médio Juruá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento Sem Terra
NCS	Núcleo de Conservação e Sustentabilidade
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
POPMR	Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PPIGRE	Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretária Estadual de Meio Ambiente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRÓLOGO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>18</b>
2.1	COLONIALIDADE DO SABER E O EPISTEMICÍDIO .....	18
2.2	FEMINISMO COMUNITÁRIO.....	21
2.3	FEMINISMO E ASSENTAMENTO .....	23
2.4	INQUIETAÇÕES PERTINENTES .....	26
<b>3</b>	<b>SITUANDO A DISCUSSÃO: O TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>CAMINHO METODOLÓGICO .....</b>	<b>35</b>
4.1	POR UMA DEMANDA AMAZÔNIDA.....	35
4.2	A LATITUDE -4.87907, LONGITUDE -66.9001, O TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ.....	36
4.3	A HISTÓRIA DE VIDA E A ORALIDADE COMO INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	37
4.4	CAMINHO PERCORRIDO .....	39
4.5	QUESTÕES ÉTICAS.....	41
<b>5</b>	<b>PELOS MEANDROS DO RIO: QUEM SÃO E O QUE DIZEM AS MULHERES DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ .....</b>	<b>42</b>
5.1	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES....	44
5.1.1	Ser Mulheres no Território do Médio Juruá .....	44
5.1.2	As Primeiras Articulações Para a Criação da ASMAMJ .....	47
5.1.3	Como a ASMAMJ Está Atualmente: Sonhos e Desafios.....	49
5.1.4	Os ensinamentos das Mulheres do Rio Sinuoso em diálogo .....	53
5.2	O ASPECTO DA EDUCAÇÃO DE MULHERES NO MÉDIO JURUÁ.....	56
5.2.1	Movimento de Educação de Base .....	57
5.2.2	Os desafios para além do acesso à escola.....	58
5.2.3	Para além da educação básica, as mulheres e o ensino superior.....	60
5.2.4	As impressões que ficam .....	62

5.3	AS MULHERES E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ.....	64
5.3.1	O Comércio Ribeirinho .....	65
5.3.2	Impacto social do Comércio Ribeirinho .....	69
5.3.3	As cantineiras.....	71
5.3.4	As mulheres e o manejo de pirarucu .....	73
5.3.5	Uma oficina de contagem apenas para mulheres .....	77
5.3.6	Outros Caminhos.....	79
5.3.7	Algumas Palavras.....	79
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS DAS INFORMAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>93</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>94</b>
	<b>ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA .....</b>	<b>97</b>
	<b>ANEXO B - PARECER SUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>98</b>

## 1. PRÓLOGO

Após 5 meses de minha saída da cidade de Carauari, finalmente me sinto preparada para começar a falar de todas as vivências que tive nesse lugar. Mesmo tendo muito o que dizer considero um grande desafio encontrar a forma mais apropriada de traduzir em uma linguagem acadêmica e sistemática tantos sentimentos, sonhos, histórias, medos e angústias que tive contato. Fui abraçada e acolhida pelo Médio Juruá e este prólogo é apenas uma tentativa de organizar o pensamento na esperança de situar futuros leitores sobre os diálogos construídos ao longo dessa pesquisa de mestrado.

Assim, esta dissertação buscará dialogar sobre as questões agrárias, a luta das mulheres assentadas, a mobilização socioambiental e comunitária, através das histórias de vida mulheres moradoras do Reserva Extrativista (RESEX) do Médio Juruá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, localizadas no município de Carauari, no sudoeste do estado do Amazonas.

A escolha dessa temática se dá pela necessidade de se falar sobre as vivências dessas mulheres que são continuamente esquecidas quando se pensa em assentamentos no estado do Amazonas e pela própria Psicologia que no estado tem se dedicado a estudar muito mais as realidades próximas dos centros urbanos em detrimento das regiões mais distantes da capital. As mulheres do Médio Juruá têm conquistado um espaço muito significativo em lugares estratégicos dentro e fora das Unidades de Conservação, que por sua vez possuem características muito únicas e complexas, que tornam o trabalho ainda mais desafiador.

Para isso, alguns aspectos precisam ser desde aqui localizados. O primeiro deles é quanto ao reconhecimento que realizar pesquisa no espaço da universidade por vezes pode trazer uma ótica limitadora, visto que o olhar lançado é atravessado por bagagens metodológicas, arquétipos e preconceitos oriundos de limitações nas próprias matrizes do conhecimento (Donna Haraway, 1995). Além do cuidado necessário para evitar a utilização indevida de certas histórias, questão que Silvia Cusicanqui (2015) chama a atenção, visto que o olhar passivo que é jogado sobre a oralidade carrega uma armadilha, escondendo formas de poder e de silenciamento.

Portanto, assumo meu lugar como mulher cis, branca, bissexual, feminista, psicóloga, trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nascida em Manaus, uma das maiores capitais da região norte, residente na cidade de Santarém, interior do Pará, atravessada por minha própria história de vida, e coloco que mesmo afetada, meu olhar não traduz a verdade e nunca poderá imprimir o retrato perfeito do que ouvi e vivi no decorrer desta pesquisa.

Outro aspecto pertinente a ser localizado é a base epistêmica de onde buscarei falar, que partirá de uma posição contracolonial, que se configura como uma coalizão entre várias epistemes que se contrapõem à colonialidade, utilizando principalmente autoras/ pesquisadoras/ escritoras, localizadas ao Sul do conhecimento<sup>1</sup>. Claro que como trabalhei com o método de história de vida haverá outras autoras localizadas mais ao centro hegemônico do conhecimento presentes no decorrer do texto.

Essa escolha vem da compreensão inicialmente apresentada por Vívian dos Santos (2018; 2021) da necessidade de confrontarmos os processos de colonização que persistem em marcar corpos, saberes e territórios. Nesse sentido, Julieta Paredes (2010) coloca que os processos de colonização que vivenciamos hoje perpassam o crescimento do modelo capitalista neoliberal e de sua interrelação com o sistema patriarcal, visto que ambos caminham lado a lado. Processos esses que dialogam com a situação das questões agrárias no Brasil e principalmente na Amazônia.

Foi escolhido também o Feminismo Comunitário como leitura principal para discutir as questões de gênero, trata-se de uma construção feminista desde as lutas de mulheres indígenas. O feminismo comunitário é uma abordagem dentro do movimento feminista latino-americano que destaca a importância das relações comunitárias e da colaboração na busca pela igualdade de gênero. Em vez de se concentrar apenas nas questões individuais das mulheres, o feminismo comunitário considera as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que afetam as mulheres em comunidades específicas.

Essa abordagem busca criar mudanças sociais através da promoção da justiça de gênero dentro das comunidades, reconhecendo a interseccionalidade das opressões e defendendo a solidariedade entre as mulheres. O feminismo comunitário destaca a importância de ouvir e valorizar as experiências das mulheres em diferentes contextos culturais, reconhecendo a diversidade de desafios que elas enfrentam. Essa luta visa construir uma sociedade mais igualitária, onde as mulheres tenham voz, poder e oportunidades em todos os aspectos da vida, e onde as relações comunitárias sejam fundamentadas na justiça e na equidade de gênero.

Nesse sentido, adotar a posição contracolonial é um convite a lançar o olhar sobre as várias formas de conhecimento produzidas ao longo do tempo, possibilitando pensar e discutir conhecimentos locais, valorizando a ancestralidade, a descentralização do conhecimento,

---

<sup>1</sup> “Trata-se de uma forma de pensamento que, através de linhas imaginárias, divide o mundo e o polariza (Norte e Sul). O mundo divide-se então entre os que estão ‘do lado de cá da linha’, e aqueles que estão ‘do lado de lá da linha’. Para Santos (2010b, p. 32) ‘a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”. (Fulvio Gomes, 2012, p. 46).

denunciando estratégias epistemicidas e de silenciamento. Pois como coloca Grada Kilomba (2008, p. 58) “apelo a uma epistemologia que interage o pessoal e o subjetivo no discurso acadêmico, pois todas/os falamos de um tempo e de um lugar específicos, de uma realidade específicas – não há discursos neutros”.

Como desdobramento desse fato, a escrita será em primeira pessoa quando necessário, trazendo sempre nome e sobrenome das autoras citadas, assim como as generalizações que ocorrerão, sempre que possível, no feminino. Compreendo que essas escolhas transgridem as normas cultas que devem ser utilizadas nos trabalhos acadêmicos, no entanto, acredito que se fazem necessárias para construção de um trabalho coerente com os aspectos postulados acima, que se distancie o quanto for possível da ideia de neutralidade.

Do mesmo modo, ao falar sobre mulheres busco um diálogo entre a pluriversidade existente em uma só palavra, vindas de vozes que se colocam em fuga da invenção colonial da cisheteronormatividade<sup>2</sup> e ciscentrada da ciência, onde a própria Psicologia foi, e alguns casos continua sendo, responsável por oprimir e marginalizar quem diverge das normas de gênero (Amanda Mattos; Maria Cidade, 2016).

Diante disso, coloco como **objetivo geral**: Conhecer os processos de resistência, sobretudo os que dizem respeito a luta comunitária e mobilização socioambiental, tomando como referência a história de vida de mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá, localizada em Carauari-AM. E os **objetivos específicos**: 1 – Investigar como se deu o processo de conquista do direito à terra partindo do olhar de suas moradoras; 2 – Entender quais os espaços de participação dessas mulheres durante o processo de organização e mobilização socioambiental; 3 – Localizar através de suas vivências qual a situação da RESEX quanto ao acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e água.

Postas essas localizações e contextualização, a presente dissertação seguirá apresentando inicialmente os aspectos teóricos que abordará os pressupostos teóricos, seguidos da contextualização histórica sobre onde a pesquisa aconteceu, seguido da metodologia utilizada, seguido dos resultados, considerações finais, referências, apêndices e anexos.

---

<sup>2</sup> De forma muito sucinta, pode ser definida como a normatização onde consideram legítimas a existência apenas de pessoas cis, a que se identifica com o sexo biológico do nascimento, em contraposição a pessoa trans, a que não se identifica com o sexo biológico do nascimento, além do sistema de relações de poder baseia-se na ideia que todos os corpos são CIS e heterossexuais, ou seja, se identificam com o sexo biológico do nascimento e sentem atração afetivo-sexual pelo sexo apostado ao seu, essa normatização inviabiliza e violenta todas as formas de expressão que escapam dela, construindo assim um CISTema (Eli Rosa, 2020).

## 2. ASPECTOS TEÓRICOS

“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (Donna Haraway, 1995, p. 25).

### 2.1 Colonialidade do Saber e o Epistemicídio

A chegada dos europeus, em Abya Yala<sup>3</sup>, continente então denominado América, ocorreu de forma abrupta, trazendo para os povos que aqui residiam muita violência, colonizando não só terras como também a linguagem, as crenças religiosas e principalmente os saberes, tornando a Europa o centro do mundo, berço da civilização como o chamam, essa centralização foi mantida a todo custo através de séculos de submissão, subalternidade e dominação intelectual, que chamamos de colonialismo (Edgardo Lander, 2005).

O colonialismo foi ganhando novas estruturas e formas de se expressar à medida que mudanças sociais e culturais foram ocorrendo, sendo uma das principais a mudança para uma matriz econômica, de produção e consumo capitalista, inaugurando assim o que Aníbal Quijano (2005) nomeia como colonialidade, onde as formas de opressão continuam operando, mas ocorrem de diferentes maneiras, subjugando etnias e até mesmo países inteiros a acordos internacionais, além de exercer um domínio intelectual eurocentrista e branco, existente desde a antiguidade no ocidente. Como colocam Josimere Gonçalves e Maria Feitosa (2019, p. 41) “os colonizadores não mediram esforços para não somente usurpar riquezas dos povos conquistados, mas considerando a soberania política imposta exerceram sua superioridade também por meio da dominação cultural”.

A colonialidade ganhou novos ares com a segunda modernidade<sup>4</sup>, pode ser colocada como a ruptura com a antiguidade, a novidade, e a jovialidade do pensamento, em um primeiro momento ela, a modernidade, marca o fim da dominação da igreja para assim ter a dominação do que é racional e científico. De acordo com Boaventura Santos (2014) a modernidade e

---

<sup>3</sup> Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”, [...] vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wadseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento (Carlos Porto-Gonçalves, s.d).

<sup>4</sup> Discussão apresentada por Maria Lugones (2014), onde afirma que a modernidade se apresentou em dois momentos, o primeiro deles foi na conquista, nesse primeiro momento já foi exigido o rompimento das tradições e conhecimentos dos povos locais em detrimento das práticas impostas pelos invasores, esse momento foi nomeado como modernidade colonial. O segundo momento refere-se ao período chamado de Revolução Industrial, que a autora nomeia como modernidade capitalista, para Maria, ambas são construções da Europa Ocidental.

colonialidade andam lado a lado, e vivenciamos seus desdobramentos até os dias atuais. Mesmo com essa mudança de sistema, os saberes continuaram e continuam lançados a essa lógica perversa.

Segundo Rita Segato (2021), a colonialidade do saber pode ser compreendida a partir da organização eurocêntrica da produção e subjetividade. A discussão desse conceito foi inicialmente protagonizada pelos intelectuais do grupo Modernidad/Colonialidad<sup>5</sup> (M/C), hoje discutida por diversas autoras contracoloniais. De acordo com Aníbal Quijano (2005), a colonialidade nos atingiu de tal forma, que além de todo o saque sofrido, os saberes próprios de seus povos foram subjugados e colocados como sem valor, e esses povos sem herança e sem história, instituindo assim a colonialidade do saber.

Essa compreensão se firma na suposição que todo conhecimento vem da relação sujeito/objeto, como o europeu é o sujeito cognoscente, e todo os outros são objeto do conhecimento europeu, sua suposição teve e tem efeitos assoladores sobre o mundo e como compreendemos o conhecimento hoje (Walter D. Mignolo, 2020). O que Maria Lugones (2014) apresenta como sendo a representação “humano X não humano”, em que o homem civilizado teria o direito sobre todos os que não seriam civilizados, sejam seres de outras espécies, mulheres e outros homens,

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão (p. 936).

De acordo com Grada Kilomba (2008, p. 48), essa disparidade vem da afirmação que “grupos subordinados são menos humanos do que os seus soberanos, portanto menos capazes de falar em seu próprio nome”. Atualmente com as mudanças político-econômicas no mundo, como a questão da “hegemonia da Europa passa a ser compartilhada com a América do Norte, fazendo com que se nomeie de Euro-América-centrismo” (Vitória Almeida; Emerson Alves; Dávila da Silva, 2021, p. 15). Rita Segato (2021) destaca que esse eixo Euro-América-cêntrico produz uma assimetria entre a valoração das produções nas universidades do Sul e do Norte

---

<sup>5</sup> “Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (Luciana Ballestrin, 2013, p. 89).

global, que por sua vez também contaminam a própria produção ideias e teorias que entram com mais facilidade se produzidas nas grandes universidades, por autores/as de impacto internacional.

A instituição dessas configurações de poder gera privilégio epistêmico como coloca Ramón Grosfoguel (2016) onde pessoas que ocupam espaços geopolíticos localizados ao Norte produzem disparidades que perpetuam o projeto colonial. Diante desse cenário, alguns conhecimentos são considerados menores ou menos legítimos que outros, estabelecendo cânones que comumente tem suas origens nos próprios responsáveis pela opressão que por vezes cancelam suas próprias expressões ou se apropriam dos conhecimentos de outros povos (Josimere Gonçalves; Maria Feitosa, 2019).

O termo “epistemicídio” foi inicialmente formulado por Boaventura Santos. Tem sido amplamente utilizado para nomear o extermínio do conhecimento que tem ocorrido ao longo de séculos que é lançada contra povos, culturas, raças, expressões de ser, saber e agir que são hierarquizadas e os que não convergem a lógica da dominação são assassinadas e jogadas ao apagamento (Boaventura Santos, 2018). Sendo, portanto, o resultado de uma “dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados” (Boaventura Santos; Maria Menezes, 2010, p.19).

E assim como coloca Boaventura Santos (2018) o epistemicídio é ancorado na subalternização, subordinação, marginalização, e até mesmo na criminalização de práticas realizadas por grupos periféricos, essa prática é comumente direcionada contra trabalhadores, indígenas, população negra, as minorias em geral como os grupos étnicos, religiosos e sexo gênero dissidentes. No campo da universidade Jota Mombaça (2015), chama atenção para as produções de violências direcionadas as vozes dissidentes que são comumente valoradas como não científicas, as colocando como incapazes de “produzir consistência por si mesma no interior de um debate acadêmico, sendo envolvida num efeito de subalternidade que a silencia” (p. 5).

No entanto, não é praticado exclusivamente pelos grupos hegemônicos, ela ocorreu de forma tão sistemática e enraizada nos campos do conhecimento que acaba sendo reproduzida também por grupos que são violentados, visto que apenas é aceito no corpus acadêmicos e das produções quem dialoga com os mesmos grupos hegemônicos (Vitória Almeida; Emerson Alves; Dávila da Silva, 2021). Assim, o epistemicídio violenta e assassina formas de pensar e saberes, “nublado formas alternativas de conceber o saber e sua relação com o mundo, para que se consolidem regimes de verdade dentro dos quais a subalternidade só pode ser construída

como lugar de impotência — onde não há conhecimento e nem fala” (Jota Mombaça, 2015, p. 3).

Respondendo ao questionamento de Gayatri Spivak “pode o subalterno falar?”, Grada Kilomba (2008, p. 47), além de afirmar categoricamente que não, ela ainda discorre “a subalterna não pode realmente falar; ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio prescrita pelo pós-colonialismo”. Esse silenciamento é chamado pela filósofa indiana Gayatri Spivak, de “silêncio subalterno”, onde a autora destaca “O subalterno (...) não pode ser escutado ou lido’, mesmo tendo a possibilidade de expressar sua ‘fala’, está não é considerada inteligível ou não assumi o caráter discursivo” (Gayatri Spivak, 1988, citado por Jota Mombaça, 2015, p. 6).

E é esse silenciamento das vozes subalternas que Jota Mombaça (2015), afirma estarem ancoradas as versões distorcidas de fatos históricos relacionados a pessoas consideradas não humanas. Como afirma Sueli Carneiro (2005, p. 104) “a história do epistemicídio em relação aos afro-descendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado em sua origem”, deixando marcar visíveis na música, literatura, artes visuais, entre outros, colocando o povo negro no espaço de indigentes culturais e intelectuais, desprovidos de capacidades para tal, tendo entre outros inquisidores a própria igreja.

Além disso, Maria Lugones (2018) destaca a necessidade de produzir conhecimentos ligados à luta comunitária, valorizando os conhecimentos locais como as cosmologias indígena e dos movimentos sociais, que valorize a criatividade, diversidade e imaginação, construindo assim uma forma de pensar contracolonial. Como destaca Donna Haraway (1995), precisamos avançar na construção e na argumentação de práticas científicas que priorizem “a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (p. 24).

Assim, nos posicionarmos de forma responsável, mas também consciente das práticas violentas e da própria história da ciência, para assim romper com a falsa ideia de neutralidade, a noção de objeto de pesquisa e a posição do que é conhecimento. Buscando novas geopolíticas do conhecimento, visto que o conhecimento está em todo lugar e tem várias formas de se manifestar, um exemplo disso é o Feminismo Comunitário que será apresentado a seguir.

## **2.2 Feminismo Comunitário**

Um caminho possível para pensar as realidades das mulheres assentadas é através do Feminismo Comunitário que de acordo com Susana Sacavino (2016, p. 99) surge na Bolívia

nos anos 2000, através do levante das mulheres contra o crescimento do neoliberalismo e a privatização dificultando o acesso a água, “se inicia a ‘Asamblea Feminista’ como espaço de reflexão do feminismo e da revolução, que posteriormente vai dar origem ao que é hoje o feminismo comunitário”. O Feminismo Comunitário é uma alternativa possível para confrontar a dominação capital, colonial e patriarcal (Nataly Guzmán; Diana Triana, 2019). Diante disso, Julieta Paredes (2010, p. 120, tradução nossa) destaca “Nosso feminismo é despatriarcalizador, por tanto, é descolonizador, desheterossexualizador, antimachista, anticlasista e antirracista”.

De acordo com Lorena Cabnal (2010) o Feminismo Comunitário compreende que o patriarcado já existia antes mesmo da invasão de Abya Yala, o chamado “patriarcado ancestral originário” que se expressa através de costumes, valores e papéis sociais, “este sistema estabelece sua base de opressão a partir de sua filosofia que rege a heterorrealidade cosmogônica como um mandato, tanto para a vida de mulheres e homens quanto destes em sua relação com o cosmos” (p. 120-121, tradução nossa). Com a chegada do patriarcado colonial acontece uma reconfiguração, uma mudança nas matrizes (Lorena Cabnal, 2017). Julieta Paredes (2017) afirma que esse mesmo patriarcado ancestral originou-se junto com o patriarcado ocidental que impôs outras formas de violência na vida de mulheres e homens, “identificaram uma ‘junção patriarcal’ onde o patriarcado ancestral original e o ocidental, imposto pela conquista, entram em sinergia e se instalam no corpo das mulheres indígenas” (Ana Rubio et al., 2017, p. 1080, tradução nossa).

Lorena Cabnal (2010) destaca que o Feminismo Comunitário é um convite a olharmos para dentro, dentro de si, dentro das tradições, dentro das comunidades, um olhar de autorreconhecimento, mas também crítico, e complementa “para mim, o feminismo comunitário é uma recriação e criação do pensamento político ideológico feminista e cosmogônico<sup>6</sup>, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena” (p. 117, tradução nossa).

De acordo com Ana Rubio et al. (2017) o Feminismo Comunitário pode ser compreendido a partir de 4 dimensões:

- a) o social (poder-para e poder com), que leva em consideração a criação e fortalecimento de amizades e redes sociais, bem como o reconhecimento dos desejos e atividades de mulheres por sua família e comunidade;
- b) o corporal (poder de dentro), que se refere a assumir a corporalidade individual como território próprio e irrepetível, permite-lhe fortalecer gradativamente o sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo. [...]
- c) o material (poder sobre) está relacionado ao acesso e controle dos recursos naturais econômicos, incorpora a luta histórica pela recuperação e defesa do território terrestre, como garantia de um espaço territorial

---

<sup>6</sup> Relativo à cosmogonia, às teorias ou aos princípios que explicam a origem do universo (Tamires Silveira, 2023).

específico onde a vida dos corpos é manifestado [...] d) o simbólico acaba por ser uma das dimensões mais importantes do poder – de dentro, já que o primeiro tipo de poder que as mulheres têm que alcançar é aquele que surge de dentro delas mesmas (p. 1079-1080, tradução nossa).

A dimensão corporal pode ser compreendida pelo conceito ‘território corpo-terra’ que segundo Susana Sacavino (2016) foi instituído pela indígena maya-xinka guatemalteca Lorena Cabnal, onde o esse território corpo-terra é visto como espaço onde o sofrimento é vivenciado, mas também é lugar de luta pela resistência, construindo espaço de transformação. Nesse ponto o pluralismo no campo dos feminismos é tido como potência e transgressão na construção de epistemologias mais próximas das realidades de onde se fala. Lorena Cabnal (2010) destaca que o corpo feminino é onde se sente e vê as marcas dos ataques históricos estruturais patriarcais, ele é constantemente ameaçado, mutilado, silenciado, dessa forma lutar pela terra é garantir que a vida se manifeste através de nossos corpos, visto que “a violência histórica e opressora existe tanto para meu primeiro território corporal, quanto para meu território histórico, a terra” (p. 131, tradução nossa).

A luta das mulheres que se identificam com o Feminismo comunitário está muito atrelada as questões que envolvem trabalho, soberania alimentar, dignidade para o povo e para a riqueza cultural ligada a alimentação e ao trabalho das mulheres, como destaca esse trecho da Declaração da Mulher pela Soberania Alimentar (2007, p. 1, tradução nossa),

Lutamos pelo acesso à terra, territórios, água e sementes; para acesso a financiamento e equipamentos agrícolas; para boas condições de trabalho; para acesso à formação e informação; pela nossa autonomia e pelo direito de decidir por nós mesmos, e também de participar plenamente nas instâncias decisórias.

No contexto mexicano, por exemplo, Ana Rubio et al. (2017) destacam a relação direta que as mulheres têm com a alimentação, desde o cultivo da terra para consumo próprio, até a preservação de sementes de espécies nativas para a manutenção da agrobiodiversidade. Essas mulheres lutam constantemente para manter a ideia de que comida é mais que uma mercadoria, é uma necessidade de todos os povos (ibidem). Para que a terra e o povo sejam respeitados se faz necessário a justiça social e as mãos que trabalham na terra e na cozinha também participam dos espaços de decisões políticas (Irene Garcia et al., 2014). As pautas levantadas pelo Feminismo Comunitário também apresentam aspectos comuns com as Mulheres assentadas do Brasil, como será descrito a seguir.

### **2.3 Feminismo e Assentamento**

Assim como a história do Brasil que é fragmentada e privilegia algumas versões em detrimento de outras, a história dos diversos Movimentos Feministas tem seus lados menos

falados como coloca Constância Duarte (2019, p.26) “se a história do feminismo é pouco conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada”. Os movimentos Feministas no Brasil são muito diversos e compreendem várias realidades, como é o caso das mulheres que moram nos assentamentos rurais que também são chamadas de mulheres rurais ou do campo, dependendo de cada perspectiva<sup>7</sup>, nessa dissertação as duas expressões serão utilizadas.

Durante o período da ditadura militar (1964 – 1985) o movimento feminista brasileiro se consolidou como movimento político, exercendo uma das formas de resistência a todo autoritarismo exercido pelo regime, essa resistência fez o movimento sofrer uma forte repressão vinda do Estado, e também da igreja, que era um dos principais atores nesse momento, por não concordarem com as pautas que batiam de frente com seus dogmas (Bibiana Terra, 2021). “O movimento feminista, com o slogan ‘Nosso corpo nos pertence’, defendia a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres. O direito ao aborto e mesmo o acesso a certos métodos contraceptivos, no entanto, contrariavam drasticamente a posição da igreja” (Jacqueline Pitanguy, 2019, p. 83).

Nesse período a participação das mulheres no contexto rural já era conhecida através da participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que constituem parte de um movimento político da igreja católica, sindicatos rurais, associações de agricultores e posteriormente também participaram da criação do próprio Movimento Sem Terra (MST) (Carmen Deere, 2004; Alexandra Filipak, 2017). Nos anos de 1980 aconteceram vários eventos que marcaram a mobilização das mulheres no país como o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais que teve a participação de mais de 10 mil mulheres, em 1985 no Rio Grande do Sul, o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, realizado em 1984 no Estado de Pernambuco, e o 1º Encontro das Trabalhadoras Rurais da Paraíba em 1986 (Elisangela Menezes; Andrea Gama, 2013). Esses eventos já demonstravam a capacidade de articulação e mobilização dessas mulheres.

A organização dessas mulheres segundo Gema Esmeraldo (2013), iniciou devido a necessidade de reagir frente às dificuldades enfrentadas por elas na esfera individual e familiar que iam desde a falta de documentação, até a luta por escolas e saúde pública nas suas

---

<sup>7</sup> Respeitando a diversidade de especificidades presentes no país, existe uma discussão teórica quanto ao uso de Rural ou Campo, como coloca Alexandra Filipak (2017), quando a utilizamos do termo “camponesa” se referindo a mulher, trazemos a compreensão teórica apresentada pela autora Gema Esmeraldo que discute o campesinato, que se refere à forma de viver e trabalhar no campo que se opõe a compreensão de cidade, é bastante utilizada em estudo vindos da região sul e sudeste do país, pois assim os movimentos se reconhecem, enquanto o rural é mais utilizado na região norte e nordeste, em oposição a compreensão de urbano. Essa discussão não foi abordada neste projeto por uma escolha teórica, será desenvolvida e aprofundada na dissertação.

localidades, posteriormente outras demandas foram sendo incorporadas como o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e o direito à aposentadoria, pautas que até os dias atuais são levantadas. De acordo com Caroline Bordalo (2011) as primeiras conquistas das mulheres assentadas só foram possíveis a partir da criação dos primeiros sindicatos e organizações sociais específicas das mulheres.

Entre os movimentos de mulheres rurais e camponesas não há uma unidade quanto a conceituação de feminismo rural ou camponês, mas de forma geral dentre as pautas discutidas por elas estão a construção de espaços de liberdade e autonomia, reconhecendo as mulheres como detentoras de direitos que devem ser garantidos pela sociedade e pelo Estado, principalmente o direito a terra e a dignidade (Michela Calaça et al., 2018).

Atualmente, no país, dois movimentos se destacam: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que se dá de forma sistematizada a partir de 2004 com a realização do I Congresso Nacional que reuniu em Brasília diversas organizações autônomas que tem desenvolvido trabalhos junto às mulheres nos vários estados do país (Michela Calaça et al., 2018); e o MST que tem em sua constituição o setor que trabalha com mulheres, pensando políticas e formas de garantir a equidade de gênero no contexto da reforma agrária no Brasil (Iolanda dos Santos; Janaina Betto, 2021). Além desses movimentos, várias associações, sindicatos e outros grupos têm surgido em todo país, o que tem fortalecido ainda mais a luta.

O crescimento do ativismo virtual<sup>8</sup> tem possibilitado o crescimento do debate sobre questões relacionadas aos assentamentos e aos feminismos, bem como a maior divulgação do trabalho desenvolvido por associações, sindicatos e grupos de mulheres, no entanto o acesso à internet não chega a todos os lugares, ainda se faz necessário utilizar de outras estratégias para alcançar principalmente as mulheres ribeirinhas que não estão inseridas de forma completa nesse mundo virtual. E como afirma Djamila Ribeiro (2017) o espaço virtual é cercado de possibilidades, para algumas representa um espaço seguro onde podem se expressar e existir, no entanto esse espaço virtual também é espaço de disputa de narrativas, visto que tem sido utilizado como ferramenta para expressão da violência de forma anônima direcionada a lideranças femininas e ao movimento feminista, espalhando desinformação como forma de desmobilização da luta.

---

<sup>8</sup> Ativismo digital ou ciberativismo é o uso da internet, principalmente das redes sociais, para articular movimentações políticas, realizando práticas de conscientização, redes de apoio, organização e mobilização social, divulgar materiais e organizações sociais, dentre outros aspectos que têm caráter político e social, tornando a internet um instrumento de mobilização e engajamento social (José Filho, 2016).

Os estudos sobre mulheres no contexto rural demandam compreender a complexidade da questão, a realidade atual corre lateralmente a esse clamor. Na revisão construída por Brisana Silva et al. (2019), foram encontrados três grupos de temas que são amplamente estudados: 1- movimento social e participação política; 2- jovens mulheres e ruralidade; 3- condições de vida, saúde mental e suporte psicossocial. De modo geral, os trabalhos discutem sobre o engajamento das mulheres em associações, sindicatos rurais e articulações políticas que visam o reconhecimento de direitos, melhorias sociais e o direito à terra, em destaque os estudos realizados junto a mulheres do MST que tem crescido nos últimos anos, os estudos versam sobre os modos de vida das mulheres, trajetória nos aspectos sociais, econômicos e de saúde (ibidem). Entre avanços e silêncios as mulheres assentadas têm construído espaços de resistência frente ao crescimento do neoliberalismo<sup>9</sup> e das várias formas de violência, se organizando em movimentos sociais que visam mobilizar e romper com essas formas de opressão (Nalu Faria, 2009).

## 2.4 Inquietações Pertinentes

Desde o início da criação dos assentamentos no Brasil, grande parte dos proprietários eram homens, fato que só foi modificado a partir da luta das mulheres camponesas, principalmente da articulação de mulheres no MST, para que fosse feita em 2003 o estabelecimento a obrigatoriedade da titulação conjunta entre os cônjuges, garantindo a igualdade de direitos entre ambos (Karla Hora; Andrea Butto, 2014). Essa mudança possibilitou às mulheres maior segurança sobre o domínio da terra, além do acesso a políticas de incentivo específicas para elas (Karla Hora et al, 2014), como os projetos: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR); Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE).

Os reflexos dessa mudança na divisão da titularidade podem ser observados quando se coloca a questão de gênero dos proprietários dessas terras dos assentamentos, considerando os dados gerais referentes até o ano 1995, apenas 14,4% dos beneficiários eram mulheres (Sônia Bergamasco, 1997), em 2003 as mulheres representavam 24% dos beneficiários e em 2013 já representavam 73% dos beneficiários (Karla Hora; Andrea Butto, 2014), faltam dados mais

---

<sup>9</sup> Releitura do Liberalismo proposto por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na década de 1970, como uma doutrina onde se defende a liberdade do mercado e limitação da ação do estado que deve atuar apenas em setores essenciais (Daniel Andrade, 2019).

atualizados sobre essa distribuição para entendermos qual a situação atualmente. No entanto, quando passarmos para a realidade dos assentamentos na Amazônia e principalmente do estado do Amazonas esbarramos com a falta de dados sistematizados sobre o tema, essa é uma questão preocupantes principalmente quando consideramos a atual conjuntura político-econômica de desmonte ao acesso à informação<sup>10</sup>.

As mulheres assentadas possuem uma certa centralidade invisível, ou seja, desenvolvem atividades agrícolas como agricultoras, líderes de comunidades para a organização interna das atividades, a luta por direitos, como a educação das crianças e adolescentes, saúde, acesso à água encanada, saneamento básico, entre outros e não são reconhecidas como tal, é comum não serem vistas como trabalhadoras (Gislayne Vasquez, 2009). E quando são vistas como trabalhadoras comumente são pelos chamados “trabalho de mulher” como cuidar dos animais e coletar frutas de árvores baixas como cacau e cupuaçu (Sônia Batista, 2010), artesanato em cucas ou o trançado de cestos e paneiros (Waldileia Amaral, 2016) e o próprio turismo local onde as mulheres são colocadas como mais simpáticas e receptivas que homens para exercer funções de atendimento ao público (Raquel Lunardi, 2012). Estudar as histórias, vivências e experiências das mulheres da Amazônia ajuda a desconstruir esses estereótipos.

As mulheres podem ser tidas como figuras fundamentais tanto no confronto como na resistência nos assentamentos, um exemplo dessa questão pode ser visto na RESEX Médio Juruá através da Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá (ASMAMJ) que tem possibilitado o aumento da participação das mulheres e da visibilidade dos trabalhos realizados por elas, a associação realiza capacitações e promove o desenvolvimento econômico de suas associadas, além de aumentar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão ocupando assentos no Conselho Deliberativo da RESEX e nas lideranças comunitárias (Brasil, 2018).

Infelizmente não encontrei publicações que falem especificamente sobre as atividades das mulheres no Território do Médio Juruá. Em um levantamento sobre as produções científicas sobre o Médio Juruá foram encontrados 49 trabalhos, nesses trabalhos a ASMAMJ foi apenas citada em 03 trabalhos que discutiam organização regional, com no máximo 3 linhas que falavam sobre seu trabalho e importância no município. Essa ausência nos trabalhos científicos é muito comum, visto que na própria Psicologia as produções sobre mulheres assentadas

---

<sup>10</sup>O decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 determinou a migração de todos os sites relacionados aos órgãos e entidades ligadas a administração pública federal para o portal unificado terminado em “gov.br”, desde que a transição começou a ser realizada no site do INCRA em 2021, relatórios e outros dados sobre a reforma agrária no Brasil ficaram indisponíveis para população em geral.

limitam-se a tratar sobre a divisão sexual do trabalho<sup>11</sup>, uma perspectiva necessária para ser debatida, mas que limita os olhares lançados sobre essas mulheres.

No Brasil, aspectos que envolvem as regiões rurais e mais distantes dos grandes centros costumam ser tidas como menores, a colonialidade do saber e o epistemicídio encontram campo fértil para continuarem existindo e deixando marcas profundas nos povos que aqui vivem. Na Amazônia, a luta pela premência na terra e o uso sustentável dos seus recursos têm sido alvo de uma guerra silenciosa que vez ou outra chega nos jornais ou nas redes sociais. Para o povo que já passou e tem passado pelo genocídio indígena, escravidão que se adaptou ao crescimento da segunda modernidade, e foi substituída pelo chamado “trabalho análogo à escravidão”, onde as principais vítimas são mulheres e homens negros e de baixa escolaridade.

Além disso, passar constantemente por processos epistemicidas mata de pouco em pouco as heranças ancestrais deixadas ao longo de anos. Esse movimento não é exclusivo do nosso país, muito menos da Amazônia, se apresenta de formas muito similares de norte a sul de Abya Yala. Dentro desse contexto, vejo que as mulheres assentadas que estão nas regiões rurais, tem passado por esse silenciamento de forma bastante sistemática. Ao revisitar documentos oficiais, relatórios, planejamentos, até mesmo de trabalhos científicos poucos são os nomes de mulheres citados, mas não deixo de acreditar que elas estão lá.

Essa crença vem principalmente da leitura de autoras como Grada Kilomba, Sueli Carneiro e Jota Mombaça, que ao discutirem o epistemicídio contra a população negra, me mobilizam a pensar sobre o epistemicídio contra as mulheres rurais, e como esses paralelos são tão presentes. Paralelos que também podem ser percebidos com o Feminismo Comunitário, onde as organizações de mulheres têm continuamente levantando suas vozes e buscado reivindicações para as lutas que existiam há décadas.

Através dessas influências compreendo a importância de metodologias de pesquisa que alcancem e se construam com base nessas especificidades, na tentativa de atender essa demanda apresento a seguir a proposta metodológica dessa pesquisa de dissertação de mestrado.

---

<sup>11</sup> Termo que ganhou visibilidade através das feministas francesas nos anos de 1970, sendo bastante utilizado até os dias de hoje (Raquel Quirino, 2016), onde o trabalho é discutido a partir do aspecto da produtividade que é sempre destinado ao homem, para as mulheres é incumbido o trabalho doméstico, que é considerado menos importante (Daiana Refati et al., 2017).

### 3. SITUANDO A DISCUSSÃO: O TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ

No contexto amazônico os seringais tinham grande imponência pois além de serem grandes propriedades representavam um poder econômico, político e social (Fernando dos Santos, 2000). Tamanho poder se dá pelo histórico da colonização dessa região para a construção dos seringais, onde a Amazônia por muitas décadas foi tida como “espaço vazio” ou “terra sem dono”, onde se fazia necessário povoar, ocupar esses espaços para a geração de renda, esse processo assassinou muitos modos de vida e culturas, e invisibilizou a população que veio para cá, jogando os extrativistas e suas famílias a escravidão e a produção para subsistência (Aline Barbosa; Giulia Andrich, 2021).

Parte dessa realidade só começou a mudar quando os seringueiros começaram a se organizar. Cada contexto teve seu próprio caminho, pois o processo de organização social no Brasil se deu desde os anos 1950 com a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais como forma de lutar pela reforma agrária auxiliada principalmente pela igreja católica, seus desdobramentos reverberaram ao longo das décadas (Mary Allegretti, 2008). No contexto do Médio Juruá esse processo de organização se deu desde os anos 80/90 também puxados pela igreja Católica que através do Movimento Educação de Base (MEB) e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais construiu o processo de mobilização de organização social que se desdobra até os dias de hoje (David Guimarães, 2022).

A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) aconteceu como uma tentativa de reforma agrária para a população extrativista (Mary Allegretti, 2008), todo esse processo se deu através de muita organização e mobilização social onde os seringueiros foram os principais responsáveis pela construção desse novo modelo de gestão territorial. Mas a questão da posse da terra não era a única demanda e necessidade dessa população, questões como o escoamento da produção para a geração de independência econômica dos extrativistas e suas famílias, no contexto da região do Médio Juruá. Outra questão muito forte era o acesso aos produtos alimentícios, de limpeza e higiene pessoal do dia a dia, visto a dificuldade no acesso dessas localidades a zonas urbanas.

A região do Rio Juruá tem sua história marcada pela economia baseada nos ciclos de produção de borracha que trouxeram para a região muitas famílias de origem nordestina com a promessa de mudança e melhores condições de vida (David Guimarães, 2022), como conta Seringueira,

Minha família tem vínculo com a extração de borracha na Amazônia a mais ou menos 105, 110 anos atrás quando eles vieram do nordeste brasileiro pra cá, vieram do município de Crato, o navio deles teve um problema jurídico em Belém, passaram 1 ano em Belém, não puderam seguir pra cá, ficaram ali na zona metropolitana tentando

sobreviver de um jeito e de outro, até que a situação jurídica se resolveu e eles seguiram pra cá no ano seguinte, o meu bisavô saiu de lá recém casado e a primeira filha nasceu em Belém [...] chegaram aqui e se alojaram no seringal Manixi na época era município de Carauari recém criado, lá meu avô nasceu, casou, depois nasceu o meu pai, casou e teve 5 ou 6 filhos lá [...] então vieram pra extrair borracha dessa época que trabalhamos com borracha até hoje.

Essa promessa de mudança não aconteceu, visto que os seringueiros tinham um trabalho análogo a escravidão, onde os coronéis da borracha que eram os donos seringais, prometiam casa, ferramentas e alimentação para o seringueiro e sua família, mas a realidade que encontravam eram longas rotinas de trabalho e dívidas que nunca terminavam (Kátia Schweickardt, 2010). O padre João Derickx foi figura fundamental para o processo de autonomia na região, ele escreveu o livro chamado “No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora”, onde descreveu algumas das situações que encontrou essa população,

no rio Juruá, os seringueiros e os índios Deni e Kulina sofrem as consequências da secular escravidão imposta pelos coronéis de barranco, hoje os patrões, pseudo donos dos seringais. Sofrem por causa da permanente invasão de comerciantes exploradores, pesqueiros e madeireiros. Tudo com a total complacência e consentimento das autoridades locais. Um rio tão rico em peixes e quelônios, vê desaparecer a cada dia a tartaruga, e o tracajá vai no mesmo caminho. Choca, contraditoriamente, com um país que é convidado a ingressar no “Primeiro Mundo” a escravidão sempre vergonhosa, em que está submetida praticamente toda a população deste rio (João Derickx, 1993, p. 49-50).

Esse primeiro momento não havia uma compreensão da situação em que eles se encontravam, a percepção que a população tinha era que as condições em que eles viviam eram normais e até mesmo necessárias, como Seringueira continua contando:

Os moradores se ajustaram naquele momento, como um modelo que precisava existir, não era legal, mas precisava existir para poder as coisas acontecerem, é necessário ter o patrão, ele manda a gente tem que obedecer [...], a gente não concordava, mas não fazia oposição e achava que aquilo era necessário existir.

Quando o Pe. João Derickx chegou na região ele se sensibilizou com a situação em que a população vivia, e mais que isso, ele se indignou e iniciou uma mobilização junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), levando educação formal e política para os seringueiros e suas famílias.

E o padre João quando foi fazer as desobriga dele, ele ficou muito preocupado com aquele sistema que ele chamava de semi escravidão branca, e ele começou a falar nas desobriga dele e nas conversa paralela que esse sistema não era legal, que nos tinha direito que precisava ser reconhecido, inclusive o direito de estudar, o governo tinha a obrigação de oferecer escola, então ele começou a colocar um serviço de formiguinha na nossa cabeça que aquilo não tava certo, que não era legal, que era crime aquele tipo de vida, que a gente tinha a possibilidade de viver outras vidas, inclusive com mais liberdade, mas não é do jeito que vocês tão, morando um em uma praia outro na ponta de cima, vocês precisam se juntar em comunidade, se fortalecer (Seringueira).

E foi o que aconteceu, o trabalho realizado pelo MEB e pelo Pe. João Derickx foi tão libertador para a população, que puderam se deu conta do quanto estavam sendo explorados e

como era importantes eles se reunirem e romperem com aquela violência, como também conta dona Andiroba que também viveu esse processo,

Eu era uma das que não perdia uma reunião, aí quando fazia reunião “olha, vocês estão no cativeiro, de baixo do pé do patrão, vamo organizar a comunidade que é pra vocês terem o direito de vocês, formar a associação pra ter o direito de vocês, e aquilo ali 3, 4 queria e a maioria não queria, quando foram vendo que tava dando certo aí que foram entrando [...] aí tudo virou comunidade, todo mundo junto.

A Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), foi criada um ano e meio depois do início do trabalho dos moradores do Médio Juruá junto ao MEB, em 1991, no entanto, só foi registrada em cartório somente em 1994, desde o seu início já tinha uma grande participação, visto que todo a sua diretoria era composta por moradores (Kátia Schweickardt, 2010). A criação da ASPROC viabilizou as demandas mais urgentes dos moradores, a principal delas era se libertar dos domínios dos patrões que até aquele momento eram os únicos que compravam a produção de seringa e ainda eram os únicos fornecedores de alimentos para as famílias, o que deixava muitas pessoas passando dificuldade para suprir suas necessidades básicas (David Guimarães, 2022).

you vivia no cativeiro porque you vivia debaixo do pé do patrão, you não podia tirar 1kg de borracha pra vender fora pra comprar 1 kg de açúcar se não tivesse no barracão, porque já mandava tirar as tigelas da estrada, levantava o seringueiro [...] só com a associação da gente pra melhorar a situação (Andiroba).

No início a principal atividade era escoar a produção que não era comprada pelo barracão e comprar alimentos, como dona Andiroba continua contando:

vendia banana, não tinha nem farinha pra vender, aí a gente criou isso aí, vendia banana, naquela época vendia a banana chegava aqui aí comprava a viação todinha, aí quando chegava dividia o valor daquele rancho, daquele pouquinho, aí foi aumentando aí passou pra farinha, aí foi crescendo, foi crescendo.

Claro que os patrões ao ver a articulação da população buscaram formas para atrapalhar os seringueiros, a primeira ação foi de suspendê-los por um mês, essa suspensão era o impedimento dos seringueiros fazerem a extração da borracha, era retirado as vasilhas da estrada onde se trabalha, assim ele ficava impedido de fazer a coleta (David Guimarães, 2022), como explica Seringueira:

Então, aí ficou todo mundo, eles fizeram assim um negócio meio geral, principalmente as lideranças, todas as lideranças recebeu a suspensão, o que era a suspensão? “Fulano tá suspenso”, patrão dizia: “Oh, você vai ficar trinta dias sem poder ir cortar seringa” e mesmo o patrão tando duas, três horas da sua colocação, quer dizer, não tinha ninguém lhe vigiando, mas ninguém desobedecia. Agora imagine se sua única fonte de renda era a borracha, você trabalhava todo dia e ainda era muito pobre, eu tinha duas moças, eu tinha duas moças, imagine se eu ficasse trinta dias sem produzir, porque minhas criança precisava comer, então esse golpe foi difícil, e nós fizemos uma assembleia pra olha... que muita gente, mas muita mesmo quis desistir da luta nessa hora.

Essa suspensão aumentou ainda mais vulnerabilidade em que se encontravam, visto que não conseguiam produzir alimentos suficientes para alimentar a família, nem tinham como fazer

as trocas nos barracões, foi então que perceberam que além de garantir a subsistência era necessário garantir também a terra para se trabalhar (David Guimarães, 2022). Diante disso, a ASPROC se tornou a principal mediadora tanto das lutas pelo território como da própria luta pela sobrevivência que dura até os dias atuais, tornando-se uma grande referência no trabalho desenvolvido no Território do Médio Juruá.

Toda essa mobilização e articulação dos moradores culminou na criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá que teve seu pedido de criação protocolado em 1990, mesmo período da criação das primeiras RESEX do país, mas só conseguiram sua efetivação em 04 de março de 1997 (David Guimarães et al., 2022). Atualmente a RESEX Médio Juruá ocupa uma área de 253 hectares (ICMBio; Ministério do Meio Ambiente, 2011), e tem como objetivo principal proteger os meios de vida e a cultura da população que reside, garantindo o uso sustentável dos seus recursos naturais (Unidades de Conservação do Brasil, s. d.). No entanto, a RESEX não supriu a demanda presente na região, visto que ela só atendeu um lado do Rio Juruá, deixando muitas comunidades desamparadas,

Aí continuou a luta pra ampliar a RESEX pra mais esse pedaço, ai não foi possível, já começou ali a época mais difícil de criação de unidade de conservação e ai em 2005 o Eduardo Braga era governador, veio aqui e sacou que o povo tava organizado, tinha organização, tinha tudo pra ter aqui uma unidade de conservação modelo pro estado e tudo organizado, todos os levantamentos socioeconômicos feitos, tudo, um bolo pronto pra você chegar meter a faca e comer. Ele aí era opositor a gente pra criar, bora criar uma...eu não digo uma RESEX porque não é a nossa política, mas uma RDS e eu não consigo ver diferença. Ai a gente teve mais uma assembleia, porque no Médio Juruá ninguém nunca decide as coisas sozinhos, pra saber se a gente insistia com a criação da RESEX federal ou se a gente criava uma estadual e teve muito voto contra, mas foi uma maioria que decidiu em transfer...em criar uma RDS estadual, né. (Seringueira)

Foi então quando o governo do estado ao ver o trabalho que estava sendo desenvolvido na região propôs que o outro lado do rio fosse transformado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). De acordo com Kátia Schweickardt (2010) a proposta da RDS foi desenvolvida por um conjunto de estudos tanto das ciências biológicas como das humanidades, elas surgem como resposta ao modelo conservacionista que propunha a criação de Unidades de Conservação (UC) sem seres humanos que no período recebia muitas críticas, e foi inserida na legislação do estado do Amazonas em 1996.

Durante o processo foi necessário atravessar a resistência de alguns moradores que tinham medo quanto a possibilidade de extinção da UC, pescadores que temiam não poder exercer suas atividades e de seringalistas<sup>12</sup> que se diziam donos de algumas terras que iriam compor a RDS, para que essa resistência fosse vencida foram realizadas diversas reuniões e

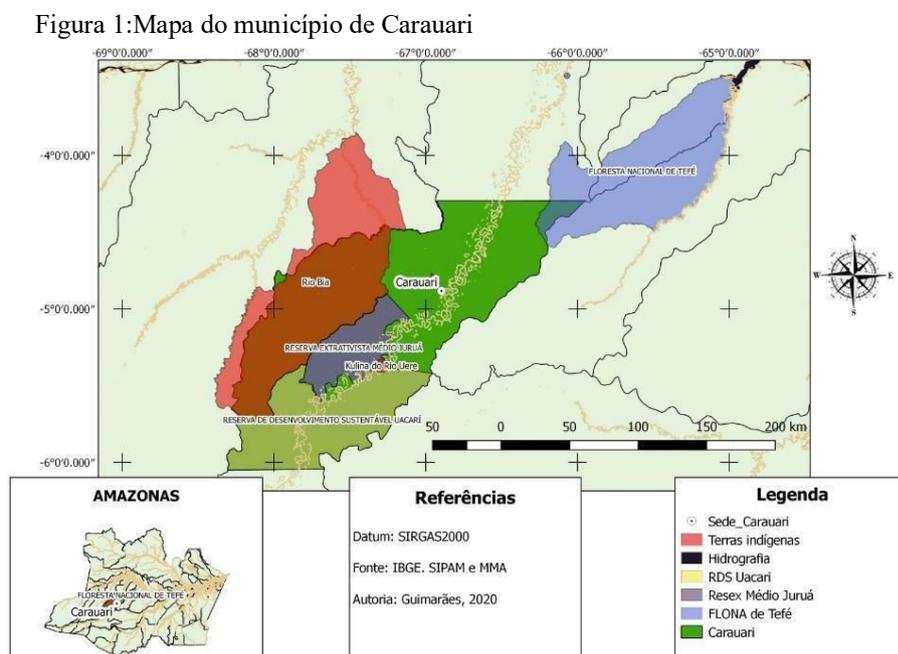
---

<sup>12</sup> Como era chamado os donos dos seringais.

audiências públicas que elucidando o caráter da RDS, a importância da conservação do meio ambiente e dos parâmetros legais que garantiriam as reivindicações dos moradores (David Guimarães, 2022). Assim, a RDS Uacari foi criada em 2005, na margem direita do rio Juruá, no município de Carauari.

Para os moradores do Médio Juruá não há distinção entre RESEX e RDS, claro que em termos burocráticos e técnicos elas existem, mas quando se pensa em organização, projetos e nas ações propostas pelas associações todas as comunidades de ambos os lados são incluídas. As parcerias entre as associações são o que fazem o trabalho acontecer, sem essa compreensão do social e coletivo muitos projetos não andariam, enquanto navegamos nos meandros do Rio Juruá são apenas as placas de identificação das comunidades que nos lembram dessa diferença.

Hoje podemos dizer que Carauari possui duas unidades de conservação dentro do seu território: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e Reserva Extrativista do Médio Juruá, além do Projeto de Assentamento Riozinho, e o território Indígena do Rio Biá pertencente ao povo Deni e ainda compõem o território na Floresta Nacional de Tefé, na figura 1 o mapa do município com as divisões de territórios.



Fonte: David Guimarães et al. (2022).

O trabalho desenvolvido aos longos dos anos desencadeou o processo de mobilização social, partindo da construção de identidades políticas que se formaram a partir da compreensão dos processos de opressão ao qual eram submetidos. A mobilização social parte de processos e de recursos materiais, psicossociais e políticos e desencadeiam as ações coletivas (Marco Prado, 2002). Para isso, o processo de formação da região passou por várias etapas e se desenvolveu a

partir de vários projetos e da atuação de diversas associações presentes na região que ajudaram a sanar problemáticas enfrentadas pelos seringueiros e suas famílias.

## 4. CAMINHO METODOLÓGICO

Penso nas epistemologias da fronteira, que servem para atravessar mundos, e não nas epistemologias da encruzilhada e da fragmentação. Penso em pedagogias da travessia e da erótica social. Penso nas comunidades de camaradas comunidades onde a solidariedade horizontal é acompanhada por um compromisso de aprender uns com os outros (María Lugones, 2018, p. 79, Tradução nossa).

### 4.1 Por uma demanda Amazônida

Fazer pesquisa no centro da Amazônia demanda sensibilidade e preocupação com a população que aqui vive, para assim desmistificar crenças românticas sobre como é aqui viver. Mas como fugir do saque do conhecimento que fazemos ao irmos de encontro a essa realidade? Até o momento não encontrei uma resposta que possa de fato sanar essa questão, no entanto, alguns apontamentos que partem do olhar contracolonial apresentam caminhos que foram escolhidos para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A antropologia por demanda é apresentada por Rita Segato (2021) que discute através de uma perspectiva crítica da colonialidade do poder e da prática disciplinar, Rita sugere que o trabalho de campo deve ser construído a partir das necessidades das comunidades onde a pesquisa está sendo realizada. Desse modo, essa pesquisa desde a sua concepção esteve aberta as realidades que seriam encontradas durante a ida ao campo, essa postura foi fundamental para a execução da pesquisa, visto que diversos desafios foram encontrados ao longo do caminho e muitas mudanças foram realizadas ao longo da estadia em Carauari e durante a escrita da dissertação.

Outro aspecto pertinente é quanto a transdisciplinaridade da pesquisa, que mesmo se tratando de uma pesquisa realizada por uma Psicóloga em um programa de pós-graduação em Psicologia, e estar ancorada nos pressupostos da Psicologia Social e Rural, optamos por adotar um caráter transitório onde foram constantemente emprestados conhecimentos de outras áreas como a História, Sociologia, a Antropologia, a Geografia, entre outras. A necessidade dessa transdisciplinaridade se dá principalmente por se tratar de uma pesquisa realizada em Unidades de Conservação e em uma região onde debates sobre Ecologia e a mobilização social estão bem avançados.

Assim, este trabalho caracteriza-se por um processo permanente de interação e o estabelecimento de relações, entendendo que todos os saberes são situados em um tempo e espaço. Assumindo sermos responsáveis pelo olhar que lançamos, trata-se de posicionar-se e assumir que dentro do espaço da pesquisa também existem relações de poder (Donna Haraway, 1995).

Como coloca Grada Kilomba (2008), todas as escolhas são políticas, e nós como pesquisadoras fazemos escolhas sobre o que será dito e sobre o que não será. Durante toda a pesquisa foi fundamental reconhecer o caráter ativo no processo e os resultados também expressam o momento histórico da pesquisadora, do lugar e das pessoas envolvidas na pesquisa, pois a produção do conhecimento é uma produção humana contextualizada. Dessa forma, a análise e interpretação dos trabalhos e outros dados que possam surgir ao longo da pesquisa serão vistos a luz de uma leitura feminista e contracolonial, reconhecendo tudo que foi postulado anteriormente.

#### **4.2 A Latitude -4.87907, Longitude -66.9001, o território do Médio Juruá**

A pesquisa foi realizada no município de Carauari, que é um dos 62 municípios do estado do Amazonas, tem população de cerca de 29.176 pessoas de acordo com os resultados preliminares do último censo (IBGE, 2022) e densidade demográfica de 1 habitante por km<sup>2</sup>. O município fica a 1.676 quilômetros da cidade de Manaus, capital do Amazonas, seu acesso se dá por via área com duração de 2hs ou pelas curvas do Rio Juruá que pode durar cerca de 2 a 6 dias, dependendo do tipo de embarcação escolhida.

A RESEX Médio Juruá é resultado da organização social dos seringueiros do Médio Juruá, junto com o apoio da Igreja Católica, Conselho Nacional de Seringueiros, Movimento de Educação de Base. Esses movimentos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari (STR) fundaram, em 1991, a primeira associação do município a Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), que tinha em um primeiro momento o objetivo de viabilizar a comercialização da produção extrativista dos associados, hoje a ASPROC considerada o berço de outras associações e sindicatos, sendo fundamental para a organização social e política no município (ICMBio; Ministério do Meio Ambiente, 2011), como já foi apresentado anteriormente.

Atualmente o município conta com diversas associações, sindicatos e outros movimentos sociais que têm lutado constantemente pela manutenção desse espaço e da população, e essa articulação que chama atenção e desperta curiosidade, visto que esse assentamento é uma conquista da população e a sua manutenção e conservação tem se dado principalmente aos atores sociais que têm constantemente se mobilizado, instituindo características únicas para a localidade. A Associação das Mulheres Agroextrativista do Médio Juruá (ASMAMJ) por sua vez tem uma experiência de trabalho singular, principalmente por sua capilaridade que ultrapassa as linhas da RESEX, como também por sua coletividade que possibilita às suas associadas terem espaços de fala e participação na ASMAMJ e nos outros

espaços onde as mulheres eram invisíveis como no Conselho Diretor onde a ASMAMJ também possui cadeira na diretoria.

A pesquisa foi inicialmente pensada para ser realizada apenas na RESEX Médio Juruá, no entanto, ficou perceptível ao longo da estadia em Carauari que os moradores e as organizações locais governamentais e não governamentais não fazem distinção entre RESEX e RDS, essa diferença existe apenas quando pensamos em políticas e na gestão dos recursos. Ao navegarmos pelo Rio Juruá apenas as placas nos lembram dessa diferenciação, por essa razão ao longo a apresentação dos resultados e discussão será utilizado o termo Território do Médio Juruá para falar de toda a região e de ambas das UCs.

### **4.3 A história de vida e a oralidade como instrumentos de pesquisa**

Para o desenvolvimento da pesquisa foi preferido o método de história de vida, esse método tem sido bastante utilizado nas ciências sociais. Sua origem se dá na chamada Escola de Chicago, esse movimento foi assim nomeado por representar um período de forte articulação e publicação de trabalhos por professores e estudantes nos de 1915 a 1940 na recém-criada Universidade de Chicago, tendo sido um período muito significativo principalmente para a Sociologia e para a Psicologia Social (Aline Silva et al., 2007). De acordo com Mirian Goldenberg (2000), as pesquisas da Escola de Chicago tinham um grande desejo de produzir conhecimento de valor social que estivesse de fato em diálogo com a realidade da população para além da academia.

Essa escolha se deu por ser um método que interage com o “contexto vivido, nas singularidades expressas nas experiências subjetivas dos sujeitos sociais que os poderes, as ideologias e os afetos, enfim, os fatos sócio-históricos se inscrevem” (Maria Nogueira et al., 2017). Tem como característica o vínculo entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa (Patrícia Araújo et al., 2016), trata-se de uma construção em parceria, o que exige do pesquisador “uma escuta comprometida, engajada e participativa” (Aline Silva et al., 2007, p. 31).

Durante o processo de contar sua história de vida a memória acaba sendo um dos recursos acessados, onde o passado é resgatado atravessado pelas interpretações do presente, “os sujeitos têm a possibilidade de reestruturar o sentido de sua história, uma vez que os mesmos não são passivos diante da produção dos seus relatos” (Camila Trindade et al., 2020, p. 12). Como coloca Stela Meneghel (2007, p. 126),

Ao buscar pelo fio da memória o enunciado é o avesso, ou seja, olhar para trás, recordar, relembrar, em uma relação na qual fazem parte um cem número de sujeitos:

o narrador, a pessoa que ele foi e não é mais, a pessoa que ele é agora, o ouvinte que ouve, o ouvinte que rememora, o ouvinte que vai mudando ao sabor da narrativa.

Segundo Henry Rousso (2006), acessar a memória individual é acessar também a memória coletiva, mesmo que o inverso não seja possível, visto que cada vivência tem sua própria forma e não se apresenta do mesmo jeito. Assim, os relatos das histórias de vida podem ajudar a entender silêncios da própria história local ou de acontecimentos, partindo do olhar de quem esteve mais distante dos relatos oficiais (Camila Trindade et al., 2020).

Indo de encontro dos discursos marginais onde as vozes são sistematicamente desqualificadas e tidas como inválidas (Grada Kilomba, 2008). Por essa razão, utilizar a história de vida privilegia a oralidade que para muitos povos é a principal forma de transmissão dos conhecimentos e da própria história, permitindo que a memória individual e coletiva sejam experienciadas (Georgina González, 2015), além de propiciar a escuta de saberes e vivências narradas a partir de suas próprias autoras que o significam e constroem novos sentidos partindo de suas falas (Maria Nogueira et al., 2017).

A memória nesse contexto torna-se uma confluência entre passado e presente, onde a subjetividade dá sentido ao que é dito (Alistair Thomson; Michael Frisch; Paula Hamilton, 2006). Esse espaço da memória é lugar astuto como coloca Leila Gonzales (1984, p. 226) “não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção”. Desse modo, o instrumento torna-se um facilitador de um diálogo atento às histórias que serão contadas, observado cada cenário, cada ato e fatos, dialogando com os conhecimentos, vivências e memórias dessas mulheres.

Nesse sentido, Suely Kofes e Adriana Piscitelli (1997) chamam atenção para a importância da memória quando falamos de histórias e narrativas, é através da memória que podemos acessar as lembranças pessoais que nos situam em tempos históricos e culturais, assim como “expor, contar, referir, dizer, registrar, pôr em memória (e, portanto, lidar com a temporalidade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar” (p. 346). Essa memória também pode ser acessada através de outros elementos como coloca Márcia Kambeba (2018), quando afirma que tudo é instrumento da história como o artesanato local, desenhos, a forma de plantar e principalmente a contação<sup>13</sup> que era a principal ferramenta de transmissão de conhecimentos dos povos ancestrais.

---

<sup>13</sup>Forma de transmissão de conhecimentos que estimula à imaginação, atualmente é bastante utilizada como ferramenta pedagógica auxiliando no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional (Cursos Escola Educação, 2021).

Complementando Tiago Hakiy (2018), coloca que os instrumentos da história são os responsáveis por “transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais” (p. 38), entrando em contato com o que Daniel Munduruku (2018) coloca como sendo a memória coletiva do povo, onde cada um e cada uma atua como receptáculo de fragmentos guardados por gerações, que circula para que passado e presente se encontram nesse ritual de resistência.

Diante disso foi utilizada a entrevista de narrativa aberta, que tem como finalidade o aprofundamento de questões específicas. Ela possibilita à entrevistada contar sua história de vida ou acontecimentos marcantes (Sandra Jovchelovich; Martin Bauer, 2002). Ainda segundo as autoras a entrevista narrativa tem como ponto de partida uma pergunta disparadora que nesse caso foi: Qual a sua história de vida no Território do Médio Juruá?

Ao longo da conversa que foi realizada com as participantes eram sendo feitas outras perguntas com o objetivo de aprofundar as questões trazidas por elas.

Foram considerados como critérios de inclusão: ter idade igual ou superior a 18 anos, identificar-se como mulher cisgênero, residir no Território do Médio Juruá. Como critérios de exclusão, foram considerados: possuir alguma complicação de saúde que inviabilize a realização da entrevista.

Foi utilizado também o diário de campo durante todo o período que estive em Carauari, de acordo com Marcelo Calegare et al. (2013) essa ferramenta é utilizada para registrar as vivências e experiências da pesquisadora no dia-a-dia da comunidade, principalmente no contexto Amazônico, em seus eventos e reuniões, a participação nas atividades cotidianas que são oportunidades únicas de trocas e escutas, “em diversas ocasiões, as conversas informais com as famílias tornaram-se verdadeiras entrevistas coletivas, sem roteiros prévios ou formalidades de algum instrumento” (p. 579).

#### **4.4 Caminho Percorrido**

Ao todo passei 70 dias em Carauari, vivendo e convivendo com elas, e ao longo desses dias participei de atividades desenvolvidas no território como por exemplo, a oficina de Contagem de Pirarucu realizada na região do acordo de pesca e a viagem de Comercialização do Projeto Comércio Ribeirinho que passou por toda a extensão das UCs, além de reuniões e visitas nas principais associações que tem sede em Carauari. Mas também pude continuar tendo contato com algumas dessas mulheres ao longo de toda a construção da dissertação.

Após a definição da lista de pessoas para serem entrevistadas, foi feito o convite pessoal para cada mulher, posteriormente foi agendado no local de escolha delas para a realização da

entrevista. Na ocasião foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitado a assinatura no TCLE. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, alguns trechos serão utilizados ao longo do texto. Não foram realizadas todas as entrevistas pensadas inicialmente devido a alguns desencontros, visto que algumas mulheres desempenham várias atividades e estão constantemente em atividades e reuniões externas às suas comunidades.

Foram realizadas 7 entrevistas, sendo 6 entrevistas com mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari e que atuam junto a ASMAMJ, além 1 entrevista com a única mulher que é Presidenta de Associação mista, ela reside na região do acordo de pesca que pertence ao território do Médio Juruá, mas está localizado fora das UCs. Além disso, também foram utilizadas falas de homens e mulheres que encontrei ao longo dos dias que estive lá, e que foram registradas no diário de campo, elas serão utilizadas para auxiliar a compreensão do contexto histórico e da realidade atual do Território do Médio Juruá.

A utilização do diário foi fundamental ao longo da pesquisa, principalmente nas atividades em grupo para registrar conversas, impressões e sentimentos de outras mulheres para além das entrevistas. Nesse sentido, foi uma ferramenta muito pessoal utilizada na tentativa de descrever meus próprios atravessamentos e mobilizações no decorrer dessa experiência, visto que estar em um lugar tão singular marcou minha própria história de vida.

Os áudios foram transcritos em sua íntegra, posteriormente foram lidos e revistos para a identificação dos temas mais pertinentes nas falas das participantes e que dialogavam com os objetivos propostos no projeto. Assim, foram construídos os capítulos que serão apresentadas a seguir através do diálogo com autoras e autores que sigam a mesma epistemologia proposta ao decorrer deste trabalho.

#### 4.5 Questões Éticas

O projeto foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12 e 510/2016, atendendo as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética através do CAAE: 61830022.4.0000.5208. Parecer número 5.758.304, cujo arquivo conta-se em anexo.

Como forma de manter o sigilo optei por utilizar, como codinome para as participantes, nomes de oleaginosas e frutas da região que possuem valor tradicional na região sendo utilizadas a diversas gerações, para uso medicinal, cosmético e alimentício, e que atualmente também geram renda para os comunitários. Sendo elas: Murumuru, Andiroba, Mutamba, Copaíba, Ucuúba, Açaí e Buriti. Quanto às participantes que tiveram suas falas registradas apenas no diário de campo serão utilizadas a nomenclatura de “Seringueira” para todos.

## 5. PELOS MEANDROS DO RIO: QUEM SÃO E O QUE DIZEM AS MULHERES DO TERRITÓRIO DO MÉDIO JURUÁ

As mulheres participantes da pesquisa tinham entre 27 e 56 anos, apenas uma não era moradora de comunidade, todas foram alfabetizadas, 6 tinham ensino médio completo, dessas 1 tem curso superior completo e 2 tem curso técnico e estão cursando ensino superior. Todas possuem renda relacionada às cadeias de produção da região. A seguir, uma breve apresentação sobre quem são essas mulheres.

Murumuru tem 27 anos, mulher cisgênero, negra. É estudante do curso de Pedagogia do Campo, moradora da comunidade de São Raimundo, mas nasceu em Itamarati, cidade mais próxima da comunidade em que a família residia na época. É a única filha entre 4 meninos. Quando criança gostava de brincar no banheiro dos barcos, tomar banho de rio, sempre gostou da floresta, para ela manter a floresta e os seus ensinamentos é fundamental para a manutenção da vida das próprias mulheres. É uma liderança atuante nas questões que se referem ao gênero e a preservação do meio ambiente.

Andiroba tem 56 anos, mulher cisgênero, negra. É agricultora, moradora da comunidade do Roque, a maior em área no território. Nasceu em um seringal, seus avós e pais eram seringueiros, assim como o seu marido. Casou-se com 15 anos e teve 12 filhos e criá 2 netos atualmente em sua casa. No período da entrevista estava morando na casa de sua filha na cidade de Carauari e estava construindo uma casa flutuante para passar nos períodos que ficasse na sede do município. Já foi uma forte liderança no território e esteve presente nas articulações da ASMAMJ desde o início.

Mutamba tem 29 anos, mulher cisgênero, branca. É estudante do curso de Pedagogia do Campo, moradora da comunidade de São Raimundo, nasceu em casa em uma comunidade próxima de Itamarati. Na infância era uma criança mais quieta, mas que sempre gostou de estudar. Foi bem atuante no trabalho com os jovens em um projeto desenvolvido no Território, se tornando referência de liderança jovem, atua principalmente na pauta das questões de gênero. Sonha em ver as mulheres do Território cada vez mais atuantes e pertencentes ao lugar em que vivem.

Copaíba tem 51 anos, mulher cisgênero, parda. É agricultora, gosta de plantar tabaco, fazer roçado e toda atividade que a deixe em movimento, moradora da comunidade de São Raimundo. Nasceu em casa na comunidade em que vivia, teve 13 irmãos, seu avô e seu pai eram seringueiros, assim criaram a família inteira. Quando criança tinha muitas amigas na comunidade, algumas permanecem até os dias atuais. Casou-se com 21 anos, idade considerada

tarde por ela, teve 5 filhos, estava completando 31 anos de casados, para ela esse foi o momento que pode experimentar a liberdade. Sempre gostou de participar das atividades da comunidade e do Território, esteve desde o início presente nas articulações locais. Sonha em ver os filhos atuantes, independentes e realizados.

Ucuúba tem 41 anos, mulher cisgênero, branca. Moradora da cidade de Carauari, trabalha com gestão de projetos socioambientais no Território do Médio Juruá. É formada em Ciências Políticas pela UEA, formação que auxiliou no trabalho com as comunidades. Começou a ter contato com a realidade das comunidades com 18 anos quando começou a trabalhar com o MEB na execução de projetos de Educação permanente. É referência na área de gestão e execução de projetos socioambientais no Território e esteve desde o início presente nas articulações para a criação da ASMAMJ. Sonha em ver o Território cada vez mais independente e organizado, desenvolvendo projetos cada vez maiores e mais desafiadores.

Açaí tem 33 anos, mulher cisgênero, branca. Nasceu em Carauri, mas cresceu e mora até os dias de hoje na comunidade do Lago Serrado, pertencente à área do acordo de pesca. Sempre participou de atividades da comunidade e do Território, foi a primeira mulher a ser presidente da associação e até o momento continua sendo a única. É uma liderança muito atuante em diversas áreas. Sonha em um dia a associação que tua seja referência no trabalho no Território, e que outras mulheres também possam assumir posições importantes nas associações de grande porte no Território.

Buriti tem 52 anos, mulher cisgênero, branca. Nasceu na cidade de Itamarati, e morou em um seringal próximo do município até casar e mudar-se para a comunidade onde a família dele residia. Já trabalhou muito na roça, foi liderança da comunidade e atualmente mora em Carauari por conta do marido que trabalha no município e atualmente se identifica como dona de casa. Sente falta de morar na comunidade, por conta de problemas de saúde acredita que teria dificuldades em morar sozinha lá. Casou-se com 19 anos e teve 5 filhos e 8 netos, que são sua maior alegria. Sempre participou das atividades da comunidade, hoje por estar afastada diz sentir falta de toda a agitação que as atividades demandam.

Após a escuta e interpretação das entrevistas foi possível chegar aos 3 principais temas levantados por elas, sendo: 1. Desenvolvimento Social e a Articulação das Mulheres, eixo no qual será apresentado alguns aspectos de como é ser mulher no Território do Médio Juruá; 2. Educação de Mulheres no Médio Juruá, onde será apresentado a importância no MEB para que as mulheres tivessem acesso à educação formal e o acesso ao ensino superior; e, por fim, 3. Mulheres e o Desenvolvimento Econômico do Território do Médio Juruá que discorrerá sobre a participação das mulheres na economia da região.

## 5.1 Desenvolvimento Social e a Articulação das Mulheres

A história aqui da região é muito bonita assim pela luta, pelas conquistas que já teve. As mulheres sempre fizeram parte desse processo de organização desde o início, só que elas não aparecem na história, elas não são valorizadas na história, só aparecem fazendo história no Médio Juruá os homens, mas as mulheres estavam presente, tavam presentes na reunião na primeira reunião que teve das primeiras pessoas que começaram a se organizar elas estavam presente. A maioria delas ficava em casa passando de semanas sem o marido, tendo que tomar de conta dos filhos e da casa e da plantação, elas tinham que descer o caminho do porto, lá no rio buscar água, subir, mas elas não aparecem na história, elas não fazem parte e aí foi com o apoio do MEB também, aí foi com o apoio deles que elas se organizaram pra criar uma associação pra que elas se empoderassem mais pra que elas fossem valorizadas, já que elas tiveram e têm um papel fundamental na história da região (Murumuru).

Ser mulher na Amazônia, assim como em qualquer outra região, é uma experiência diversa e multifacetada. No Território do Médio Juruá existe a preocupação com diversas questões como as próprias condições de vida, a exploração dos recursos naturais, às necessidades econômicas da família, preocupações relacionadas aos filhos e ao futuro deles são exemplos de questões sempre presentes em suas vidas. Além disso, essas mulheres enfrentam desafios em várias áreas, incluindo acesso à educação, serviços de saúde, participação política e igualdade de gênero. A violência contra as mulheres também é uma preocupação e uma realidade em muitas comunidades.

Apesar dos desafios, essas mulheres desempenham papéis importantes na preservação do meio ambiente, na liderança comunitária e na luta pelos direitos das comunidades locais. Elas têm sido defensoras dos direitos indígenas, da igualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental. É importante reconhecer a diversidade de experiências e realidades das mulheres na Amazônia, evitando generalizações, e ouvindo suas vozes e perspectivas para compreender melhor os desafios e as conquistas que enfrentam. E as vozes vindas do Território do Médio Juruá falam muito sobre quem elas são e o que elas almejam.

### 5.1.1 Ser Mulheres no Território do Médio Juruá

A compreensão do que é ser mulher pode mudar de acordo com cada período histórico, cada cultura e a própria compreensão das mulheres sobre si as outras. Oyèrónké Oyèwùmí (2021) destaca os padrões ocidentais de gênero e identidade feminina no contexto da África, principalmente quanto à problemática de se universalizar o conceito de gênero, desafiando a suposição de que a distinção binária entre masculino e feminino como uma característica inerente de todas as sociedades e argumenta que essa divisão é uma construção social específica

do Ocidente. Assim, como destaca Lorena Cabnal (2010), as mulheres são tidas como complemento aos homens, seja nos aspectos físicos como nos culturais, daí a questão do auxílio e da ajuda dado ao homem no trabalho, visto que as reproduções simbólicas, materiais e de pensamento, construindo assim um equilíbrio entre o feminino e o masculino de forma relacional, visando a continuidade da vida.

No território do Médio Juruá a distinção entre atividades de homens e mulheres é algo pertinente que permeia a histórias de várias mulheres,

Eu me sentia respeitada sim, é que na equipe que eu trabalhava eu tinha que provar, eu tinha que demonstrar que eu estava dando conta do recado. [...] Mas não era pelo fato de ser mulher, era por ser nova naquilo (Ucuúba).

Eu era o braço forte do meu pai, trabalhei muito, aí depois eu conheci meu marido, muito longe ele morava, se não me engano era 5 praia. A gente se conheceu em festa, aí noivei com ele, voltei pra casa do meu pai, aí ficou mais longe dele, si só fui ver ele de novo pra gente casar, aí nos casemo, aí eu fui morar com a família dele, a família dele virou a minha (Buriti).

O papai nunca quis que nós trabalhasse no pesado, assim cortar seringa, trabalhar na roça, não, porque ele disse, ele dizia que a mulher não aguentava o trabalho pesado do homem, era só que ele dizia [...]. Eu trabalho em tudo agora, seringa eu nunca cortei não, eu ajudo eles tira, eu vou mais eles pra levar água, levar comida, mas de noite eu sou pra ir mas eles não me levam porque diz que eu ando muito devagar, mas eu disse que ainda vou mais o caboco, mas pra ajudar a cortar, ajudar a colher eu já fui já. No roçado eu faço tudo, eu só não faço brocar e derrubar pau de motosserra, mas eu encoivaro, eu planto, eu capino, e arrancar mandioca eu também não gosto muito não que é muito duro, eu gosto de trabalhar (Copaíba).

As participantes da pesquisa demonstram que mesmo diante de tantos desafios vivenciados no dia a dia, e que foram normalizados ao longo dos anos, elas têm construído formas próprias de enfrentamento, hoje são mais independentes, desenvolvendo as mais diversas atividades, e ainda utilizando dessas experiências para evitar que os ciclos continuem acontecendo com outras mulheres, como destaca Murumuru,

Desde os 15 anos que eu não ficava mais em casa, comecei a sair, participar de reunião, de formação, passei 2 anos em Carauari [na sede do município]. E aí período assim o meu avô começou a criticar a mamãe, que ela me deixava sair de casa, que não era pra eu sair de casa, só era pra eu sair de casa quando eu casasse, aí detalhe que eu tinha que casar, tinha que ter filho, tinha que morar na comunidade porque o meu marido tinha que ser um seringueiro, um agricultor [...] e a minha avó também, que eu não parava em casa, que eu tinha que parar em casa porque eu tinha que fazer as coisas em casa, fazer as coisas pra minha mãe, pros meus irmãos e aí mesmo eu em casa, certas coisas eu não fazia porque eu não era obrigada a fazer [...] Eu não deixava de fazer nada por esse tipo de opinião e até hoje, eu não deixo de fazer nada que eu gosto de fazer por causa da opinião de alguém, e eu vou pra cima mesmo assim, se alguém me criticar eu respondo, ou se eu ver que algo tá errado eu falo, e tipo, eu não consigo ver uma injustiça feminina pra eu ficar só olhando, calada, eu tenho que falar, eu tenho que ir pra cima, eu tenho que fazer alguma coisa.

Essas falas trazem à tona questões importantes sobre igualdade de gênero e as expectativas sociais em relação ao trabalho. Embora a experiência de Ucuúba pareça estar mais

relacionada à falta de experiência profissional, as declarações de Buriti e Copaíba indicam a existência de estereótipos de gênero arraigados que limitam as oportunidades e atribuem certos tipos de trabalho às mulheres e outros aos homens. Assim como Murumuru que destaca que os preconceitos vividos na própria família, no entanto, nenhuma delas silenciou, para Copaíba e Buriti o casamento foi uma forma de liberdade dos regimes da família, para Murumuru que é a mais nova entre elas, foi o trabalho nos projetos que possibilitou essa saída e Ucuúba conseguiu através do seu trabalho ser reconhecida.

Outro aspecto que chama a atenção é o índice de violência contra a mulher na região, infelizmente faltam dados sistematizados sobre os casos, além de que as taxas de denúncias que acaba sendo baixa, pois, poucas as mulheres formalizam, não há delegacia da mulher no município, nem outros canais de denúncia direta. Nas comunidades onde há dificuldade de comunicação essa questão acaba sendo ainda mais complicada,

A gente fica sabendo de muitas coisas que acontecem, mas nem sempre conseguimos fazer alguma coisa. Tem tudo isso das comunidades serem formadas por famílias, pra elas é mais difícil denunciar, tem o medo, a dependência econômica, o próprio preconceito mesmo. Poucas denunciam, e quando conseguem fazer a denúncia também não significa que vão conseguir justiça (Açaí).

Em 2015, em decorrência da Lei Maria da Penha, foi implementado no código penal o crime de Femicídio, se trata de homicídio qualificado, baseado no gênero, comumente é a última parte em um ciclo de violência contra a mulher, onde o assassino age de forma premeditada e motivado pela vingança, baseado em relações de gêneros desiguais próprios da cultura patriarcal (Carine da Silva; Luciana Schermann, 2021). Em 2019, em Carauari, uma mulher foi assassinada em via pública a facadas pelo ex-marido, eles estavam separados, mas ele não aceitava o fim do relacionamento. A morte de Maria da Conceição da Silva Cunha, marcou e mobilizou duas jovens

E aí nisso há 3 anos a gente perdeu uma tia nossa que foi assassinada pelo ex-marido dela, aí depois disso, depois da morte da titia aí que eu fiquei assim pior, mais rebelde ainda nessa questão de mulher, de ficar sofrendo na mão de homem, de qualquer injustiça feminina assim, e aí é isso quer continuar cada vez mais fazendo algo pra isso mudar (Murumuru).

Pra gente foi um choque muito grande, fico pensando que isso pode acontecer de novo com outras mulheres, até com a gente mesmo, por isso é importante também a gente tá nessa luta, pra isso não acontecer de novo (Mutamba).

A violência contra as mulheres tem repercussões significativas e prejuízos profundos tanto para as vítimas individualmente quanto para a sociedade como um todo. Essa forma de violência afeta mulheres de todas as idades, origens étnicas, níveis socioeconômicos e orientações sexuais, e suas consequências são amplas e multifacetadas. Reta Segato (2014)

destaca que as mulheres indígenas têm sentido o crescimento das várias formas de violência, principalmente a de gênero, esse crescimento tem ocorrido de diversos fatores que também impactam outras mulheres. Enquanto Lorena Cabnal (2010) destaca que a garantia do território fundiário perpassa a garantia pelo corpo das mulheres, garantindo o direito à existência sem medo de seu corpo ser violado ou até mesmo assassinado, o patriarcado deixa as suas marcas por todos os lugares onde passa.

### 5.1.2 As Primeiras Articulações Para a Criação da ASMAMJ

A fundação da ASMAMJ se deu em 2004, no entanto, as articulações começaram muito antes,

Essa questão do movimento de mulheres elas vêm desde lá do MEB mesmo, em 90, mas veio mesmo se fortalecer em 2004 que quando foi criado mesmo, registrado no cartório e a gente tem essa ata. Tem algumas mulheres que nem moram mais nas comunidades, mais essas da segunda diretoria pra frente, a tia é uma das que lutou muito e hoje em dia ela, a gente sempre faz questão de levar elas, porque ela é uma das que lutou, lutou e cansou (Mutamba).

Para que a associação acontecesse foram feitas diversas articulações, puxadas pelo o ICMBio, que na época era gerido por uma mulher e o MEB que também foi representado pela única mulher que compunha a equipe, como ela mesma conta,

Uma das percepções era a necessidade de as mulheres estarem participando também porque a gente participava dos eventos, a maioria eram os homens mesmo e eu lembro que em 2001 foi quando a gente fez o primeiro encontro de mulheres. Porque esse último projeto do MEB ele trouxe essa perspectiva de equidade de gênero e aí os meninos me colocaram na linha de frente, então o que fazer? A gente então convidou várias mulheres pra fazer o encontro, o primeiro encontro de mulheres do Médio Juruá nós fomos pro Bom Jesus, o desafio pra mim também como pessoa aquilo ali pra mim era novo né, era uma realidade nova, era você se empoderar de tudo, do conhecimento, daquela realidade, compreender a vida das pessoas que realmente pudesse coordenar esse processo não é simples não (Ucuúba).

Esse encontro foi fundamental para as mulheres se sentissem vistas, e pudessem entender um pouco melhor a sua própria realidade,

Nesse evento elas contaram a história de vida, teve uma que disse que quando ela tava vindo participar do evento o marido dela que foi contra ela, quis agredir ela, ela contando a história que ela pegou assim no berau da porta deu com os 2 pés no peito do marido dela, e outra disse assim que não participava antes porque o marido não deixava mas que agora ela queria participar, a outra disse “eu vou porque eu tenho o mesmo direito, ele carrega um panelo de farinha, eu também carrego o meu panelo de farinha, ele carrega um panelo de mandioca, eu carrego um panelo de mandioca, ele vai pra roça, eu vou e ajudo, então eu também tenho meus direitos”, outras diziam assim que tinham ido mas que o marido tinha ficado chateado e que ela não ia entrar em casa, ela não sabia como ia ser quando voltasse, e ali a gente discutiu sobre a importância da participação delas (Ucuúba).

Tinha mulher que o marido não deixava ir pra reunião, tinha mulher que não deixava ela participar de nada, ela vivia debaixo do pé do marido, aí a gente fez uma reunião e pensou junto com aquelas que o marido deixava vir pra gente criar uma organização pras mulher pra ver se as mulher sai de debaixo do pé do marido porque a gente foi feito da costela. Mas hoje ainda tem homem que ainda acontece isso né, não deixa a mulher “vai pra reunião fazer o que? vai pra reunião ser sem vergonha!”, né. A mulher quando tá na reunião é tão bom quando a gente tá na reunião de mulher, aí elas ficam dizendo, o marido dela diz isso, o marido diz aquilo, “ai maninha quando eu falei de vir pra reunião fico esturrando, não queria nem que eu viesse, mas eu vim assim mesmo”, nós tem que tocar a nossa vida pra frente, aí a gente pensou isso, foi um benção porque hoje as mulher a maioria tem os seus direitos (Andiroba).

O produto dessa reunião foi o compromisso em criar uma associação apenas para as mulheres, que elas pudessem ter espaço e voz. O objetivo era, e continua sendo, lutar pela valorização da mulher no meio social, garantir o acesso às políticas públicas, fomentar a participação das mulheres na vida social, política e econômica em suas comunidades e no território como um todo. Essa primeira reunião foi o início da articulação das mulheres que começaram a ocupar as associações comunitárias e todos os espaços que puderam,

Eu já participava, na época do MEB eu participava assim, as vezes, que foi quando as mulheres se desenvolveram foi daí né, ele criou um grupo de mulher discutindo os seus poderes, isso deu uma repercussão porque tinha homem que não queria que a mulher fosse né. Porque as mulher ia sair de casa, ia deixar os filhos e o marido sozinho e uma ia descabiciar a outra que não sei o que, toda aquela história, dava uma bronca reunir a mulherada, mas a gente conseguia, aí fumu, fumu, o grupo de mulheres ia fazer reunião e aí foi tirando as decisão, aí foi quando a gente foi passar pra ser liderança, aí quando nós passamos pra coordenar as coisas, foi daí que nos começemo a ter conhecimento do movimento e acreditemo que não é só homem que tem que tá no espaço, as mulher também tem poder (Buriti).

Nesse tempo era bom da gente lutar, o povo era mais diferente, não existia o negócio de muita violência, bebida, negócio de droga, hoje é o que o mundo tá composto né, e eu mantinha o pessoal tranquilamente, nessa época não tinha energia, era motor de luz, cuidava da comunidade, cuidava da luz tudo, era eu que cuidava. E graças a Deus venci 4 anos com um grupozinho de mulher que tinha que eu tirei pra mim, tinha bem que parece 2 jovens também e nós vencemos esses 4 ano, eu nunca trouxe ninguém pra denunciar que Carauari, nenhum canto do mundo porque eu resolvia as minhas coisas lá na conversa [...] Eu passei 4 anos sozinha na liderança, nem a minha bolsa eu desarrumava mais que não dava mais pra desarrumar, era chegando em uma reunião e saindo pra outra, as vezes eu pensava assim, em casa eu pensava “meu Deus não tenho tempo pros meu filhos, não tenho tempo pro meu marido, não tenho tempo pra ninguém, esse negócio de reunião, acho que vou dar um tempo”, aí abandonei a comunidade, passei uns tempo sossegada né, aí a gente voltou de novo, e já saiu de novo (Andiroba).

A primeira gestão foi muito desafiadora, visto que as mulheres que assumiam as duas primeiras diretorias não tinham muito conhecimento de como lidar com as questões burocráticas de uma associação, que seguem uma lógica burocrática, próprias da racionalidade modernidade colonial, como Andiroba destaca abaixo:

Particpei da diretoria, tinha passada uns 3 pela diretoria, foi no tempo que mesmo sem a gente saber nada foi no tempo que a gente legalizou ela, a gente buscou, eu fui buscar onde era que tinha um erro nela que não podia entrar projeto, não podia entrar nada, nem uma conta não podia abrir. Aí eu passei o dia todo lutando com o professor Nelson, aí ele disse que a primeira presidenta tinha uma data de nascimento dela errada, um número errado, aí a gente ajeitou tudo. Eu fui presidente 1 ano eu acho, eu pedi pra sair, é muita responsabilidade, eu não sei ler né, não sei escrever bem, então tinha que depender de uma pessoa pra andar com a gente, nós viemos uma vez e passamos a semana todinha lutando pra descobrir o que era esse erro que tinha nela, ainda bem que consegui, aí hoje é jovem que tá na frente. [...]. Nesse tempo era só o dinheiro que a gente arrecadava da contribuição que a gente pagava, que tinha que colocar na conta e nem uma conta você conseguia abrir, porque ela tava com esse erro lá, eu lutei mais a minha sobrinha a ele, aí podemos abrir a conta, aí foi o passo que ela já foi dando (Andiroba).

As reuniões e assembleias promovidas pela ASMAMJ se tornaram espaço muito importante para troca entre as mulheres, e também pra sentirem que tinham um espaço seu dentro do Território do Médio Juruá,

Eu achei legal né porque sempre eu ia mais na reunião da ASPROC, mais era homem e quando a gente começou indo lá da ASMAMJ, nós era tudo, aí a gente começou desenvolvendo né, os homens que entrava na reunião era se for convidado, eu achei muito legal mesmo, trabalhar assim junto com as meninas, agora eu tô na diretoria da ASPROC. Mas as das meninas é bem mais animada, a gente fica “isso aqui é nosso, nossa reunião”, a gente sente mais segurança (Copaíba).

A gente participada daquelas reunião tão animada que hoje eu sinto falta, eu sinto falta que quando era 3, 4 dias de reunião, que era aquela reunião animada que quando saia parecia que tinha passado um velório por ali, animada organizando as comunidades, dando apoio pro pessoal. E a gente participava junto e ele sempre dizia assim “a gente nunca que vai pros cantos só pra ganhar dinheiro, a gente vai pros cantos pra aprender”, é isso que “aí eu não vou pro canto que não vou ganhar nada”, vai ganhar conhecimento numa reunião, você vai ganhar, você vai buscar conhecimento, e tem gente que não vai porque não vai ganhar [sinal de dinheiro] eu sempre mulher de não (Andiroba).

Após a regularização da associação, a mudança na diretoria e o apoio de outros atores externos a associação começou a crescer e se desenvolver,

Em 2017 veio a oportunidade da ASMAMJ acessar o recurso do fundo, só que aí precisava de uma diretoria, presidência, [...]. Aí foi quando a gente começou a acessar outros recursos, outros editais, aí a gente começou a fazer outras atividades, começamos assim ativamente a ASMAMJ, ativamos assim definitivo. Aí a gente teve que fazer tudo assim de novo, recadastramento que a gente não encontrava mais documento pra isso, tivemos que, aí foi quando outras pessoas começaram a se interessar pra se associar novamente (Murumuru).

### 5.1.3 Como a ASMAMJ Está Atualmente: Sonhos e Desafios

A ASMAMJ nasce com a missão de fomentar a participação das mulheres na vida social, política e econômica em suas comunidades e no território como um todo, com a visão de tornar as mulheres donas de seus futuros e protagonistas na construção de oportunidades, na superação de desafios, no fortalecimento das mulheres, na construção de espaços de participação. Para

alcançar esses objetivos, a ASMAMJ busca apoio e projetos que beneficiem suas associadas de forma transversal, sendo projetos sociais, de empreendedorismo e valorização do conhecimento e cultura.

A associação atua nas comunidades da Reserva Extrativista do Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Uacari no município de Carauari, estado do Amazonas. A ASMAMJ é membro do Programa Território Médio Juruá- PTMJ que é uma iniciativa da região de implementar um plano de desenvolvimento territorial para ampliar o impacto socioambiental e econômico.

As associadas tem o seus sustentos da floresta, em primeiro lugar é a agricultura familiar, coleta de sementes oleaginosas (andiroba, murumuru e Ucuúba), manejo de pesca (Pirarucu e Tambaqui) e cestaria (paneiro, peneira e vassoura de cipó). A faixa etária das associadas é de 18 a 60+, a maioria possui ensino médio completo, sua renda é menos de 1 salário-mínimo, são beneficiárias do Programa Bolsa Família<sup>14</sup>, vivem do que a floresta proporciona.

Nesse sentido, entre os anos de 2013 a 2015 associação realizou encontros de casais, para melhorar a convivência entre homens e mulheres e reduzir a violência domiciliar, promoveu rodas de conversa guiadas para fortalecer a união e o autocuidado entre as mulheres e buscou fundos para construir a sede da ASMAMJ, na comunidade São Raimundo localizada na RESEX do Médio Juruá.

Mais recentemente, já em 2018 e 2019 as ações para o empreendedorismo foram fortalecidas com a criação dos quatro polos empreendedores da ASMAMJ - um para a extração artesanal de óleo vegetal-medicinal (na RDS Uacari) e o segundo para fortalecer a produção de Biocosméticos, o terceiro polo é produção de Biojóias com escamas de peixe e o quarto polo iniciado recentemente de extração de óleo essencial.

Também entre 2018 e 2019 a ASMAMJ realizou o Curso de Parteiras Tradicionais e a Oficina de resgate do conhecimento sobre o uso de Plantas Medicinais com apoio da Fiocruz e Parteiras do Amazonas. Esse projeto, em parceria com o Fundo de Repartição de Benefícios do

---

<sup>14</sup> O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social. O objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas, e potencializar a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuir para a sua inclusão social (Programa Bolsa Família na Saúde, 2023).

Médio Juruá (FRBMJ)<sup>15</sup> mobilizou mais de 60 mulheres e possibilitou a produção da cartilha-guia de Plantas Medicinais do Médio Juruá.

Em 2020 realizou ação para distribuir material de limpeza e higiene pessoal para mais de 100 famílias das unidades de conservação em enfrentamento ao COVID-19 e deu início ao projeto Reconhecimento e a força das mulheres pelo Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá, onde foi possível realizar as seguintes ações: Produção de vídeo institucional e resgate histórico e planejamento da diretoria, assembleia geral para revisão do estatuto e troca de diretoria, registro em cartório da ata de eleição e do novo estatuto e compra dos Kits de fazer o controle de pagamento de taxas nas comunidades.

Contam hoje com 215 associadas que fazem parte tanto da RESEX como da RDS Uacari, na região do Acordo de Pesca, e no Território indígena do povo Deni. A ASMAMJ vem continuamente lutando pela melhoria da vida de suas associadas e suas famílias, atualmente fazem parte do Fórum Território do Médio Juruá (FTMJ), atividades de empreendedorismo em parcerias com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outras associações da região (ASMAMJ, 2022).

A ASMAMJ trabalha ativamente na luta pela garantia de direitos iguais, não pode haver dúvidas da importância das mulheres no processo de desenvolvimento comunitário, mas,

Continua sendo esse, continua assim, o nosso maior desafio é porque as mulheres ainda não conseguem entender a força que elas têm, elas ainda não conseguem entender que quanto mais organizada. Mas a gente vai sair desse mundo machista, mas a gente vai sair desse mundo de injustiça e continua tendo um monte de mulheres machista que aceita “olha, eu sou mulher tem que fazer isso mesmo, porque eu sou mulher”. E detalhe, tem muitas mulheres que criticam as outras, por exemplo tem mulher que tira açaí, que pesca, tem mulheres assim que fazem tudo e não depende do marido e tem mulher que criticam elas que tão fazendo coisa de homem, então esse é o nosso maior desafio ainda, é delas conseguirem, delas entenderem a força que tem, entender que elas têm que tá empoderadas pras coisas acontecerem (Murumuru).

No entanto, para que as mulheres alcancem de fato essa autonomia se faz necessário ampliar o apoio para fortalecimento dos empreendimentos que lhe gerem mais autonomia e

---

<sup>15</sup> O FRBMJ atua na região do Médio Juruá desde 2013 de forma indireta através de doações financeiras via Projetos Socioambientais implementados por instituições da região, e somente no ano de 2017 foi criado formalmente de acordo com a Lei da Biodiversidade, a lei 13.123 de 20 de maio de 2015, a partir da relação comercial entre a empresa Natura e Organizações de Base Comunitária do Médio Juruá. Nesse arranjo coletivo, todas as organizações comunitárias acessam os recursos do FRBMJ. O Comitê Gestor Do FRBMJ é constituído por cinco organizações, sendo três delas de base comunitária: Associação dos Produtores Rurais de Caruaru (ASPROC), Associação dos Moradores Agorextrativista de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU) e Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (CODAEMJ), além de Natura e ICMBio, e conta com a atuação da Secretaria Executiva do Fundo. O FRBMJ tem como objetivo financiar projetos com enfoque socioambiental, comunitário, organizacional, produtivo e outras atividades que visem o desenvolvimento sustentável na RDS Uacari, RESEX do Médio Juruá, Terra Indígena DENI e nas áreas de entorno, com projetos implementados pelas organizações proponentes contempladas nos Editais (Raquele Nery; Instituto Juruá, 2022).

renda fortalecendo os empreendimentos das Mulheres do Médio Juruá, para que ela possa estruturar e ampliar os polos produtivos, considerando a biodiversidade local. A autonomia financeira das associadas tem sido um dos principais objetivos, pois esta traz a possibilidade de que as mulheres invistam no desenvolvimento próprio e de sua família, gerando um impacto sistêmico na comunidade. Essa mudança de perspectiva aconteceu principalmente através da entrada da nova geração que teve acesso à educação desde cedo, viu a luta das familiares e de todos os envolvidos na efetivação dos direitos à terra, como destaca Murumuru,

Bastante, essa questão assim, tipo a nossa geração, a minha geração assim, da minha família, que bom que já não pensa mais como os pais, não pensa mais como meu avô, tipo ter uma mulher dentro de casa pra fazer as coisas, mas não é totalmente moderno eles. Mas já não pensa mais como o meu avô, então isso, acredito que já não vão mais fazer com as mulheres, não vão mais fazer com as filhas quando eles tiverem, talvez as filhas e os filhos vão ter outro pensar também. É que depende muito da educação né, depende da forma como for criada, porque uma mulher machista vai criar os filhos tudo machista (Murumuru).

As mulheres mais novas demonstram bastante respeito as mulheres mais antigas, conseguiram aprender com as dificuldades enfrentadas por elas e valorizam a história de luta do Território do Médio Juruá. Essa questão perpassa a busca pelo conhecimento técnico, visto que ambas buscaram cursos livres e técnicos como forma de aperfeiçoamento, bem como a relação que pude observar entre elas, estando sempre próximas quando podem, sejam nas reuniões como também no dia a dia, durante o manejo, a produção de farinha e as atividades diárias.

Mesmo diante de tantas conquistas ainda existem muitos desafios a serem enfrentados por essas mulheres. A busca por reconhecimento e voz dentro do Território do Médio Juruá é uma questão pertinente a elas,

Hoje em dia sim, hoje em dia já tem assim um maior número de participantes mulher por exemplo nas assembleias, nas outras reuniões, nas outras instituições, mas esse é um espaço que estamos buscando atingir mais ainda, pra que a gente tenha mais espaço que não seja só dentro da ASMAMJ. A gente já sabe que a ASMAMJ são das mulheres, que a gente vai ter uma participação só de mulheres apesar da gente não excluir homem, inclusive convida eles pra participar, mas dentro das outras instituição é mais questão presente, a presença masculina, é mais comum vê [...]. É difícil buscar espaço, ao mesmo tempo é meio que chato por estar lá brigando por alguma coisa que, que não era pra ser obrigatório assim, que não era pra gente tá discutindo pra gente ter espaço, era pra ser alguma coisa normal, mas é ao mesmo tempo difícil (Murumuru).

Além disso, as problemáticas para a participação das mulheres podem ser vistas a partir dos seguintes aspectos:

Eu vejo que tem pelo menos 5 tipos de situação que não deixa as mulheres participarem da associação. Tem as mulheres que são impedidas de participar pelo parceiro, tem mulheres que é aquela situação ela não é impedida mas não é apoiada, tipo eu não te impeço de ir, mas não dá nenhum apoio pra que a pessoa vá, pra uma

mulher que é mãe, que é dona de casa pra sair de casa sem ter um apoio, principalmente com a questão de filhos não é fácil sair. Tem as que realmente recebem apoio, existe, acontece, pouco mas acontece. E tem umas que são acostumadas com a situação, que sempre foi assim, que não se identifica com o movimento. E tem as que querem ver acontecer pra poder participar, ver se vai dar certo e tudo, então eu consigo identificar essas situações (Mutamba).

Até hoje, tem mulheres que não querem fazer parte, não querem se associar porque elas não querem fazer parte desse movimento de mulheres. Mas a gente encontra muitas delas ainda que não querem porque o marido não deixa, porque elas querem mas o marido não deixa, pelo marido não deixar elas não se interessam muito porque “há, eu sou mulher eu tenho que fazer essas coisas de mulher mesmo, eu tenho que ser mãe, eu tenho que cuidar de casa” é isso (Murumuru).

A associação tem tido um grande reconhecimento por parte das instituições, dos moradores das comunidades e já é vista como referência no trabalho junto às mulheres do Território do Médio Juruá, mesmo diante dos desafios geográficos, sociais e econômicos, elas estão abrindo sua própria estrada, construindo uma história única e particular. Afinal de contas, superar o patriarcado e o machismo tão enraizados e naturalizados na cultura não é um desafio fácil de se vencer, mas aos poucos elas têm buscado estratégias para fazê-lo.

#### 5.1.4 Os ensinamentos das Mulheres do Rio Sinuoso em diálogo

As Mulheres do Território do Médio Juruá carregam histórias marcadas pelo machismo e por formas de lidar com as várias formas de violência cotidiana. O desafio de mobilizar as mulheres, o chamado por dona Andiroba de “tirar a venda daquelas que viviam embaixo do pé do marido”, para mim dialoga que o projeto de emancipação trazido por Lorena Cabnal (2010) quando fala:

Não defendo meu território só porque preciso de recursos naturais para viver e deixar uma vida digna para outras gerações. Na abordagem da recuperação e defesa histórica do meu território corpo terra, assumo a recuperação do meu corpo expropriado, para gerar vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de conhecimento libertador para a tomada de decisões e este poder juntamente com a defesa da minha terra território, porque não consigo conceber o corpo desta mulher, sem um espaço na terra que dignifique a minha existência e promova a minha vida em plenitude. A violência histórica e opressora existe tanto para meu primeiro território corporal, quanto para meu território histórico, a terra. Nesse sentido, todas as formas de violência contra a mulher ameaçam aquela existência que deveria ser plena. (p. 131)

Essa luta pela liberdade e autonomia perpassa o direito ao território e ao enfrentamento das expressões das violências patriarcais sofridas por todos aqueles que vieram há gerações para trabalhar nos seringais com a esperança de um futuro, a esperança de construir algo seu, uma terra e um lar. Como destaca Maria Lugones (2008), a chegada dos colonizadores trouxe consigo uma lógica onde o homem é colocado a ocupar os papéis patriarcais, como o chefe que dita as ordens, no entanto, quando passamos para a realidade das comunidades que sofrem

opressão vemos que os homens reproduzem as próprias violências que sofrem, os seringalistas assujeitaram seus trabalhadores, os tornando escravos do trabalho para o próprio benefício, assim como os seringueiros assujeitaram as suas mulheres e filhas, as colocando como subordinadas e incapazes de trabalhar, estudar, brincar, escolher seus maridos, e qualquer outra decisão.

No entanto, ao longo de gerações essas mulheres foram aprendendo a não silenciar, participaram junto com seus maridos das lutas pelo território, posteriormente, com o direito à terra garantido e através de outros processos como o acesso à educação, o apoio de atores de fora como a o ICMBio e o MEB conseguiram autonomia para lutar também pelo seu próprio território. As mulheres que estão à frente da associação atualmente trazem consigo as memórias de tantas violências vividas no cotidiano que foram normalizadas de tal modo que mesmo hoje não as veem como violências.

Os espaços coletivos possibilitam às mulheres o diálogo coletivo sobre as suas condições de vida e potencialidades, facilitando a construção coletiva de estratégias para a superação das adversidades de forma organizada e compartilhada (Ana Rubio et al., 2017). Ao perceberem a sua potência na primeira reunião apenas para elas em 2002 ano, as mulheres do Médio Juruá se deram conta que não estavam sozinhas em suas casas e comunidades, perceberam que era possível terem sonhos, eram capazes de realizar projetos e hoje almejam lugares nunca pensados, se tornando um marco nesse processo, pois ali perceberam que compartilhavam desafios e aspirações comuns, essa descoberta despertou nelas a consciência de que podiam juntas poderiam alcançar seus objetivos.

Segundo Drude Dahlerup (2004) essa construção coletiva das mulheres atua de forma significativa para a mudança da realidade em que estavam inseridas, visto que desequilibra as relações de poder já existentes, quanto mais mulheres ocuparem os espaços, mais elas terão recursos para mudar a sua realidade e a do seu grupo. Como também destaca Lorena Cabnal (2010, p. 133, tradução nossa),

na medida em que nos ouvirmos, nos reconhecemos na diferença e repensarmos como construir o pensar, o sentir e os diálogos respeitosos, poderemos continuar unindo fios de onde estivermos, desde que nos propusemos ações de forma coerente contra o patriarcado.

Ao estabelecer um ambiente de respeito e cooperação, elas conseguem fortalecer os laços entre si, mesmo estando em locais distintos. Essa união permite que continuem tecendo conexões, independentemente de onde estejam, desde que estejam comprometidas com ações coerentes contra o patriarcado.

Dessa forma, os espaços coletivos se tornam ferramentas poderosas para que as mulheres possam dialogar, fortalecer-se mutuamente e promover mudanças em suas vidas e na sociedade como um todo. Através da construção coletiva, elas podem romper barreiras, redefinir papéis e conquistar espaços que antes lhes eram negados, promovendo um futuro mais igualitário e inclusivo para todas.

Por fim, muitos passos e processos ainda precisam ser feitos, no entanto, como destaca Maria Lugones (2008) para a construção de um feminismo de resistência é necessário contestar todas as formas de opressão que vão para além do gênero, é necessário um olhar interseccional, considerando raça, classe e sexualidade. Para isso precisamos caminhar pelas fronteiras, descolonizando as formas de conhecimento (Josimere Gonçalves e Joyce Ribeiro, 2018), e esse conhecimento que essas mulheres têm, se faz necessário apenas um olhar mais sensível e comprometido, que reúna esforços conjuntos para a superação dos desafios.

## 5.2 O Aspecto da Educação de Mulheres no Médio Juruá

A questão da Educação foi algo que emergiu durante os diálogos com as participantes. A educação no contexto amazônico sempre enfrentou desafios. Nas capitais as escolas eram principalmente voltadas para os mais ricos, as periferias ficavam totalmente desassistidas, enquanto os municípios do interior praticamente não existiam, apenas a sede dos municípios tinha escola e as comunidades eram totalmente esquecidas. Essa realidade começou a mudar a partir das Constituição de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), da Emenda Constitucional nº 53/2006, do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2024, onde a educação foi colocada como direito fundamental para todos (Maria Rosário; Maria Souza; Genylton Rêgo, 2021).

No contexto amazônico, o acesso à educação tem números muito abaixo do nacional, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE, apenas 16,9% das crianças até 3 anos tiveram acesso à educação infantil (IBGE, 2018), no ensino fundamental 44,1% das pessoas com mais de 14 anos, não concluíram o ensino fundamental (IBGE, 2019), os dados nacionais demonstram que 98,1% da população brasileira de 6 a 14 anos frequenta ou já concluiu o ensino fundamental (UNESCO, 2020). Embora tenham sido realizados diversos marcos legais e documentos reafirmando o direito de crianças e adolescentes, a universalização da educação não foi alcançada no país e, principalmente, na Amazônia (Maria Rosário; Maria Souza; Genylton Rocha, 2021).

Quanto à questão de gênero, não foi possível encontrar dados a respeito da atual situação, visto que Diagnósticos e outras pesquisas como a realizada pelo projeto Amazônia 2030 intitulado “A Educação na Amazônia Legal: Diagnóstico e Pontos Críticos”, publicado em 2021, não consideram o aspecto do gênero. Assim como o “Diagnóstico de Gênero no Amazonas: Políticas Públicas e Inclusão de Mulheres”, realizado pela Fundação Amazonas Sustentável, publicado em 2020 que não tinha o aspecto da escolaridade.

Apesar desses desafios, várias iniciativas têm sido implementadas para promover a educação formal das mulheres na Amazônia. Programas governamentais e não governamentais buscam aumentar o acesso à educação, especialmente em áreas remotas, por meio da construção de escolas, melhoria do transporte e fornecimento de bolsas de estudo. Entre eles se destaca a atuação do Movimento de Educação de Base dentro dessas mobilizações no Território do Médio Juruá, desse modo, torna-se importante compreender o que é esse movimento.

### 5.2.1 Movimento de Educação de Base

O Movimento de Educação de Base<sup>16</sup> (MEB), foi criado em 1961 como uma resposta da Igreja Católica às insurgências populares que ocorriam principalmente no contexto rural, quando essa população começou a tomar consciência das violências e opressões que sofriam (Maria Rapôso, 1985). Assim a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o MEB como apoio da Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC), durante o governador Jânio Quadros e do governo federal, que através do Ministério de Educação e Cultura e do Ministério da Saúde, iniciaram o Projeto de educação radiofônica (Ingrid da Silva; Rafael Falcão; Olivia Neta, 2020).

O principal objetivo do MEB era o de promover a educação como forma de conscientização e transformação social, atuando principalmente nas regiões rurais e nas grandes periferias urbanas, onde não havia escolas e não havia acesso à educação, sempre considerando os aspectos culturais, as tradições locais, os saberes e experiências dos educandos para além da sala de aula, tendo influência das correntes pedagógicas da educação popular e freiriana, baseada na ideia que a educação é um processo de libertação, capaz de transformar as relações sociais e promover a justiça e a igualdade (Alderlene de Souza; Fabricio da Silva, 2014). Os educadores do MEB incentivavam a participação ativa dos estudantes, estimulando o diálogo, o debate e a reflexão crítica sobre a realidade em que estavam inseridos, assim o processo educativo buscava suscitar a curiosidade para além dos conhecimentos acadêmicos, construindo habilidade e a consciência que cada uma e cada um como agentes de transformação de suas comunidades.

O MEB até os dias atuais tem um impacto significativo ao promover a conscientização política e social, formando lideranças em todo o Brasil, sendo um marco para a educação emancipatória como instrumento de transformação social e valorização da cidadania. Como destacam Ingrid da Silva; Rafael Falcão; Olivia Neta (2020, p. 13) “experiência de transformação social, no que diz respeito à alfabetização, ao desenvolvimento do homem, à consciência crítica e às suas lutas político-ideológicas”.

Além disso, foram atores fundamentais para a implementação de escolas e de garantir o acesso à educação nas comunidades, visto que naquele período não havia escolas nas comunidades, como destaca Ucuúba:

---

<sup>16</sup> O MEB tem ligação com a Teologia da Libertação, movimento que ganhava força em toda a América Latina. Trata-se de uma abordagem teológica cristã que tem como prioridade o trabalho com os pobres, vistos como oprimidos pelos contextos socioeconômicos, buscando a emancipação de todas as formas de opressão, dialogando através da educação popular dialógica cristã (Maria Rapôso, 1985).

Ali por 98, então quando eu entrei estavam fazendo uma primeira experiência discutindo isso, que era o telecurso 2000 acho que era mais ou menos isso. Então foi proposta de 5ª a 8ª série pra garantir a educação então, mas as discussões nas assembleias rurais. As discussões nas assembleias da ASPROC, o papel da ASPROC, o papel do MEB era fazer os representantes dessas instituições governamentais e parceiros para garantir os direitos, garantir o direito à educação, [...] Essa discussão de continuidade do ensino pra além da 5ª série aconteceu, tanto é que hoje nós temos o ensino médio nas comunidades e 1 turma de nível superior, isso é fruto desse movimento social também, com muita cobrança, porque se não houver esse grito é esquecido, pra eles tá muito bom.

Essa mudança trouxe impactos muito positivos principalmente para as novas gerações como é possível observar nas falas das mulheres mais jovens,

Comecei a estudar com 7 anos porque na época não tinha escola, não tinha também essa, não na comunidade, não tinha tipo as séries iniciais na escola, não tinha, então já comecei a estudar da 1ª série com 7 anos de idade. (Murumuru)

Na época que eu estudava as crianças só entravam na escola com 7, era regra, agora com o meu filho entrou na escola com 4 anos, na escola na comunidade mesmo. (Mutamba)

As mulheres que não tiveram acesso à educação veem essa possibilidade como forma de ascensão social, tendo como possibilidade de melhoria de vida, incentivando filhos e netos a essa possibilidade. Algo similar observado em outra pesquisa por Pâmela Ferrarini e Livia Magalhães (2014) onde as mães que não tiveram acesso à educação colocam o acesso à educação formal como forma de melhoria para o futuro e estratégia para sair do trabalho pesado.

### 5.2.2 Os desafios para além do acesso à escola

A educação formal das mulheres na Amazônia tem enfrentado desafios específicos ao longo dos anos, devido às características geográficas, socioeconômicas e culturais da região. Embora tenha havido progresso significativo, ainda existem disparidades de gênero no acesso à educação e na qualidade do ensino para as mulheres amazônicas. Uma das questões fundamentais é a falta de infraestrutura adequada em áreas remotas da Amazônia, diversas comunidades estão distantes dos centros urbanos e enfrentam dificuldades de acesso a escolas, principalmente do ensino médio e superior. Isso limita as oportunidades educacionais para mulheres que desejam prosseguir seus estudos além do nível básico, como demonstra as falas.

Quando eu tinha 17 anos fui pro banco da escola a primeira vez, fui muito satisfeita, aí fomos nós tudinho, ele deixou nos tudinho estudar. [...] Aí quando era 1h da tarde eu saía com a outra canoada que eu era a mais velha da turma aí quando era 5hs 5:30 nos saía de lá, enfrentando jacaré, enfrentando corredeira, enfrentando temporal e noite remando, nos sai de lá 5hs mas era remando subindo. A gente remava 2 praias e um estiram, tinha dias que no estiram o jacaré e os botos impedia da gente passar a canoa a gente ficava parada no barranco sem poder botar a canoa na frente. Aí eu estudei 8 meses, esses 8 meses que eu estudei eu aprendi a ler e escrever. (Copaíba)

Eu comecei a estudar acho que eu tinha, deixa eu ver, eu tive ele com 21 eu acho que eu comecei a estudar eu tinha uns 29 anos, porque os menino já era tudo nascido quando eu comecei, os menino era tudo pequeno. Mas eu sempre gostei de ter meus filhos bem organizado, aí eu deixava eles com a minha cunhada, aí um dia eu cheguei e eles. O menino mais velho ele tinha alergia pra bicho, o bicho ferrava ele Deus o livre, aí eu cheguei ele tava todo ferrado de pium aí eu fiquei pensando “eu não vou mais estudar”, “pq?”, “porque eu vou cuidar dos menino, eu só vou estudar agora quando os meninos tiver grande”. Aí quando eles entraram no EJA, que eles fizeram o EJA, que foi depois que eles se formaram aí foi a minha turma, aí eu fiz o EJA que era chamado o Telecurso da época, aí terminemo o Telecurso junto com eles aí eles entraram no Ensino Médio aí eu não quis, aí “mamãe a senhora tem que estudar”, “não, não vou estudar não”. Aí quando eles terminaram o ensino médio deles, aí quando foi pra formar outra turma eu entrei. (Buriti)

A desigualdade socioeconômica tem impacto negativo no acesso à educação, muitas famílias na região enfrentam dificuldades financeiras e não conseguem arcar com os custos associados à educação, como materiais escolares, uniformes e transporte, as meninas são priorizadas para o trabalho doméstico ou casamentos precoces, em vez de receberem uma educação formal. A infância de muitas mulheres que moram em regiões mais isoladas é marcada pelo trabalho e pelas dificuldades socioeconômicas, sendo naturalizado pelas relações familiares (Pâmela Ferrarini; Lívia Magalhães, 2014). Esses aspectos podem ser vistos nas falas a seguir:

Era muito ruim pra nós, nos trabalhava muito e era muito difícil pra nos estudar tudo junto porque eles cortavam seringa, eles saiam de casa meia noite iam pra estrada, quando chegavam ia pro roçado, ia pro roçado só de manhã eu ia com eles aí quando era de noite de novo eles tinham que ir de novo estudar e ir pra estrada de novo, ficava muito puxado. Aí quando eles terminaram o ensino médio foi quando eu entrei, aí eu terminei a turma do ensino médio, inventemo de criar menina, eles já eram tudo grande e levando a menina nos botava e levava a menina no carrinho, eles me ajudavam mas o peso, a carga era pra mim. Eu era o chefe de tudo aí ficou muito puxado pra mim, mas terminei o ensino médio assim mesmo, levando trabalho, levando o caderno pra casa de farinha, quando tinha tarefa pra nos fazer nos levava os caderno pra casa de farinha, aquelas horinhas que nos ficava parado nos fazia tarefa, tudo direitinho ai eu terminei. As meninas disse “mamãe tava bom da senhora estudar de novo”, eu digo “não quero mais não, não tenho mais cabeça pra isso mais não”, o estudo hoje é muito pesado aí eu não tenho mais vontade de estudar mais não, paciência até que eu tenho mais a gente é muito ocupado né. (Buriti)

No tempo que nós vivia dentro da casa do papai nosso trabalha era só mermo trabalho de casa, só arrumar a casa, lavar vasilha, tratar peixe, fazer comida, zelar o terreiro, mamãe tinha um quintalção bem grandão, tinha que tá todo varrido e todo capinado, não tinha o que fazer era só isso que nos fazia, (Copaíba).

Quando a gente era mais criança a gente brincava, depois já não dava mais pra brincar porque o trabalho era grande na casa. Agora os outros criancinhas brincavam dentro de casa mesmo, a gente não dava tempo não, a casa era grande (Andiroba).

De acordo com Rosineide Cordeiro (2012), no contexto rural as mulheres ficam restritas ao espaço particular como a casa, o grupo familiar e a comunidade a que pertencem, enquanto para os homens fica o espaço social como gestão da unidade familiar, aquisição de

equipamentos para o trabalho, comercialização dos produtos e comércio de terras, liberdade para sair, beber com os amigos, ir às festas e jogos.

Assim, dentro do contexto rural há uma dificuldade das mulheres em terem acesso à educação por essa diferenciação de gênero, onde a mulher se limita ao espaço doméstico e os homens o espaço social (Pâmela Ferrarini; Lívia Magalhães, 2014). Um desdobramento dessa questão é quanto a proibição de alguns pais faziam não permitindo que as filhas estudassem:

Eu morria de vontade de estudar, quando eu fiz 16 anos teve o primeiro professor nas comunidades, mas ele não deixou ninguém lá de casa estudar, a gente remava 2 praias baixando aí chegava na mesma comunidade que o caboco morava que o cunhado dele que era o dono do seringal do Xibauá e ele tinha esse barracão lá, tinha muito gado, ele era bem de vida. Ele entrou com a ajuda da prefeitura de Carauari aí fez um colégio, uma escola no Xibauá, aí ele colocou um cunhado dele pra dar aula, um cunhado do cunhado do caboco, mas ele não deixou nos estudar com ele porque ele era uma pessoa que era dava em cima das mulher, ele tinha a mulher dele mas ele gostava de pular a cerca atrás de namorar com as outras meninas, aí ele não deixou nos estudar, aí se passou 2 anos, passou 1 ano “deixa as suas filhas vir estudar”, ele disse “com o Zé eu não deixo não”. Aí o finado Bebe tirou o cunhado dele e colocou o filho dele, que ele hoje e o meu cunhado aí ele disse que com esse ele deixava a gente estuda, com 17 anos eu me sentei no banco da escola a primeira vez, eu e as minhas irmã tudinho, agora os meus irmão mais velhos já tinham estudado em casa de família no mesmo Xibauá. (Copaíba)

### 5.2.3 Para além da educação básica, as mulheres e o ensino superior

É importante destacar que na cidade de Carauari há apenas um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que dispõe dos seguintes cursos segundo o site: Tecnólogos: Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Logística, Petróleo e Gás, Produção Pesqueira; Licenciatura: Ciências Biológicas, Geografia e Pedagogia; Bacharelado: Ciências Econômicas e Educação Física, em 2023 incluíram também os cursos de Direito e Turismo. No entanto, alguns desses cursos não abrem todos os anos, alguns como o curso tecnólogos não abrem a bastante tempo. As pessoas que têm interesse em cursar o ensino superior precisam mudar-se para a sede do município em Carauari, devido à distância e o custo do deslocamento é inviável que ocorra idas e vindas das comunidades para a sede mesmo que semanalmente.

Após muitos anos de lutas e várias parcerias firmadas, em 2013 veio o primeiro curso que acontecia em uma sede localizada no meio do Território do Médio Juruá, no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) Pe. João Derickx, localizado na RDS Uacari, próximo à comunidade Bauana, inaugurado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no mesmo ano, até os dias atuais é utilizada para a realização de diversas atividades e capacitações. A base do Bauana, como é chamada pelos comunitários, possui infraestrutura com salas de aula, auditório, laboratório de informática conectados à internet, cozinha, refeitório, alojamentos feminino e masculino, posto de saúde, entre outras estruturas que são utilizadas para as aulas (FAS, 2020).

O primeiro curso ofertado foi o Técnico de Nível Médio de Produção Sustentável em Unidade de Conservação em 2013,

Aí teve um curso técnico no Bauana, que era técnico em produção sustentável, foi um curso assim meio criado a metodologia, a disciplina pela FAS, só que o CETAM certificava (Mutamba)

Depois do ensino médio fiz um curso técnico no Bauana, que é onde a gente estuda hoje a faculdade, curso técnico em Produção Sustentável, e aí fiquei (Murumuru)

Curso Técnico em Produção Sustentável, promovido pela FAS em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), teve duração de 2 anos, formaram 45 estudantes, sendo 18 mulheres, que tiveram sua participação bem restrita, visto que durante o período das aulas os estudantes precisavam residir na sede do Bauana,

Não era muito fácil, a gente ficava um tempo fora de casa durante as aulas, a gente morava lá, às vezes a gente pescava pra ajudar na comida, era aula o dia todo e tarefa a noite, trabalho de grupo, algumas meninas mais novas desistiram, foram pra casa e os pais não deixaram mais voltar (Seringueira)

Foi difícil no começo, mas depois a gente se acostumou, era bem puxado por a gente morar lá, era como se não tivesse descanso (Mutamba)

Esse primeiro curso ofertado veio da necessidade de profissionalização dos comunitários, visto que após tantos avanços na comercialização e nas cadeias produtivas, ainda faltavam profissionais do próprio território para ocupar alguns cargos e funções. No entanto, isso não se aplicava às mulheres que participaram do curso,

Naquela época o modo de produzir das pessoas com o que a gente tava aprendendo no curso era uma novidade grande, são práticas que eles não tinham, não tem até hoje, como forma de produzir suas culturas, só que agora algumas pessoas já estão se adaptando. [...] Eu aprendi muitas coisas com as disciplinas que a gente tinha, mais do que só melhorar os métodos de produção, porque de aplicação aqui próximo da minha casa eu não consegui implementar nada. Mas agora na minha família tem os Safis, coçar e deixar o chão coberto, não ficar limpando o solo todinho pro solo secar e rachar. A minha mãe tem vazante aí eu falo pra minha mãe que se plantar o milho com o feijão dá melhor tanto o milho quanto o feijão e é só isso, uso esses conhecimentos só na minha casa mesmo. (Mutamba)

Depois que esse curso aconteceu algumas coisas mudaram por aqui, um outro olhar, mais profissional, algumas pessoas foram trabalhar na ASPROC como eu por exemplo, outros estão até hoje nas diretorias das associações

Pesquisadora: Algumas dessas pessoas são mulheres?

Não, apenas os homens, poucas mulheres terminaram o curso (Seringueira)

Posteriormente, em 2019 foi ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) o curso de Pedagogia do Campo. Foi realizado um processo seletivo apenas com os moradores do Território do Juruá. A demanda foi apresentada à UEA pelo Fórum do Território do Médio

Juruá devido a necessidade de ofertar uma formação superior mais próxima dos moradores e com uma ementa que atenda a necessidade local e regional.

O vestibular contou cerca de 200 pessoas das comunidades inscritas para as 50 vagas que foram ofertadas, o curso possui estrutura modular, ou seja, uma disciplina sendo cursada por vez, tendo a duração de cerca de 3 meses, estudantes e professores residem na sede do Bauana durante esse período, os professores são disponibilizados pela própria UEA que coordena toda a parte pedagógica, enquanto a Prefeitura de Carauari faz o suporte com o transporte que pega cada estudante em sua comunidade e leva os professores até a sede, além da alimentação (FAS, 2020). As demais associações do território: Instituto Juruá, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), entre outras organizações também auxiliam para a execução do curso.

As mulheres mais jovens já tiveram acesso à educação com idades menores e ao ensino superior, no entanto, como destaca Tatiana Camargo e Muriel Boeff (2018) a maior escolarização nem sempre significa acesso a oportunidades para as mulheres, considerando principalmente a oportunidades de escolhas, como destacam as falas a seguir:

Fazendo agora, Pedagogia do Campo, não era o que eu queria [...] o que eu queria assim, não sei se eu fui influenciada pelo meu avô. Mas desde pequenininha e gostei de floresta, sempre gostei de animal, sempre gostei dessas coisas, ele passava isso pra gente, pra gente cuidar da floresta, que era de lá que a gente tirava o nosso sustento, a gente tinha que cuidar, que proteger, e aí eu queria fazer ou engenharia florestal ou de pesca, ou biologia ou veterinária (Murumuru).

Eu nem parei pra pensar nisso, eu só pensava assim “eu quero estudar”, a oportunidade que eu tinha. [...] Eu queria estudar, mas eu não queria sair daqui pra ter que estudar, aí foi o que apareceu, mas eu tô gostando muito da faculdade, pedagogia do campo, e é uma área assim que faz todo sentido com a nossa realidade (Mutamba).

Atualmente a turma de Pedagogia do Campo conta com 34 estudantes, sendo 17 mulheres. No entanto, a escolha pelo curso se deu principalmente por ser o único curso disponível, as duas entrevistadas que estão cursando relatam que não pretendem seguir a área,

O meu plano não é tipo, ah, entrar pra uma sala de aula e ficar 4 horas lá trancada dando aula, mas eu quero muito contribuir com a educação do território, da região, mas não dentro de uma sala de aula, mas essa parte social mesmo de, o que a gente já faz na associação. Assim, basicamente, trazer mais a educação pra dentro da comunidade pra nossa realidade, mas não numa sala de aula, mais com projeto social mesmo. (Murumuru)

Eu quero concluir essa faculdade, mas eu ainda não tenho plano de lecionar, eu tenho interesse nas outras áreas de pedagogia, que a pedagogia do campo abrange, mas lecionar eu ainda não tenho vontade não. (Mutamba)

#### 5.2.4 As impressões que ficam

Muito tem se falado sobre desenvolvimento ambiental e sustentabilidade, no entanto, para que isso ocorra se faz necessário que a justiça ambiental esteja aliada à justiça social, que

deve ser considerada a partir do acesso a recursos e a educação (Carlos Estêvão, 2016). Principalmente da educação na Amazônia para as mulheres considerando a questão da equidade de gênero, muito ainda precisa ser feito, visto que o caráter democrático da educação deve ser considerado pensando na ampliação do acesso e nas opções de cursos disponíveis para quem está mais distante dos grandes centros urbanos (Maria Rosário; Maria Souza; Genylton Rêgo, 2021).

As barreiras culturais e sociais também desempenham um papel significativo na educação das mulheres na Amazônia. Algumas comunidades têm normas tradicionais que valorizam mais as atividades domésticas e restringem as oportunidades educacionais para as mulheres. Isso pode levar à desistência escolar precoce e à falta de representação feminina nos níveis mais altos de educação e liderança.

Ainda se faz necessário realizar esforços para sensibilizar as comunidades e os comunitários sobre a importância da educação das mulheres, visando mudanças culturais, sociais e políticas. Além disso, a formação de professores e educadores com uma perspectiva de gênero deve ser promovida, a fim de garantir que as escolas ofereçam um ambiente inclusivo e igualitário para meninas e mulheres. Isso inclui a implementação de currículos que valorizem a diversidade, a equidade de gênero e a participação das mulheres na história, ciência, tecnologia e outros campos.

Embora os avanços tenham sido feitos, é necessário um esforço contínuo para superar os desafios persistentes e garantir que as mulheres na Amazônia tenham acesso igualitário à educação formal. Isso envolve o apoio contínuo do governo, das organizações da sociedade civil e da comunidade em geral, bem como a conscientização sobre os direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade.

### **5.3 As Mulheres e o Desenvolvimento Econômico do Território do Médio Juruá**

A presença das mulheres mudou os modos de trabalho e as formas de viver nos seringais no Amazonas, mesmo que em menor número e tendo os homens como presença majoritária desde o primeiro ciclo da borracha, foi através da chegada das primeiras mulheres que vieram acompanhar os maridos durante o segundo ciclo da borracha, que algumas mudanças ocorreram (Agda Brito, 2018). Desde então essas mulheres desempenham um papel fundamental na vida socioeconômica na região amazônica de forma silenciosa, elas são agentes de mudança, buscando sempre a melhoria nas condições de vida, contribuindo significativamente para a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, algo que também acontece no Território do Médio Juruá.

Além disso, as mulheres do Médio Juruá desempenham um papel crucial na promoção da economia sustentável na região. Seu conhecimento tradicional sobre o uso dos recursos naturais, aliado à sua visão de longo prazo, contribui para a preservação da floresta e a busca por alternativas econômicas sustentáveis, através das cadeias de produção e outras formas de renda. Elas demonstram uma notável resiliência e capacidade de adaptação, desenvolvendo atividades empreendedoras, como a produção de artesanato, a agricultura familiar e a pesca, para sustentar suas famílias e comunidades.

O presente capítulo apresentará aspectos pertinentes a questões econômicas e sociais das mulheres que participaram da pesquisa, seja pelas entrevistas ou através dos diálogos realizados durante a estadia no campo de pesquisa. As mulheres estão presentes em todas as cadeias da sociobiodiversidade existentes no Território do Médio Juruá (David Guimarães, 2022), como a cadeia da borracha (Seringa), a cadeia das Oleaginosas (Andiroba e Murumuru), cadeia da farinha (Mandioca), Açaí e o Manejo de Pirarucu (ASMAMJ; Instituto Juruá, 2022).

Um projeto desenvolvido pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) atravessa todas essas cadeias, as Cantinas ou também chamados de Polos de Comercialização são indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social da região. Por isso, as questões aqui apresentadas se referem a dois aspectos muito presentes nas falas das mulheres que participaram da pesquisa, sendo a importância da Cantinas e do Manejo de Pirarucu para as mulheres e a participação delas nessas duas atividades econômicas. As Cantinas e do Manejo de Pirarucu são pontos que movimentam de forma muito significativa a economia dentro do Território do Médio Juruá.

### 5.3.1 O Comércio Ribeirinho

Hoje a gente tem tudo no polo, tem a alimentação toda, da gasolina e do gás que não falta pra gente, aí melhorou a situação. (Andiroba)

Tive a oportunidade de passar 16 dias na balsa da ASPROC, acompanhando o abastecimento dos chamados polos de comercialização ou cantinas pertencentes ao Projeto Comércio Ribeirinho que é gerido pela ASPROC, bem como a coleta de produção de farinha de mandioca e borracha. Essa viagem é realizada pelo menos 4 vezes ao ano, podendo ser realizadas mais viagens de acordo com a necessidade, podendo durar de 12 a 17 dias e, sua duração varia de acordo com as condições climáticas e os períodos de seca e cheia do rio.

Figura 2: Balsa da ASPROC durante a viagem de Comercialização



Fonte: Arquivo da ASPROC, 2022.

Como discutido anteriormente, além da questão da garantia da terra, os moradores do Médio Juruá tinham outra preocupação, a garantia da dignidade e do acesso principalmente à alimentação de qualidade que assegura a saúde, bem-estar e a nutrição. A primeira tentativa de garantir o acesso a alimentação foi através do modelo de regatão, esse modelo já existia na Amazônia e teve sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento da região, visto que para algumas localidades era a única forma de ter acesso a compra de alimentos (David Mcgrath, 2009), entretanto, comumente tinha preços abusivos.

Os regatões eram pequenas embarcações que levavam itens essenciais, a forma de pagamento em dinheiro, mas também faziam trocas por mercadoria como farinha, frutas e, em alguns casos, borracha, que posteriormente eram revendidas na cidade (Vivian Marangoni et al., 2018). Se inspirando nesse modelo, os associados da ASPROC doaram a madeira para a construção do primeiro barco, era pequeno e não tinha espaço para muita mercadoria, de

qualquer forma não poderiam comprar muito, visto que eles não tinham capital de giro. A viagem começava na última comunidade, à medida que desciam o rio as mercadorias acabavam o que causava muitos conflitos (David Guimarães, 2022), como relata Mutamba,

A minha mãe conta lá no Mandioca a dificuldade que era pra comprar as coisas, até quando a ASPROC tentou um sistema de comercialização por barco era muito difícil, ficava tipo de 2 meses faltando as coisas, às vezes quando o barco chegava lá não tinha mais mercadoria, o regatão era um preço absurdo, só ouvindo história de como era antes a gente vai tendo consciência do quanto melhorou por isso.

Esse modelo acabou se mostrando ineficiente para a realidade do Médio Juruá, visto que era comum que muitas comunidades ficassem desabastecidas e não conseguissem a autossuficiência do projeto. Então, após muitas discussões entre os associados foi experimentado um outro modelo que foi inicialmente implementado em 2009 na comunidade do São Raimundo, um terreno foi cedido e uma pequena estrutura foi construída para abrigar o entreposto de comercialização, chamada “Cantina”, foram realizadas também reuniões com os comunitários para estabelecer regras e quem poderia trabalhar nesse lugar.

O sistema das cantinas funciona como um pequeno mercadinho de bairro, mas com uma diversidade de itens muito grande, desde pregos, botas, arroz, feijão, redes, gás de cozinha, entre vários outros itens. Os itens vendidos na cantina são frutos de negociações entre os pedidos dos comunitários e a disponibilidade da ASPROC,

Os itens que têm na cantina, foi feito uma pesquisa com os associados, a ASPROC fez um levantamento sobre quais itens eles consideravam de necessidade que deveria ter na cantina e que não deveria faltar, aí eles listaram, começou com uns poucos itens, hoje tá com uns 250 itens (Mutamba).

O comércio começou com uma lista de 50 itens, os básicos, e hoje já está mais de 200. Nessa composição teve a voz da mulher, a participação delas, a gente “a gente quer absorvente, a gente quer cosmético, a gente não quer dessa marca não, a gente quer dessa”, e nós vamos fazendo à vontade, porque é delas, elas são as que estão lá sempre (Ucuúba).

Na viagem que acompanhamos estava sendo inserido também medicamentos básicos como anti-inflamatórios, analgésicos e antigripais, essa inclusão veio da falta de abastecimento nos equipamentos de saúde das comunidades, além de demandas observadas no dia a dia de quem trabalha nas cantinas. A inclusão ou mudança de itens é aspecto sempre comentado pelos associados e moradores das comunidades, como aponta o coordenador do projeto, Seringueira:

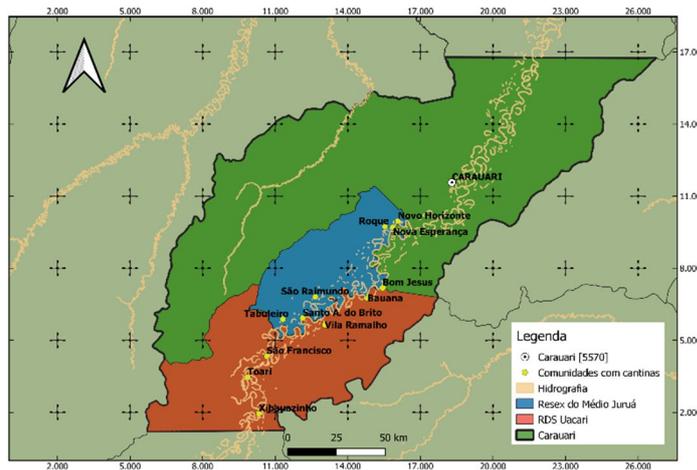
Nessas viagens de comercialização a gente vai ouvindo os cantineiros e os associados, às vezes eles reclamam de marcas que querem trocar, por exemplo bolacha, nessa viagem incluímos o sabão OMO líquido que era um pedido delas a muito tempo, então a gente sempre precisa de atenção pra isso. Não é só comprar o item, como a bolacha, que bolacha é, é recheada, é de morango? chocolate? é água e sal? Precisa garantir a diversidade de produtos pra atender a demanda dos associados, até porque ele não vai

ter a opção de comprar em outro lugar, então temos que oferecer algo bom, algo que eu mesmo comeria ou usaria em casa.

Alguns produtos obedecem à sazonalidade dos períodos de cheia e seca, como é o caso das linhas de nylon, anzol de peixe, botas sete léguas, enxada, repelente, entre outros, questão essa que é sempre vista com atenção pela coordenação do projeto.

Atualmente são 13 cantinas distribuídas nas comunidades consideradas polos, sendo elas: Novo Horizonte, Nova Esperança, Roque, Bom Jesus, Bauana, São Raimundo, Vila Ramalho, Santo Antônio do Brito, Tabuleiro, São Francisco, Toari, Xibauzinho, distribuídas conforme o mapa a seguir. Levando cerca de 10hs entre a sede de Carauari e a primeira cantina localizada na comunidade Novo Horizonte.

Figura 3: Mapa com a localização das Cantinas



Fonte: David Guimarães, 2023.

A estrutura dessas cantinas segue um padrão estabelecido pela ASPROC que foi definido junto com os associados, todas são no mesmo tom de laranja, a cor oficial da associação, identificação, e estrutura que deve ter espaço para as mercadorias, gás de cozinha, estoque para a produção. No entanto, a forma de organização e disposição dos itens acontece de acordo com cada lugar e, principalmente, com cada responsável pela cantina.

Figura 4: Cantina Comunidade São Raimundo



Fonte: Arquivo da ASPROC, 2022.

Além disso, na arquitetura dos prédios da cantina é respeitada a realidade do lugar, nas comunidades de terra firme são construídas de alvenaria, enquanto nas comunidades de várzea se dá preferência a estrutura de madeira para evitar futuras perdas. Na comunidade de Santo Antônio do Brito, por exemplo, foi construída recentemente a sua segunda cantina, visto que a primeira ficou alagada na última cheia, sofrendo perda de produtos por não ter onde estocar e o comprometimento de sua estrutura, assim a comunidade precisou se reunir e construir uma nova base para a cantina.

Além da venda realizada com dinheiro também é possível realizar trocas de mercadoria, como coloca Mutamba “pode ser com dinheiro, mas se não tiver eles compram com farinha e borracha, por exemplo, ele leva a borracha, a gente pesa junto com ele, diz o valor que deu aí eles compram aquele valor em mercadoria”, o coordenador do Comércio Ribeirinho complementa:

O fluxo das cantinas muda bastante, em algumas cantinas as compras são feitas mais com dinheiro, mais pra cima temos bastante produção de farinha e borracha, além disso, algumas comunidades também trocam com pirarucu salgado, paneiros e vassoura que a gente já distribui nas outras cantinas que não tem esses produtos, então é um sistema que também se alimenta.

Os processos protagonizados pelo projeto Comércio Ribeirinho na região coadunam-se como instrumentos da economia solidária ao possibilitarem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura e do extrativismo da floresta de forma justa e concederam a eles a monetização para a troca por gêneros alimentícios e insumos importantes para as famílias ribeirinhas da região. Essa nova conjuntura tensiona o sistema capitalista selvagem exercido pelos barões da borracha na região ao longo de anos (David Guimarães et al., 2022), dando

lugar a relações econômicas solidárias e exercidas pela própria organização representativa desses produtores rurais, gerando inúmeros impactos sociais na região.

### 5.3.2 Impacto social do Comércio Ribeirinho

Em um primeiro momento para nós que não estamos inseridos nesse contexto é fácil pensar que a estrutura das cantinas seria uma continuidade dos barracões ou dos regatões, mas após semanas ouvindo quem usufrui e se beneficia do projeto é possível afirmar que o comércio ribeirinho é um dos melhores projetos já inseridos no contexto amazônico e sua importância é inigualável, como destaca Mutamba quando questionada sobre qual a importância do projeto pra ela:

As coisas principais que a gente precisa no dia a dia em casa, e tu ter como comprar na tua comunidade a 2 minutos de distância a pé é muito bom. Porque se faltar algo na tua casa e não tivesse a cantina, teria que ir lá em Carauari comprar, uma viagem hoje pra ir e voltar Carauari é uns 600 reais, digamos que esse valor de despesa a pessoa usaria para fazer um rancho, ele comprando na cantina com esses mesmos 600 ele aumentou a capacidade de compra, em vez de gastar dinheiro com a viagem ele compra aqui, é uma economia do tempo e aumenta o poder de compra da pessoa, sem contar o sacrifício que é uma viagem de canoa daqui pra Carauari no meio do sol.

Ter acesso aos bens de consumo e alimentos sempre foi uma bandeira de luta dos associados da ASPROC, desse modo ter uma cantina em sua comunidade é como ter uma mercearia na rua de casa, ela possibilita o acesso que não é possível ter quando pensamos em comunidades ribeirinhas na Amazônia, principalmente quando pensamos na distância geográfica da região, onde a primeira comunidade está a cerca de 10 horas de viagem de barco, enquanto a mais distante fica a cerca de 36 horas. Somando os gastos de tempo e insumos o valor da cesta básica torna-se inviável para essa população.

E como o ribeirinho consegue dinheiro no Médio Juruá? Através da venda da produção de Farinha e Borracha. E como esse ribeirinho que tem em média 3 sacas de farinha de 50kg e 10 pranchas de borracha<sup>17</sup> poderá vender a sua produção em Carauari a preço justo? Além disso, como ele poderá transportar esses volumes até o comprador?

É na busca por esse comércio justo que o projeto fundamenta a comercialização dos produtos. E, na compra dessa produção, nas cantinas acontece a pesagem tanto da farinha como da borracha, o valor do quilograma fica estabelecido de acordo com o valor de mercado acessado pela ASPROC para essa comercialização. Então, de acordo com peso é definido o

---

<sup>17</sup> Produto da coagulação do látex da seringueira e sua prensagem, resultando na forma de comercialização da borracha exigida pelos mercados acessados pela ASPROC.

valor a ser pago que pode ser tido em dinheiro, que é dado no ato da compra ou através de crédito para realizar as compras na própria cantina, como coloca uma das cantineiras,

A gente pesa junto com ele, diz o valor que deu aí eles na maioria das vezes compram aquele valor em mercadoria (Seringueira).

Além disso também é possível realizar encomendas de outros produtos que não sejam vendidos na cantina como material de construção, celulares, máquinas de bater açaí, freezer, entre vários outros, como Ucuúba destaca:

Nós temos os acordos, o associado dá pelo menos 50% do pagamento quando vai encomendar algo, pode ser com produção ou dinheiro, mas a grande maioria paga com produção, em uma forma de investimento pra eles. Por exemplo, quero reformar minha casa, vou precisar tirar tantos quilos de borracha, isso ele teria muita perda se ainda fosse negociar o preço e escoar a produção, o Comércio Ribeirinho é esse facilitador.

Essa facilitação da compra permite que os associados tenham acesso aos mesmos bens de consumo que os residentes nas cidades têm, sem ter gastos extras com deslocamento, frete e outros. Ter acesso a bens e serviços é indispensável para se ter uma vida digna, sendo garantido na Constituição Federal e em acordos internacionais (IBGE, 2016). No Brasil, os moradores das comunidades rurais enfrentaram a ausência dos bens de consumo duráveis, “os acessos das famílias rurais a bens duráveis seguem uma hierarquização de consumo, ou seja, os maiores acessos dos domicílios rurais estão ligados a itens mais essenciais, como fogão, geladeira, televisão e telefone móvel” (Carlos Nascimento et al., 2022, p. 13).

Esse acesso é algo recente, a realidade falava da privação do consumo por parte dessa população, essa realidade só começou a mudar a partir de vários programas de incentivo e de transferência de renda, como Programa Bolsa Família (Elicardo Batista, 2018), e programas de incentivo à produção rural (Catia Grisa; Sergio Schneider, 2015). No entanto, o que se percebe é que grande parte dessas políticas governamentais são construídas para a realidade urbana e posteriormente são adaptadas para a realidade rural (Carlos Nascimento et al., 2022), principalmente quando passamos para a realidade continental da Amazônia que necessita de políticas próprias para as especificidades de cada microrregião.

Dessa forma, o comércio ribeirinho é considerado um regatão social por parte dos produtores rurais de Carauari ao garantir acesso a bens de consumo de forma justa e comercialização da produção da região. Essa estratégia foi reconhecida em 2012 com o Prêmio Objetivos do Milênio da Presidência da República pela sua contribuição na redução da fome e da miséria na região.

Além disso, outro impacto positivo que foi destacado é quando a geração de renda e oportunidades para os comunitários que também se tornam protagonistas do projeto com a escolha de comunitários que são treinados para exercer o papel de responsável pelo polo de comercialização, aumentando o engajamento social dos colaboradores, denotando a importância da pessoa responsável pela cantina, o cantineiro ou a cantineira.

### 5.3.3 As cantineiras

Cantineiro ou cantineira é o nome dado a quem é responsável pelo polo de comercialização ou cantina. Essa pessoa desempenha atividades de organização e conferência dos produtos, limpeza do polo (a cantina e seus arredores), recepção, compra e organização da produção com os associados (borracha, farinha e o que houver), prestação de contas junto a coordenação do projeto (mensal, semestral, e balanço anual), atendimento aos associados, controle de estoque da produção e das mercadorias, elaboração de documentos de prestação de contas, entre outras atividades. O salário gira em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.600,00, (valor que é dividido quanto tem 2 cantineiros) valor que é definido com a comunidade, assim como a carga horária de trabalho, a cantina pode ficar aberta em apenas 3 dias na semana, todos os dias como é o caso da comunidade de Novo Horizonte, ou abrir de acordo com a demanda, como é o caso da Comunidade do Bauana. Nessa comunidade pude conversar com esposa do cantineiro que também faz o trabalho de atendimento e organização da cantina, ela afirma que as pessoas sempre os procuram quando precisam de algo da cantina, por isso ela acaba ficando aberta todos os dias, com exceção do sábado, nesse dia não há venda de nenhuma espécie, pois ambos são adventistas<sup>18</sup>.

Atualmente o projeto conta com cerca de 18 cantineiras/os, sendo desse total 6 mulheres e 12 homens, algumas cantinas contam com 2 pessoas para desenvolver a atividade. O que pude observar é que em todas as cantinas há o envolvimento da família do cantineiro, principalmente quando acontece a chegada da mercadoria, todo o apoio é bem-vindo para realizar a limpeza e a organização para já iniciar também a venda, em muitas comunidades esse processo ocorre de forma tão rápida que antes mesmo da saída da balsa alguns produtos já estão em falta.

Para as mulheres trabalhar na cantina é muito importante, principalmente para a sua independência financeira, como Mutamba destaca:

---

<sup>18</sup> Adventistas é como são chamados os membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia é uma denominação cristã protestante de linha tradicional, com teologia trinitária, restauracionista e sabatista, onde os sábados são destinados às atividades da igreja, há diversas restrições para este dia.

Quem trabalhava antes na cantina era a minha irmã, aí a minha irmã casou, aí tinha que ir alguém, as pessoas queriam que eu fosse, eu nem tava tanto afim de ir, na época eu usava aparelho aí eu precisava fazer a manutenção, era 120, toda vez eu ficava esperando o papai me dar dinheiro pra mim fazer e essas coisas assim sempre me incomodou, aí eu disse “tá, eu vou entrar na associação pra mim pelo menos bancar o aparelho que eu uso”. Aí eu entrei pra não ficar precisando do dinheiro do papai, nunca achei isso legal, foi com 18 anos aí eu tive meu filho aí eu não pude mais sair porque eu tinha que sustentar meu filho, aí eu tô até hoje, eu faço os trabalhos pela associação [ASMAMJ], mas eu ainda tô na cantina.

Essa questão também foi colocada pela mãe de uma cantineira,

É muito bom ela trabalhar lá, antes ela ia pra roça comigo, mas era muito sofrido pra pouco que a gente ganha, lá ela tem o dinheirinho dela e ajuda nas outras coisas da casa, por mim ela sempre vai trabalhar lá, muito melhor (Seringueira).

Desenvolver essa função acaba sendo uma oportunidade para aprender outras habilidades e competências, visto que nessa região, assim como em muitas localidades da Amazônia profunda, as mulheres além do trabalho doméstico, também costumam ser as responsáveis pelo roçado para a produção de farinha, participam das atividades no manejo sustentável de pirarucu, a produção de oleaginosas, entre outras atividades (ASMAMJ; Instituto Juruá, 2022). A participação das mulheres nas atividades que geram renda impacta diretamente as famílias e as comunidades onde elas estão inseridas.

Essa aproximação com o projeto com cantineiras também possibilita que as mulheres mais jovens desenvolvam maior consciência sobre a importância do projeto e a necessidade de construção de maiores oportunidades, como relatam duas cantineiras sobre o que sentiram quando o projeto chegou em sua comunidade,

Eu lembro bem, eu não tinha noção da importância que é naquela época, eu nem, pra mim era só uma novidade que tava chegando na comunidade. [...] Mudou quando eu fui participando das reuniões da diretoria, participando das assembleias e depois a gente vai criando consciência da importância (Mutamba).

Pra mim é muito importante, só que a gente só percebe quando tá dentro vendo o trabalho que é, aí a gente vê que não é só aqui na comunidade, todas as cantinas são importantes, a coordenação do projeto ajuda muito a gente a fazer tudo certo e a cantina continuar aqui (Seringueira).

A inclusão das mulheres na execução do projeto, assim como de pessoas jovens, contribui para a continuidade de projeto e o seu desenvolvimento e aprimoramento a longo prazo, considerando sempre que as pessoas beneficiadas são os próprios moradores que apresentam uma diversidade de necessidades. Por outro lado, ainda se percebe que essa participação tem potencial para ser ampliada, visto que a participação das mulheres em funções

de tomadas de decisão pode ser fundamental para lançar um olhar sobre as prioridades e as necessidades locais.

#### 5.3.4 As mulheres e o manejo de pirarucu

A pesca é uma das várias atividades desenvolvidas na região de Carauari, a comercialização acontece de forma livre dentro do município nas feiras e nos bairros, sendo uma atividade realizada por mulheres e homens, aprendidos desde a infância (Gelson Florentino, 2017). O manejo de Pirarucu veio de preocupação com a pesca predatória que ocorre na região desde o período dos seringais, assim “pescadores começaram a restringir o acesso de grandes barcos de pesca comercial a lagos próximos as suas comunidades [...] esse processo tem ocorrido através de acordos de pesca” (João Silva, 2016, p. 25, tradução nossa). O manejo tem sido uma ferramenta muito importante para a garantia da subsistência, geração de renda e conservação do meio ambiente (David Guimarães, 2022), no Território do Médio Juruá foi implementado em 2010 e desde então vem crescendo e abarcando mais comunidades (Marcelo Silva, 2014).

O pirarucú (*Arapaima gigas*, Arapaimidae) é um dos maiores peixe de água doce, muito presente em toda a Bacia Amazônica, seu nome vem de dois termos indígenas “Pira” que significa peixe e “Urucum” que significa Vermelho (Marilia Rodrigues et al., 2022). Que necessita de proteção devido à alta vulnerabilidade devido ao tempo que leva para o crescimento e para a reprodução, além do comportamento visto que durante o período de seca fica localizado nos lagos da região, onde barcos entravam para realizar a pesca, promovendo a pesca predatória e o desequilíbrio do ecossistema (João Silva, 2016; Carolina Freitas, 2019).

O manejo de pirarucu trata-se de um conjunto de práticas e estratégias utilizadas para a gestão sustentável, o objetivo é garantir a conservação da espécie e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros, permitindo que as comunidades possam obter seu sustento sem comprometer a população de pirarucus, promovendo a geração e renda e a preservação do meio ambiente, envolvendo diversas práticas, como a regulação de épocas de pesca, tamanhos mínimos de captura, cotas de pesca (Marcelo Silva, 2014). Além disso, áreas de proteção e vigilância, o uso de técnicas de marcação e monitoramento dos peixes, como a colocação de etiquetas ou chips eletrônicos, para obter informações sobre a movimentação, o crescimento e a reprodução dos animais que acontece principalmente em parceria como o Instituto Juruá que realiza diversas pesquisas na região.

Essas medidas são implementadas em parceria com as comunidades locais, que têm um papel fundamental na gestão dos recursos pesqueiros, são estabelecidas áreas de pesca exclusiva

para as comunidades, garantindo a participação ativa delas no processo de manejo e a promoção da sustentabilidade socioambiental (João Silva, 2016).

O manejo do pirarucu é realizado pelas comunidades da RESEX Médio Juruá, na RDS de Uacari e na região do Acordo de Pesca, também é regido pelos acordos redigidos pelos comunitários e as instituições públicas locais, que trabalham em parceria para que haja garantia do cumprimento, chamados de Acordos de Pesca. A Gestão Baseada na Comunidade através do manejo distribui de forma mais igualitária ao longo do ano, além de promover a permanência da comunidade, evitando o êxodo para cidades maiores, possibilitando a organização social (João Silva, 2016).

É comum se pensar que as mulheres não participam da atividade da pesca, principalmente a de pirarucu, por ser relacionada a força e especialidade que era passada de pai para filho nas comunidades, o que não é uma completa verdade. De acordo Carolina Freitas (2019), não é comum ver as mulheres participando da pesca, principalmente pela restrição dos homens, no entanto, as mulheres que participam dessa atividade e a retratam com satisfação,

Sempre pesquei fia, meu pai me levava pequena, era nos tudo criança, passava dias, fazia a barraca, assava os peixe na praia, hoje eu vou com meu marido, fiz a mesma coisa com meus filho, tudo sempre gostaram, nunca teve diferença de homem pra mulhe (Seringueira).

A equidade de gênero e o empoderamento feminino é um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>19</sup>, é possível observar a participação feminina na pesca mesmo que de forma sutil, principalmente através do modelo de Gestão Baseada na Comunidade, algo que ocorre no Território do Médio Juruá.

Com o estabelecimento do esquema de cogestão, os membros da comunidade sobre ele agora são obrigados a vigiar os corpos d'água ao longo do ano; contar o pirarucu no período para isso designado; colher a quota de pesca; transportar os peixes para onde eles serão limpo; limpe o peixe; registrar as informações exigidas pelo IBAMA para cada pescado capturado (peso tamanho, sexo, estágio gonadal); e transportar o pescado para o comprador. As últimas cinco atividades são concentradas num curto período de tempo, uma vez que a pesca é atribuída como uma colheita anual pontual, limitada por restrições logísticas principalmente relacionadas à conservação de peixes [...] Nesse cenário, as mulheres foram incluídas no esquema em alguns localidades e passou a participar da pesca do pirarucu. (Carolina Freitas, 2019, p. 46, tradução nossa)

---

<sup>19</sup> São metas, norteadores e perspectivas definidos pela ONU para atingirmos a dignidade e a qualidade de vida para todos os seres humanos do planeta, sem comprometer o meio ambiente, e, conseqüentemente, as gerações futuras. Trata-se de 17 objetivos, entre eles está a Fome Zero e Agricultura Sustentável, Igualdade de Gênero, Cidades e Comunidades Sustentáveis (Nações Unidas Brasil, 2023).

Em 2019 na pesquisa realizada por Carolina Freitas, a participação das mulheres através do trabalho remunerado no Manejo de Pirarucu era pouco reconhecido, sendo cerca de 32% das participantes da pesquisa, realizando a atividade de limpeza do peixe, catalogando dados de peixes capturados, limpar os espaços comuns e cozinhar para os trabalhadores durante a colheita da cota, ganhando muito menos que os homens,

A diferença entre as duas rendas variou consideravelmente nas cinco comunidades, de cerca de três vezes para mais de 10, dependendo de como a comunidade decidiu organizar os pagamentos. Por exemplo, em uma das comunidades (Toari) as mulheres recebem uma taxa fixa por dia, enquanto em outras elas participam nos lucros. Neste último caso, a participação das mulheres na renda variou de acordo com o coletivo. decisões sobre como as diversas atividades dentro das etapas de cogestão seriam valorizadas. Dentro apenas uma mulher da comunidade (São Raimundo) poderia efetivamente ganhar o mesmo valor que os homens. Em todas as comunidades, as mulheres afirmaram participar das reuniões envolvendo o pirarucu tomada de decisão gerencial. No entanto, muitas vezes eles podem se sentir desconfortáveis em expor suas opiniões em um ambiente dominado por homens. (Carolina Freitas, 2019, p. 52, tradução nossa)

Alguns avanços têm ocorrido nos últimos anos. As mulheres têm participado cada vez mais de outras etapas, principalmente através da atuação da ASMAMJ que tem lutado por espaço para a participação de suas associadas. Cada vez mais elas têm lutado para participar dos espaços de tomada de decisão dentro das comunidades e ocupando pouco a pouco cada etapa desse processo (ASMAMJ; Instituto Juruá, 2022).

Eu já fiz, dentro de todo processo do manejo, já fui pro lago contar, já participei da coleta de dados durante o manejo, que é tipo preencher lá a planilha de peso, sexo, medida e já também fiz o trabalho de evisceração, já limpei o peixe já, então já fiz de tudo um pouco dentro do manejo (Murumuru)

O manejo ele requer muita instituição junto e a gente vinha pra reunir as associação, prefeitura, a própria ASPROC, ai a gente vinha pra reunir todo mundo pra saber cada coisa que cada um ia fazer, era muito legal, a gente, era assim, era muito cansativo, muito estressante mais. Quando a gente via que a gente tinha conseguido com toda aquela luta aí você se sentia feliz e empoderado pra partir pra outra coisa que fosse acontecer, era estresse mas quando fosse vê o que construiu você se sente pronto pra seguir pra frente (Buriti)

Aí a gente, tem uma equipe que é pra abrir, tirar a guerra dele, mas nós já fizemo isso, quando aperta mermo que tem muito peixe, as mulher também ajuda a tirar as guerra, ajuda a abrir, aí a gente tira aqui o pirarucu nas costela dele tem um bofe preto, não sei se você já viu, aí a gente tira aquilo ali, bem tiradinho e lava, pra poder colocar no gelo é muito trabalho, a gente fica tudo, mas tem mulher em todo canto, da ponta do lago até a comunidade (Copaíba)

O manejo de Pirarucu possibilita a redução das diferenças existentes entre mulheres e homens, visto que é uma atividade que pode ser realizadas de forma coletiva, “independentemente das razões específicas, todas as mulheres expressaram grande satisfação

com sua inclusão no co-manejo do pirarucu” (Carolina Freitas, 2019, p. 53, tradução nossa), a participação das mulheres nesse processo é o resultado do de mudanças culturais e da necessidade de especialização exigidas pelas parcerias feitas para escoar a produção, como destaca dona Andiroba e Buriti:

Os direito hoje é iguais, não tem homem que pode mais que a mulher e mulher não pode mais que o homem é iguais, foi uma coisa que a gente fez, que a gente buscou que ajudou a tirar a mulher do pé do marido, não é todo canto porque aqui pra baixo ainda tem canto que. Ainda agora meu menino foi fazer, ele foi com as meninas do instituto pra lá dar um curso de coisa porque tem essas situação, ele disse “mãe não e que nem aqui pra cima não, tem marido que ainda quer que a mulher vida de baixo do pé” (Andiroba)

No nosso primeiro ano do manejo eu nem conseguia comer direito foi mais eu que coordenei, essa parte da logística, eu era a liderança, eu tenho uma visão muito boa do movimento que vale a pena a gente lutar porque é como a gente e ainda consegue as coisas e tendo conhecimento (Buriti)

A independência financeira é colocada como um dos maiores benefícios experienciados pelas mulheres no Manejo de Pirarucu, visto que mesmo ganhando pouco podem utilizar desse dinheiro como quiserem, antes do manejo existia um processo de dependência financeira do marido, hoje é possível ter escolha de como o dinheiro será gasto, podendo prover melhores condições para si e para os filhos (Carolina Freitas, 2019).

Lá em casa eu trabalho com meus 2 irmãos no manejo eu recebo igual eles, quer dizer, as vezes eles devem receber mais do que eu porque eles devem ter feito trabalho comunitário que eu não fiz e aí isso conta diária, tipo eles limpam o igarapé então eles vão ter uma diária a mais do que eu, mas assim se eles não tiver feito nada e se for só receber o dinheiro do manejo a gente recebe igual e eu que decido como usar meu dinheiro porque o dinheiro é meu (Murumuru).

Depois que as mulheres começaram a receber dinheiro na mão muita coisa mudou, elas priorizam os filhos, os cuidados da casa, agora a gente luta pra que isso aconteça em todos os lugares (Açaí).

Meu primeiro dinheirinho do peixe foi bem pouco, mas só de ver que era meu eu fiquei muito feliz (Seringueira).

No momento, a principal atividade que as mulheres têm participado é na contagem, processo fundamental para a realização do Manejo, acontecendo principalmente por conta das Oficinas de contagem que ocorreram através da parceria entre o Instituto Juruá e a ASMAMJ.

O manejo de pirarucu tem se mostrado eficaz na conservação da espécie e na geração de benefícios socioeconômicos para as populações locais. Além disso, contribui para a preservação dos ecossistemas aquáticos da Amazônia e promove a valorização cultural das comunidades ribeirinhas. É importante reconhecer os avanços e possibilidades promovidos por esse modelo para as mulheres, como as melhorias que o manejo trouxe para as próprias

comunidades na estrutura física, as parcerias realizadas, e, principalmente, a independência econômica, visto que ao receberem o dinheiro vindo do seu próprio trabalho elas podem escolher como gastar, além disso como o aumento da participação das mulheres têm evidenciado lideranças dentro das comunidades que ganham cada vez mais visibilidade.

De acordo com Carolina Freitas (2019), a respeito da participação das mulheres no manejo de Pirarucu na região, onde aconteceu um aumento em 76% na renda familiar em comparação a das mulheres da mesma localidade que participam da atividade, mesmo considerando que a participação dessas mulheres acontece de forma pontual e localizada, esse é um aumento real no poder aquisitivo possibilitado a essas mulheres.

No entanto, ainda é necessário avançar em outros aspectos, como a distribuição mais igualitária na renda, o processo de tomada de decisão que precisa de fato ser realizado de forma conjunta e principalmente o reconhecimento de que as mulheres também são pescadoras, possuem conhecimentos específicos vindo de sua experiência e da ancestralidade que passa de geração em geração.

#### 5.3.5 Uma oficina de contagem apenas para mulheres

A técnica da contagem é fruto da união entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento dos pescadores que transmitiam o conhecimento de geração em geração, e tem sido uma ferramenta que tornou possível o manejo de pirarucu, através da contagem dos pirarucus adultos e filhotes que estão no lago, se estabelece uma cota de 30% de peixes que devem ser pescados, número considerado adequado para a reprodução e o meio ambiente (João Silva, 2016).

Durante o período da pesquisa tive a oportunidade de participar da 2ª Oficina de Metodologia de Contagem de Pirarucu apenas para mulheres, aconteceu na região do acordo de pesca, logo após a oficina aconteceu a pesca dos pirarucus de manejo. O barco saiu da cidade de Carauari com pessoas e equipamentos, após 3hs de viagem chegamos à comunidade do Lago Serrado onde aconteceria a oficina e a pesca nos próximos dias. Até esse momento eu não tinha ideia da dimensão e da importância dessa oficina para o Território do Médio Juruá e para as outras mulheres.

No dia seguinte o mesmo barco foi de comunidade em comunidade buscando as mulheres, muitas vinham acompanhadas por seus filhos e maridos que já ficariam na comunidade para realizar a pesca do manejo. Saímos às 8hs da manhã, retornando aproximadamente às 16hs no mesmo dia, na ocasião pude conversar com muitas mulheres, conheci parceiras, jogadoras de futebol, lideranças de comunidade, mães e filhas.

Apenas no terceiro dia a oficina começou. Estavam presentes 36 mulheres das comunidades, cerca de 10 mulheres pesquisadoras e técnicas. O primeiro momento foi teórico, explicando o que é o manejo, as etapas, os comportamentos do pirarucu e a importância da participação de toda a comunidade nesse processo. Nos intervalos conversei com algumas mulheres que falaram sobre as suas dificuldades e experiências,

A parte mais difícil pra mim é saber entre um adulto pequeno e um filhote, por causa do tamanho (Seringueira).

Eu já vi bem como é, todo ano eu ajudo na contagem na minha comunidade, faço sempre a comida, aí de uns anos pra cá comecei a prestar atenção, não é tão difícil como eles dizem (Seringueira).

Quando eu ia pescar com o meu pai ele me mostrava a diferença dos adultos pros filhotes, a aula de agora deu pra lembrar (Seringueira).

No quarto dia fizemos a prova prática, ela consistia em todas irem para a beira do lago fazermos a contagem juntamente com um contador certificado, para obter o certificado, que tem validade dentro do Território do Médio Juruá. Após a realização da prova 34 mulheres foram aprovadas, apenas endossando o que muitas mulheres haviam dito, elas já tinham o conhecimento da técnica, precisavam apenas da certificação. A primeira oficina aconteceu em 2021, como conta Murumuru,

A gente fez lá na comunidade do Chibauzinho, já era uma atividade que tava no nosso planejamento já fazia um tempo, aí a gente não conseguia encaixar ela essa atividade em editais pra gente ter recurso pra fazer e aí como parcerias do instituto a gente conseguiu fazer ano passado, em outubro do ano passado, porque a gente queria tá, a gente queria tá mais a fundo no processo do manejo não só ir pro lago cozinhar pros homens e não só ficar na parte de limpeza do peixe. [...] Inclusive uma agora que aí o instituto já pediu pra gente escolher 2 mulheres pra ir pra Mamirauá já ter esse certificado, pra dizer “sou uma contadora certificada”, igual aos homens.

A certificação que Murumuru se refere é dada pelo Instituto Mamirauá, é uma certificação que é reconhecida em todo o território nacional e permite inclusive dar aulas sobre o tema:

A certificação de contadores de pirarucu é o último grau na escala de treinamento de um contador de pirarucu, como se fosse o ensino superior, [...]. Os alunos recebem aulas teóricas e práticas de contadores experientes e os que são aprovados nessa fase estão aptos a participar da certificação. A certificação de contadores consiste no levantamento visual da população de pirarucus em três ambientes diferentes: um lago mais profundo, um de profundidade média e um mais raso. O parâmetro avaliativo é o arrasto que vai dizer quantos pirarucus tem nas áreas. O arrasto consiste na captura de todos os pirarucus de um ambiente para avaliar os resultados obtidos pelas contagens dos alunos (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2019).

De acordo com a notícia veiculada em março de 2023, foi apenas esse ano que a primeira mulher conseguiu tirar o Certificado de contadora através do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o curso existe desde 2004 e já certificou cerca de 100 contadores (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2019; Portal Marcos Santos, 2023).

#### 5.3.6 Outros Caminhos

A ASMAMJ tem buscado consolidar cadeias de produção próprias como forma de fortalecer o desenvolvimento econômico das suas associadas. Uma delas é a extração artesanal de óleo vegetal-medicinal, sendo feito principalmente com a andiroba que é extraída pelas mulheres que passam esse conhecimento de geração em geração. A segunda é a produção de Biocosméticos, realizados através da produção de sabonetes artesanais. O terceiro é produção de Biojóias com escamas de peixe que são pescados no manejo, elas realizam o beneficiamento e, posteriormente, produzem brincos e colares. Todos esses produtos são vendidos pela ASMAMJ que passa os valores para as suas associadas.

#### 5.3.7 Algumas Palavras

As relações de comercialização sempre foram centrais da região do Médio Juruá, onde no processo de ocupação da região era regida pelo seringalismo por meio de um sistema de relação de trabalho semelhante à escravidão. Logo, os nordestinos, indígenas e seus descendentes foram vítimas de um processo de exploração de sua mão de obra e de seus meios de produção, tornando-se escravos na floresta amazônica, e, nesse processo, as mulheres sempre permaneceram invisíveis.

A participação das mulheres no processo de garantia do direito ao território foi e continua sendo crucial para o desenvolvimento local. Entretanto, outras lutas e processos foram necessários para efetivar outros direitos, como a garantia de comercialização justa, segurança alimentar e a manutenção do meio ambiente. Entidades como a ASPROC têm sido importantes quando olhamos as estruturas maiores. No caso das mulheres as conquistas têm sido galgadas de forma mais lenta, tendo a ASMAMJ como precursora da garantia de direitos para as mulheres moradoras das comunidades às margens do Rio Juruá.

A tecnologia social desenvolvida no Comércio Ribeirinho apresenta-se como uma estratégia importante para as mulheres no aspecto econômico, laboral e social. Foi através desse projeto que muitas tiveram oportunidade de sair das atividades mais pesadas e adquirir outros conhecimentos. No entanto, ainda falta espaço para que elas possam participar de forma mais efetiva.

Para além da comercialização, o comércio ribeirinho representa na Amazônia uma experiência exitosa no que se refere à gestão territorial participativa e autonomia das relações de trabalho e produção. Logo, a criação das unidades de conservação garantiu o direito ao território e a efetivação do projeto Comércio Ribeirinho o domínio dos meios de produção na região.

Apesar dos desafios enfrentados, as mulheres da Amazônia têm um papel fundamental na construção de um futuro mais equitativo e sustentável para a região. Seu envolvimento ativo na tomada de decisões, a valorização de seu conhecimento e a promoção de políticas inclusivas são essenciais para garantir um desenvolvimento socioeconômico justo e preservar a riqueza cultural e ambiental da Amazônia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período que estive no Território do Médio Juruá e durante todo o período de escrita deste trabalho carreguei comigo um desejo ambicioso e desonesto, o de contar quem são as mulheres do Médio Juruá, eu queria poder contar essa história de forma que elas mesmas se vissem através do meu olhar, se reconhecessem. Esse desejo não foi possível de concretizar, eu as vejo com olhos de admiradora, de quem veio de longe e encontrou um tesouro tão valioso que jamais poderia me desfazer. Talvez por isso seja tão angustiante sentir que minha escrita jamais fará jus a essas histórias, então segui aqui a tentativa de uma reflexão a partir de alguns aprendizados obtidos durante esse caminho que buscarei sistematizar a seguir.

As mulheres do Território do Médio Juruá passaram por um processo sistemático de silenciamento, um epistemicídio de seus conhecimentos. Elas foram constantemente deixadas dentro do espaço doméstico restrito do lar, não era permitido trabalhar para além de suas funções de mãe e esposa, mesmo que se tratasse das atividades para a própria família. Outro exemplo disso é o conhecimento sobre plantas medicinais e das parteiras que tem sido esquecido ao longo dos anos. No entanto, a ASMAMJ tem tentado resgatar esses conhecimentos e os próprios saberes dessas mulheres.

O conhecimento dessas mulheres não é científico, é baseado no conhecimento local e em respeito a história de suas ancestrais, o conhecimento familiar é sempre respeitado por elas. Em sua última assembleia realizada em 2023 foi realizado um resgate da história da própria associação e uma homenagem às mulheres que lutaram para que hoje a associação estivesse onde está.

A questão geracional foi algo que chamou bastante atenção. As mulheres mais novas tiveram acesso à educação e a outros recursos que as outras mulheres mais velhas não tiveram. Isso tem influenciado no desenvolvimento da associação e na própria mobilização dessas mulheres. Na perspectiva contracolonial a questão geracional envolve uma análise crítica das relações de poder e das dinâmicas de dominação cultural e social que foram estabelecidas durante o processo de colonização, buscando entender como essas estruturas de poder influenciaram as diferentes gerações de pessoas e como isso continua a afetar as comunidades e sociedades até os dias de hoje. Questões como conflitos, tensões e desigualdades que tem relação com valores culturais, sistemas de crenças, identidades, acesso a recursos e oportunidades, entre outros aspectos, precisariam ser observados com maior atenção para a construção de uma discussão mais consistente sobre a questão. Esses aspectos podem ser desenvolvidos posteriormente em outros trabalhos e artigos vindos desta dissertação.

A ASMAMJ tem conseguido realizar diversas parcerias, tendo projetos de financiamento aprovados o que tem possibilitado o aumento da estrutura física da associação, recentemente foi comprado uma lancha que possibilitou o deslocamento da diretoria e das associadas dentro do Território. Passando de 165 associadas em 2022 para 215 em 2023, se tornando uma associação de grande porte, o que traz novos desafios e possibilidades para elas. Agora elas podem acessar maiores recursos do Fundo de Repartição dos Benefícios, além disso, a pesquisa que envolve a Mutamba junto a Natura também representa a confiança que outras instituições têm no trabalho desenvolvido pela associação.

O acesso à educação formal foi o ponto de partida para o Território e principalmente para as mulheres. No entanto, a educação política também teve seu papel de suma importância para essas mulheres, através desse conhecimento elas puderam compreender a importância de estarem juntas e o papel da associação. Elas almejam ser tão grandes quanto a ASPROC, a chamada associação mãe de todas, por ser a primeira é a que tem maior estrutura e por isso todas as associações as tem como exemplo e meta de futuro.

A participação das mulheres nas cadeias de produção já consolidadas, como a cadeia da farinha e a do pirarucu, tem sido fundamental para possibilitar a independência financeira delas, elas têm buscado capacitação, principalmente no Manejo de Pirarucu onde elas têm a cada ano avançado um passo a mais. Infelizmente em algumas cadeias como a de farinha e de açaí elas ainda estão invisibilizadas, mesmo sendo elas as responsáveis pelos cuidados diários.

Realizar essa pesquisa foi desafiador tanto pela geografia e distância, como pela adaptação que foi necessária para sua realização, foram muitas mudanças de projeto, adequações da metodologia que precisou ser pensada a partir da realidade amazônica, além da própria metodologia de história de vida que precisou ser repensada em sua forma de fazer dentro do contexto ribeirinho e da própria Psicologia. Mesmo se tratando de uma entrevista de narrativa aberta, como assim nomeamos na metodologia, foram necessários construir diálogos, fazer novas perguntas que mudavam bastante de uma entrevistada para a outra. Além disso, o uso do diário de campo abriu outros horizontes a pesquisa que não foram aqui explorados, pude registrar o olhar que os homens têm sobre as mulheres, ouvi falas muito violentas como a normalização da violência sexual e a culpabilização das mulheres por não participarem mais de atividades dentro do Território.

Por fim diria que os objetivos da pesquisa foram alcançados, visto que foi possível conhecer alguns dos processos de resistência vivenciados pelas mulheres do Território do Juruá, compreendendo algumas questões históricas pessoais e coletivas. Foi fundamental trabalhar com as histórias de vida tão complexas de cada uma, visto que todas têm seus próprios

atravessamentos que desembocam na luta coletiva por dignidade, direitos e justiça socioambiental.

Para além dos objetivos propostos no trabalho também foi possível conhecer muitas nuances dessa realidade, como as questões que envolvem a governança no Território, a importância das associações para a vida das mulheres e a participação das mesmas nesses espaços. Outras questões caminham muito dentro do campo pessoal, ter contato com essas mulheres e conhecer um outro lado da Amazônia também foi fundamental para a continuidade da minha formação profissional, deixando mais sensível para questões que às vezes não são vistas como de competência da Psicologia.

No entanto, olhando mais profundamente percebo que algumas discussões escaparam do meu alcance, como aprofundar a discussão sobre as gerações, a própria interseccionalidade discutindo principalmente a questão da raça nesse contexto e o questionamento feito na banca de qualificação “de que feminismo essas mulheres falam?”. Tais questionamentos podem ser aprofundados em uma pesquisa futura, considerando outras metodologias e associadas ao método de história de vida.

Todavia, para a melhor compreensão da realidade dessas mulheres e até para responder esse questionamento, seria necessária uma pesquisa em maior profundidade, com acesso aos documentos, atas de reunião e outros materiais, bem como entrevistar um número maior de mulheres e com ainda mais tempo e convivência. Outro recurso importante que poderia ser utilizado seriam os artísticos e audiovisuais, como a construção de documentários, vídeos, fotos e grupos de diálogos com recursos psicodramáticos para trabalhar temas pertinentes ao dia a dia delas.

## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 18, 2008.
- ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Ermeson Nathan Pereira; DA SILVA, Dávila Maria Feitosa. Territorialização de um Epistemicídio: autoras/es brasileiras/os referenciadas/os nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Folha de Rosto**. Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1. p. 9-27, 2021.
- AMARAL, Waldileia Rendeiro da Silva. **No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/PA**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2016
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019.
- ARAÚJO, Patrícia et al. O Método das histórias de vida na investigação qualitativa em psicologia. **CIAIQ2016**, v. 2, 2016.
- ASMAMJ. **Projeto para o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza**. Amazonas. 2022.
- ASMAMJ; INSTITUTO JURUÁ. **Gênero e Juventude nas Cadeias de Valor do Médio Juruá**. Relatório Técnico. 2022.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, Aline Gonçalves; ANDRICH, Giulia. Agroecologia, Soberania Alimentar e Mulheres Amazônica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.
- BATISTA, Elicardo. Pobreza rural e políticas sociais nas sociedades contemporâneas: uma experiência no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, p. 109-134, 2018.
- BATISTA, Sônia Socorro Miranda. **O modo de viver como um instrumento de resistência do saber popular dos moradores da Ilha do Combu, Belém-Pará**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2010.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.
- BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco**. 127 f. (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 8.629**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fortalecimento comunitário em unidade de conservação**: desafios, avanços e lições aprendidas no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, Programa Áreas Protegidas da Amazônia. – Brasília, DF: MMA, 2018.

BRITO, Agda Lima. “Eu trabalhei também”: as trabalhadoras nos seringais do Amazonas (1940-1950). História & Parcerias. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2018.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. **Momento de paro Tiempo de Rebelión**, v. 116, n. 3, p. 14-17, 2010.

CABNAL, Lorena. Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala. **Ecología política**, p. 98-102, 2017.

CALAÇA, Michela Katiuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FORSBERG, Sylvia Souza. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 571-580, 2013.

CAMARGO, Tatiana Souza de; BOEFF, Muriel Closs. Mulheres, trabalhos e histórias: uma análise das trajetórias de vida em uma Comunidade Teuto-Brasileira do RS. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, TO. Vol. 3, n. 4, p. 1202-1220, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo – SP, 2005.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no sertão de Pernambuco. In. Jacó-Vilela, Ana Maria; Sato, Leny (org). **Diálogos em Psicologia Social**. RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, pp.133-143.

COSTA, Norah. Poema declamado no VII Encontro da Regional Norte. Santarém (Brasil), jun. 2023.

CURSOS ESCOLA EDUCAÇÃO. **O que é contação de histórias**. s.d. Disponível em: <https://cursos.escolaeducacao.com.br/artigo/o-que-a-conta-o-de-hist-rias>. Acesso em 24 fev. de 2022.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DA SILVA, Carine Pires; AZAMBUJA, Luciana Schermann. O crime de feminicídio sob o olhar da psicologia forense. **Aletheia**, v. 54, nº. 1, 2021.

DA SILVA, Ingrid Daniela Fernandes; FALCÃO, Rafael Duarte; NETA, Olivia Morais Medeiros. Mapeamento da Produção de Conhecimento Sobre o Movimento de Educação de Base no Portal de Periódicos CAPES/ MEC. **Cenas Educacionais**, v. 3, p. e9535-e9535, 2020.

DAHLERUP, Drude. “De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava”. Em: ZÁRATE, Mônica; GALL, Olivia (ed.). **Mulheres no comando do serviço público** (Manual de Liderança Social). México: Simone de Beauvoir AC Leadership Institute, INDESOL, p. 125-160, 2004.

DE SOUZA, Alderlene Lima; DA SILVA, Fabrício Valentim. Origem, prática educativa e evolução do Movimento de Educação de Base (MEB) em Itacoatiara-AM. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 1, p. 71-80, 2014.

DECLARAÇÃO DA MULHER PARA A SOBERANIA ALIMENTAR (DMSA), **Declaração da Mulher pela Soberania Alimentar**, 2007. Disponível em: <http://www.nyeleni.org/spip.php?article305>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DERICKX, J. **No coração da Amazônia**: Juruá o rio que chora. Vozes, 1993.

DOS SANTOS, Fernando Sergio Dumas. Ainda a " cultura do barracão" nos seringais da Amazônia. **História oral**, v. 3, 2000.

DUARTE, Constância. Feminismo: uma história a ser contada. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. Em: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

Estêvão, Carlos V. Justiça social e modelos de educação: para uma escola justa e de qualidade. **Revista Diálogo Educacional**, v. 47, n. 16, p. 37-58, 2016.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERRARINI, Pâmela Pitágoras Freitas Lima; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Memória social, educação e socialização de gênero: marcos a partir de um grupo de mulheres rurais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 57, p. 51-74, 2014.

FILHO, José Marques de Vasconcelos. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003- 2015)**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2017.

FLORENTINO, Gelson Dias, et al. Desafios de pescadores a subsistência na Amazônia. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**. 2017.

FREITAS, Carolina Tavares de. **O que o manejo do pirarucu pode nos ensinar: aspectos ecológicos, sociais e culturais aplicáveis a múltiplos sistemas socioecológicos**. 118 f. 2019. Tese (Doutorado em Ecologia) Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal.

Fundação Amazonas Sustentável. **Jovens ribeirinhos da Amazônia realizam o sonho da graduação sem sair da floresta**. Acesso em: 28 maio 2023. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/jovens-ribeirinhos-da-amazonia-realizam-o-sonho-da-graduacao-sem-sair-da-floresta/>.

GARCIA, Irene; SOLER, Marta; Assumpta SABUCO. “Perspectiva Ecofeminista da Soberania Alimentar: a Rede de Agroecologia da Comunidade de Moreno Maia na Amazônia Brasileira”. **Relações Internacionais**, n. 27, p. 75-96. 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Editora Record, 2011.

GOMES, Fulvio de Moraes. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Páginas de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 39-54, 2012.

GONÇALVES, Josimere Serrão; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. Descolonizar Já: Pontos Em Debates Sobre O Epistemicídio. **Complexitas–Revista de Filosofia Temática**, v. 4, n. 2, p. 40-47, 2019.

GONZALES, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, Georgina Aimé Tapia. Hacia un perfil filosófico de los ecofeminismos indígenas y campesinos. Em: PULEO, Alicia H., et al., **Hacia Una Cultura de La Sostenibilidad: Análisis Y Propuestas Desde La Perspectiva De Género**, Primera edición: 2015.

GRISA, Catia; SCHENEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. Estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva et al. A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e22511729780-e22511729780, 2022.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva. **O Clima Ritma a Vida: o Território do Médio Rio Juruá, a Mudança Climática e os Sistemas Socioecológicos Ribeirinhos**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2022. 262 f.

GUZMÁN, Nataly; TRIANA, Diana. Julieta Paredes: hilando el feminismo comunitario. **Ciencia Política**, v. 14, n. 28, p. 21-47, 2019.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena - a voz da ancestralidade. Em: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.).

**Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HORA, Karla et al. **Relatório Balanço 2011-2014.** Brasília, 2014. Mimeo.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. Em: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania.** Brasília: MDA, 2014.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. **Cidades e Estados do Brasil.** 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/carauari/panorama>. Acesso em 05 jun. de 2022.

IBGE. Agência IBGE/notícias. PNAD Contínua 2019. **Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio.** <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 10 dez. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Educação, 2017.

ICMBio; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Médio Juruá-AM.** Reserva Extrativista do Médio Juruá - Carauari, Amazonas. 2011.

INCRA. **Assentamentos.** Brasília 20 abr. 04 2021 15h20. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Instituto Mamirauá realiza certificação de contadores de pirarucu.** Publicado em 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/certificacao-contadores>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** São Paulo: Vozes. p. 90-101, 2002.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. Em: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2008.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de " histórias femininas, memórias e experiências". **Cadernos pagu**, Campinas, SP, n. 8/9, p. 343–354, 1997.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. Em: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa.** Bogotá. 9, 73-101, 2008.

LUGONES, María. Hacia metodologías de la decolonialidad. Em: ALONSO, R. A., et al. **Prácticas otras de conocimiento(s):** Entre crisis, entre guerras. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Chiapas: Cooperativa Editorial Retos; Lima: Programa Democracia y Transformación Global (PDTG); Copenhague: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA); La Habana: Talleres Paradigmas Emancipatorios-Galfisa; Coimbra: Proyecto Alice - Espejos Extraños, Lecciones Insospechadas; Guadalajara: Taller Editorial La Casa del Mago, p. 75-92, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p.935-952, 2014.

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural.** 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MARANGONI, Vivian et al. Um Anti (Herói) Amazônico: A Resistência Dos Regatões Nos Rios Do Amazonas. **Amazon Business Research**, n. 2, p. 1-21, 2018.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódica**, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016.

MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth. Histórias De Vida-notas e reflexões de pesquisa. **Athenea digital: revista de pensamento e investigación social**, n. 12, p. 115-129, 2007.

MENEZES, Elisangela Ferreira; GAMA, Andrea Nogueira. A busca pela visibilidade: a Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. **Colóquio Nacional do NEER**, v. 2013, Cuiabá. Anais... Cuiabá, [s.e], 2013.

MIGNOLO, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista lusófona de educação**, v. 48, n. 48, 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar.** Disponível Em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura O reencontro da memória. Em: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Agenda 2023 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

NASCIMENTO, Carlos Alves; MESQUITA, Daiane Felix Santiago; LIMA, Patrícia Veronica Pinheiro Sales. Renda e acesso a bens de consumo nos domicílios rurais: uma análise a partir das atividades pluriativas e não agropecuárias. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, 2022.

NERY, Raqueline; INSTITUTO JURUÁ. **Conheça o Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá**. Disponível em: <https://institutojuruu.org.br/conheca-o-fundo-de-reparticao-de-beneficios-do-medio-juruu/>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais, 2021.

PAREDES, Julieta. El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio. **Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana**, v. 7, n. 1, 2017.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario. Em: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**, p. 117-120, 2010.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Portal Marcos Santos. **Conheça a primeira mulher certificada como contadora de pirarucu**. Publicado em 16 março 2023. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2023/03/16/conheca-a-primeira-mulher-certificada-como-contadora-de-pirarucu/>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em revista**, v. 8, n. 11, p. 59-71, 2002.

Programa Bolsa Família na Saúde. **O que é?**. Disponível em: <https://bfa.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUIRINO, Raquel. Divisão Sexual Do Trabalho, Gênero, Relações De Gênero E Relações Sociais De Sexo: Aproximações Teórico-Conceituais Em Uma Perspectiva Marxista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229–246, 2016.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base-MEB: discurso e prática: 1961-1967**. 1982. 177 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão – São Luís.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edmilson; MARSCHNER, Walter Roberto. O Trabalho das Mulheres nos Assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste-Paraná. **Revista Nera**, n. 35, p. 83-107, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** São Paulo: Letramento. 2017.

RODRIGUES, Marília Danyelle Nunes et al. **Biodiversidade e conservação do pirarucu**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia. 2023.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; SOUZA, Maria de Fátima Matos de; RÊGO, Genylton Odilon. Desenvolver a Amazônia com justiça ambiental: questões para repensar os problemas da educação regional. **Revista Lusófona de Educação**, 52, 201-214, 2021.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.) **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 93-101, 2006.

RUBIO, Ana Gabriela Rincón et al. Empoderamiento y feminismo comunitario en la conservación del maíz en México. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1073-1092, 2017.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural. **Uni-pluriversidad**, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South**. Justice against Epistemicide Boulder. Londres: Paradigm Publishers, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 14 ed. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

SANTOS, Vívian Matias dos. Para (re)pensar política científica no Brasil: uma contribuição feminista contra-colonial. **Africa Development - Council for the Development of Social Science Research in Africa**, v. 46, p. 121-154, 2021.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **As diferentes faces do Estado na Amazônia**: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no Médio Rio Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ. 2010.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 593-616, 2014.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo, 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Aline Pacheco et al. " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Brisana Indio do Brasil de Macêdo et al. Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 163-178, 2019.

SILVA, João Vitor Campos. **Manejo participativo nas várzeas amazônicas e seus efeitos multi-tróficos**. 216 f. 2016. Tese (Doutorado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Marcelo de Castro. **Análise do manejo comunitário de pirarucu (Arapaima spp.) na Resex Médio Juruá e RDS Uacari, município de Carauari, Amazonas, Brasil**. 71 p, 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – Amazonas: Manaus.

TERRA, Bibiana. O conselho nacional dos direitos da mulher e a assembleia nacional constituinte em 1987 e 1988: a representação política que revolucionou os direitos das mulheres no Brasil. **Lex Cult Revista do CCJF**, v. 5, n. 3, p. 33-56, 2021.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 65-91, 2006.

TRINDADE, Camila et al. Histórias de vida em psicologia: Articulações entre Trabalho e gênero. **Perspectivas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 10-20, 2020.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação**, 2020. Inclusão e educação: todos, sem exceção. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721\\_por.locale=en.pdf](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por.locale=en.pdf). Acesso em 27 de maio. 2023.

Unidades de Conservação do Brasil, **Reserva Extrativista do Médio Juruá**. s. d. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1151>. Acesso em: 09 maio de 2022.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS DAS INFORMAÇÕES GERAIS**

- Nome completo
- Idade
- Raça
- Lugar de nascimento
- Ocupação
- Qual a sua história de vida no Território do Médio Juruá?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. para participar como voluntária da pesquisa “Diálogos Com as Histórias de Vida de Mulheres Moradoras da RESEX Médio Juruá – AM”, que está sob a responsabilidade das pesquisadoras Fernanda Sousa Ferreira, residente no endereço Rua Aguanil, nº 185, apto 05, Jardim São Paulo, Recife – Pernambuco, CEP: 50910-400, contato: (92) 99394-1130, e-mail: [sousa.ferreira@ufpe.br](mailto:sousa.ferreira@ufpe.br), e de sua orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vivian Matias dos Santos, contato: (81) 99717-7960, e-mail: [vivian.matias@ufpe.br](mailto:vivian.matias@ufpe.br).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubricue as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável. A senhora estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

O presente projeto buscará dialogar sobre as questões agrárias, a luta das mulheres assentadas, a mobilização socioambiental e comunitária, através das histórias de vida de participantes da Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá (ASMAMJ) moradoras do assentamento extrativista do Médio Juruá localizado no município de Carauari, Amazonas. Se faz necessário falar sobre as vivências dessas mulheres que são continuamente esquecidas quando se pensa em assentamentos no estado do Amazonas. Tendo como objetivo geral: Conhecer os processos de resistência, sobretudo os que dizem respeito a luta comunitária e mobilização socioambiental, tomando como referência a história de vida de mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá, localizada em Carauari-AM.

A sua participação na pesquisa acontecerá de forma individual, através da entrevista de narrativa aberta que terá como questão disparadora “Qual a sua história de vida na RESEX?”. Essa pergunta poderá ser respondida de no local e na forma como sentir-se mais à vontade, o tempo de duração poderá ser de 10 minutos a 4 horas, caso sinta que precisará de mais tempo, poderemos marcar um outro momento para continuarmos a entrevista.

Existem riscos ao participar dessa pesquisa, visto que falaremos de assuntos pessoais de sua história de vida, são relatos de experiências pessoais que podem tocar em conteúdos sensíveis que possam desencadear algum gatilho psicológico. Existem risco quanto a possibilidade de constrangimento e desconforto ao contar sua história de vida, caso sinta qualquer tipo de desconforto a senhora será encaminhada ao serviço psicossocial do município de Carauari, para realizar atendimento especializado.

O estudo não possui qualquer benefício direto a senhora quanto participante, mas poderá ter benefícios indiretos a toda a comunidade, visto que será possível compreender a participação das mulheres no processo de luta e permanência nesses espaços, contando e recontando histórias invisíveis, que foram continuamente silenciadas, fomentando o protagonismo já existente nesses espaços, com a valorização das riquezas regionais e da utilização sustentável dos recursos naturais desenvolvidas por elas, para desenvolvimento socioeconômico e cultural comprometido com as urgências da sociedade local ao fomentar uma formação científica sensível às demandas locais.

Esclarecemos que as participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação das voluntárias, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas), ficarão armazenados em pastas de arquivo no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, a senhora poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: [cephumanos.ufpe@ufpe.br](mailto:cephumanos.ufpe@ufpe.br).

---

Fernanda Sousa Ferreira

**ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA****ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES AGROEXTRATIVISTA DO MÉDIO  
JURUÁ - ASAMAMJ**

CNPJ 06.327.841/0001-94-Comunidade São Raimundo,

Reserva Extrativista do Médio Juruá

CEP. 69500-00 - Carauari - Am

Fone: (97) 98431-9575 / E-mail: [asamamj.mulheres@gmail.com](mailto:asamamj.mulheres@gmail.com)**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Fernanda Sousa Ferreira, estudante de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a desenvolver o seu projeto de pesquisa chamado “Diálogos Com as Histórias de Vida de Mulheres Moradoras da RESEX Médio Juruá – AM”, que está sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vivian Matias dos Santos, cujo objetivo é compreender por meio das histórias de vida de mulheres da RESEX Médio Juruá como se dá o processo de luta comunitária e mobilização socioambiental, na Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá (ASAMAMJ).

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Carauari, em 05 agosto de 2022.

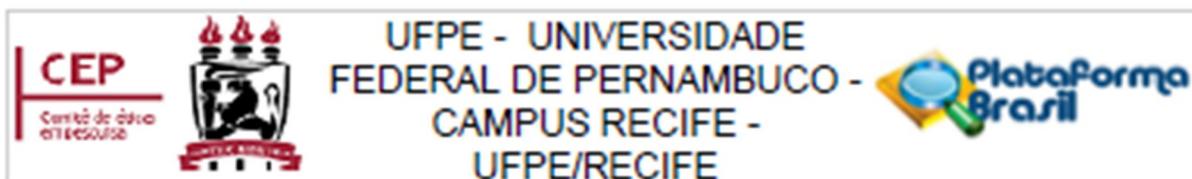


---

Rosangela Cunha de Lima  
Presidente da Associação das Mulheres  
Agroextrativista do Médio Juruá - ASAMAMJ

## ANEXO B - PARECER SUBSTANCIADO DO CEP

Parecer Substanciado do Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Diálogos Com as Histórias de Vida de Mulheres Moradoras da RESEX Médio Juruá - AM

**Pesquisador:** Fernanda Sousa Ferreira

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 61830022.4.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.758.304

#### Apresentação do Projeto:

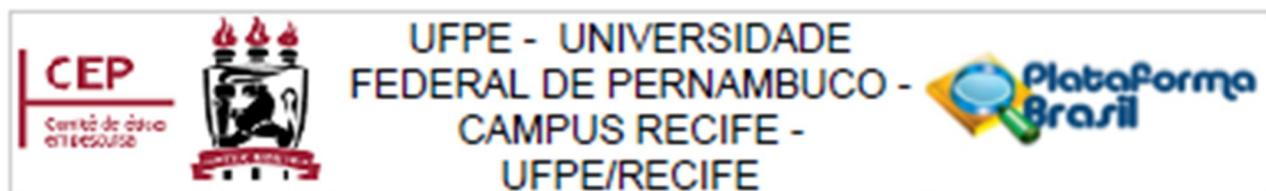
Projeto de pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Profa. Dra. Vivian Matias dos Santos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e de caráter transdisciplinar a ser desenvolvida através de trabalho de campo.

A pesquisa será realizada no município de Caruarú, que é um dos 62 municípios do estado do Amazonas, com população de aproximadamente 25.774 pessoas (IBGE, 2010). O município fica a 1.676 quilômetros da cidade de Manaus, seu acesso se dá por via área com duração de 2hs ou pelas curvas do Rio Juruá que pode durar cerca de 2 a 6 dias, dependendo do tipo de embarcação escolhida.

A cidade está localizada às margens do Rio Juruá, possui duas unidades de conservação dentro do seu território: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e Reserva Extrativista do Médio Juruá, além do Projeto de Assentamento Riozinho, e o território indígena do Rio Bia pertencente ao povo Deni e ainda compõem o território na Floresta Nacional de Tefé.

**Endereço:** Av. das Engenheiras, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.758.304

A RESEX Médio Juruá é resultado da organização social dos seringueiros do Médio Juruá, junto com o apoio da Igreja Católica, Conselho Nacional de Seringueiros, Movimento de Educação de Base. Esses movimentos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caruarí (STR) fundaram, em 1991, a primeira associação do município a Associação de Produtores Rurais de Caruarí (ASPROC), que tinha em um primeiro momento o objetivo de viabilizar a comercialização da produção extrativista dos associados, hoje a ASPROC considerada o berço de outras associações e sindicatos, sendo fundamental para a organização social e política no município (ICMBIO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).

Atualmente o município conta com diversas associações, sindicatos e outros movimentos sociais que têm lutado constantemente pela manutenção desse espaço e da população, e essa articulação que chama atenção e desperta curiosidade, visto que esse assentamento é uma conquista da população e a sua manutenção e conservação tem se dado principalmente aos atores sociais que têm constantemente se mobilizado, instituindo características únicas para a localidade. A Associação das Mulheres Agroextrativista do Médio Juruá (ASMAMJ) por sua vez tem uma experiência de trabalho singular, principalmente por sua capilaridade que ultrapassa as linhas da RESEX, como também por sua coletividade que possibilita às suas associadas terem espaços de fala e participação na ASMAMJ e nos outros espaços onde as mulheres eram invisíveis como no Conselho Diretor onde a ASMAMJ também possui cadeira na diretoria.

Serão convidadas para participar da pesquisa até 10 mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá, associadas da ASMAMJ. Serão priorizadas também as moradoras mais antigas do assentamento. A amostra será escolhida de forma aleatória de acordo com a disponibilidade das participantes.

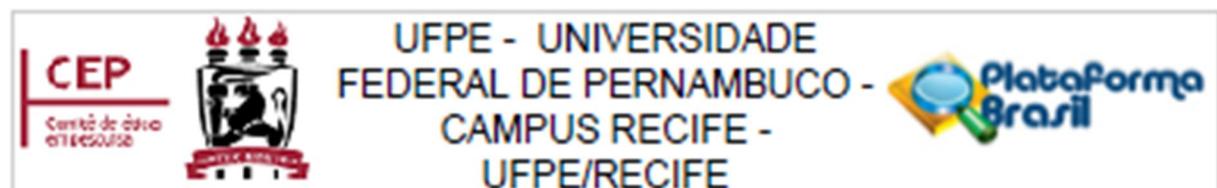
#### Crterios de Inclusão

Ter idade igual ou superior a 18 anos, identificar-se como mulher, estar associada a ASMAMJ, residir na RESEX Médio Juruá.

#### Crterios de Exclusão

Apresentar alguma complicação de saúde que inviabilize a realização da entrevista.

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-800  
 UF: PE Município: RECIFE  
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.758.304

#### Recrutamento das participantes

A pesquisadora pretende passar 30 dias em Caruaru, convivendo com as participantes, dos quais permanecerá 10 dias na comunidade de São Raimundo, onde fica a sede da associação.

#### Instrumentos de coleta de dados

O método a ser adotado será o de história de vida, no qual as participantes terão a possibilidade de reestruturar o sentido de suas histórias de vida, uma vez que elas não são passivas diante da produção de seus próprios relatos. Nesse contexto, será utilizada a entrevista de narrativa aberta, que possibilita a entrevistada contar sua história de vida ou acontecimentos marcantes. A entrevista narrativa tem como ponto de partida uma pergunta disparadora, que na pesquisa em pauta será: Qual a sua história de vida na RESEX?

Será utilizado também o diário de campo para registrar as vivências e experiências da pesquisadora no dia a dia da comunidade.

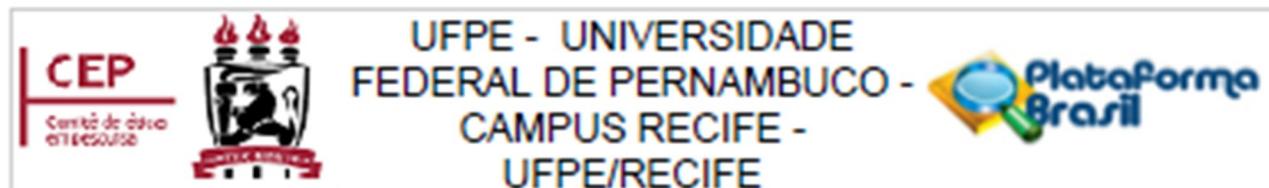
#### Procedimentos para coleta de dados

Após o primeiro contato com as participantes da ASMAMJ, será agendado visitas as comunidades consideradas mais importantes para a articulação da associação, sendo a comunidade de São Raimundo a primeira comunidade a ser visitada. Cada visita tem por objetivo a aproximação com as pessoas que lá vivem. Esse momento será utilizado como espaço de escuta sobre a história local e a indicação de quem poderá participar da pesquisa.

Em seguida serão realizadas as entrevistas, as quais serão gravadas em áudio para posterior transcrição e análise.

A pesquisa utilizará o modelo de análise de conteúdo, sob a perspectiva construtivo-interpretativa apresentada por González Rey (2002, 2005). Nessa perspectiva, o pesquisador, ao fazer a leitura do material identificará os indicadores de sentido a partir do objetivo proposto na pesquisa e em seguida, irá interpretá-los e reuni-los em categorias.

Endereço: Av. das Engenheiras, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600  
 UF: PE Município: RECIFE  
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.758.304

**Objetivo da Pesquisa:**

Conhecer os processos de resistência, sobretudo os que dizem respeito a luta comunitária e mobilização socioambiental, tomando como referência a história de vida de mulheres moradoras da RESEX Médio Juruá, localizada em Caruaru-AM.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Adequados

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Escutar e dialogar com as histórias de vidas das moradoras da RESEX Médio Juruá, é fundamental para se avançar na compreensão dos processos sobre o direito a terra das mulheres no interior do estado, tomando-as vozes potentes através da valorização das suas trajetórias de vida e a luta comunitária.

O presente projeto buscará responder sobre o que se tem a aprender com a história de vida das mulheres que participam da luta comunitária e mobilização socioambiental na RESEX Médio Juruá, localizado no município de Caruaru- AM, acerca das questões agrárias no estado do Amazonas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Adequados

**Recomendações:**

Nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

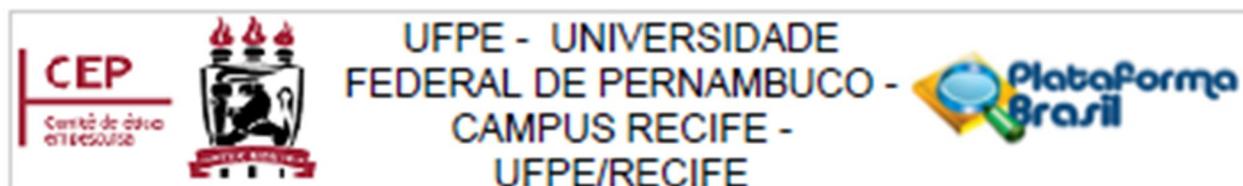
Nenhuma

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de

Endereço: Av. das Engenharias, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-800  
 UF: PE Município: RECIFE  
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 5.758.304

Relatório Final disponível em [www.ufpe.br/cep](http://www.ufpe.br/cep) para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

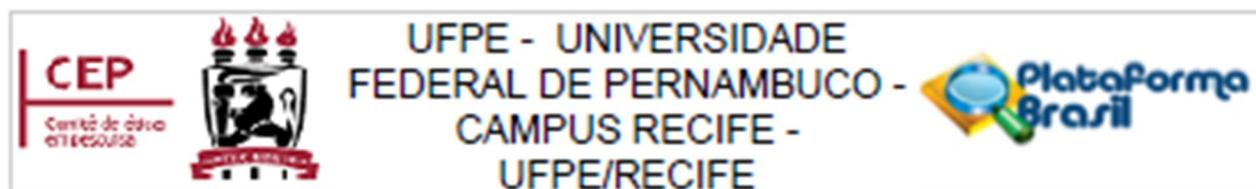
Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delimitada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1994669.pdf	03/11/2022 17:42:32		Acelto
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS.docx	03/11/2022 17:41:35	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Dialogos_CEP_Atualizado.docx	03/11/2022 17:37:23	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Outros	Curriculo_Lattes_Vivian_.pdf	18/08/2022 16:17:45	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	18/08/2022 16:10:18	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Outros	Termo_Confidencialidade.pdf	18/08/2022 16:09:49	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMaiores18.doc	18/08/2022 16:07:33	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	16/08/2022 12:04:57	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Outros	Curriculo_lattes.pdf	10/08/2022 19:54:26	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Outros	declaracao_vinculo.pdf	10/08/2022 19:49:28	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Outros	CartaAnuencia_Assinada.pdf	10/08/2022 19:46:50	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto
Orçamento	ORCAMENTO.docx	10/08/2022 19:44:21	Fernanda Sousa Ferreira	Acelto

Situação do Parecer:

Endereço: Av. das Engenheiras, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-800  
 UF: PE Município: RECIFE  
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: [cephumanos.ufpe@ufpe.br](mailto:cephumanos.ufpe@ufpe.br)



Continuação do Parecer: 5.758.304

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

**Não**

RECIFE, 16 de Novembro de 2022

---

Assinado por:  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-800  
UF: PE Município: RECIFE  
Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-3163 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br